

Relatório de Atividades à Assembleia Municipal relativo ao período entre 16 de fevereiro de 2012 a 15 de abril de 2012

Município de Leiria

CAPITULO I - Informação financeira

Para os efeitos no disposto da alínea e) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, foi elaborado pela Divisão Financeira o relatório financeiro respeitante ao período compreendido entre o dia 16 de fevereiro e o dia 15 de abril de 2012, o qual constitui o **Anexo I** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

CAPITULO II - Os processos judiciais pendentes e o estado atualizado dos mesmos

Pela sociedade de advogados “Diogo, Neto, Marques & Associados” foi enviada a listagem atualizada à data de 20 de abril de 2012 que constitui o **Anexo II** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

CAPITULO III - Outras informações relevantes sobre a atividade do Município

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No período em análise, e no âmbito das suas funções, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria esteve presente em várias reuniões, a saber: Conselho de Administração da Simlis, da Valorlis e dos SMAS, Conselho Executivo da AMLEI e da CIMPL, na reunião do Órgão de Gestão do PRODER, nas Assembleias Gerais da Entidade Regional de Turismo Leiria/Fátima, da GestinLeiria, da IDD, da UAC, da Valorlis e da SIMLIS.

Recebeu o Senhor Embaixador do Japão no âmbito da inauguração da exposição sobre Tokushima que esteve patente na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira.

Reuniu com presidentes de Juntas de Freguesia, no edifício dos Paços do Concelho, e deslocou-se a freguesias para encontros no âmbito da reorganização territorial.

Esteve presente em vários eventos organizados por Associações, Clubes e outras Instituições da Região, nomeadamente: - Torneio de hóquei em patins “Manuel dos Santos” em Santa Eufémia, Festival “World Dance Competition” no Teatro José Lúcio da Silva, nas comemorações do dia de Baden Powel organizado pelo agrupamento de escuteiros do Arrabal, num encontro de futebol solidário em Santa Catarina da Serra, no aniversário da Freguesia da Barreira, na 1ª Gala EDDC no Teatro José Lúcio da Silva, no Torneio “Masters APLLeiria 2012” em patinagem artística no pavilhão de Santa Eufémia, na inauguração da sede do Rancho Folclórico da Região de Leiria. Visitou a Associação de Promoção Social da Chainça. Participou em jantares, espetáculos e festas de angariação de fundos de associações e coletividades do Concelho.

Assistiu ao espetáculo “O Cerco a Leningrado” patente no Teatro José Lúcio da Silva, destinado a assinalar os 70 anos Eunice Munõz como atriz, onde foi homenageada.

O Presidente participou na Mesa de Abertura: do Encontro “Viagem Diferente” organizado pela Cercilei, na ESECS.

Assistiu à sessão pública do Plano de Gestão dos rios Vouga, Mondego e Lis, no Teatro Miguel Franco, e organizada pela ARH do Centro.

Esteve presente no Seminário “Contributos da Engenharia Civil para o Planeamento Territorial e Infraestruturas” na ESTG.

Assistiu à apresentação de algumas das atividades da delegação de Leiria da Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito da comemoração oficial do seu 108º Aniversário, no Moinho do Papel.

Participou na assinatura dos protocolos de Pontos de Receção de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos entre a AMB3E, a CML e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa.

Integrou a Mesa da Sessão de apresentação do livro “Comunicação Aumentativa” na ESECS.

Plantou árvores no Dia Mundial da Floresta, iniciativa organizada pela Câmara Municipal de Leiria, junto ao rio Lis.

Participou na apresentação do Regulamento para Cães de Busca e Salvamento da FCI/IRO pelo Clube Português de Canicultura, na Escola Superior de Saúde.

Participou num jantar-conferência, organizado pela Nerlei, que contou com a presença da Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, Assunção Cristas.

Homenageou os ex-combatentes no Ultramar, ao participar na cerimónia do “Dia do Combatente”, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória na Batalha.

ATIVIDADE DOS SERVIÇOS

DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Direção Municipal de Administração (DMA) é a unidade orgânica que assume a coordenação das unidades instrumentais e operacionais representativas de grandes áreas de atuação do Município.

Nesta unidade orgânica, encontra-se nomeado o Diretor Municipal de Administração e um assistente técnico para o exercício de funções de secretariado de apoio ao Diretor Municipal de Administração.

No período compreendido entre o dia 16 de fevereiro de 2012 e o dia 15 de abril de 2012, foi prestada uma colaboração estreita pelo Diretor Municipal de Administração ao Presidente da Câmara Municipal, bem como aos Vereadores, na organização e direção de atividades no âmbito da gestão municipal, incluindo o acompanhamento na elaboração das atas das reuniões do executivo municipal.

Foram despachados na aplicação informática “Ownet” **479 (quatrocentos e setenta e nove)** dos processos enviados ao Diretor Municipal de Administração, e, diariamente, despachados vários outros processos, quer em suporte de papel quer por intermédio da aplicação “Outlook”, bem como assinada toda a documentação enquadrada na delegação de competências.

Foram, igualmente, elaboradas minutas de documentos, a pedido do executivo camarário ou decorrentes da gestão administrativa da Direção Municipal, nomeadamente ofícios, deliberações, certidões e despachos.

Foi efetuada a recolha de dados com vista ao preenchimento do Inquérito “Acompanhamento da Atividade do Poder Local nos Domínios Social e Financeiro “ (ANMP).

Foi prestado apoio direto no processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho aplicado no Município de Leiria (SIADAP 1, SIADAP 2 e SIADAP 3).

DIVISÃO DE INFORMÁTICA

No período compreendido entre 16 de Fevereiro a 15 de Abril de 2012, esta divisão realizou um conjunto de atividades, de acordo com as competências definidas no ROSM, das quais salientamos:

- Apoio a várias Juntas de Freguesia, na gestão da rede de dados – Avarias várias em PC, monitores e routers;
- Manutenção, gestão e alimentação de conteúdos das páginas da Internet e Intranet do Município;
- Acompanhamento do sistema de impressões centralizado – Gestão de utilizadores, atribuição de permissões, etc;
- Apoio nas mudanças de instalação dos trabalhadores da Divisão de Juventude e Educação e da extinta Divisão da Cultura;
- Constituição e dinamização da equipa de trabalho para Simplex Autárquico;

- Instalação de fibra ótica para complementar a rede do Leiria Região Digital, para ligar os seguintes edifícios: Centro Cívico, Convento de Santo Agostinho, Casa dos Pintores, Incubadora D. Dinis, Nerlei e PSP;
- Melhoramento da sala IMI – Upgrade e troca de PC, melhorando as condições de trabalho;
- Análise da utilização da rede de dados, por parte dos trabalhadores do Município;
- Apoio e formação, em articulação com a Medidata, à DIAS na utilização da aplicação de gestão de rendas;
- Apoio técnico nos gabinetes GIP e GAS, da DIAS;
- Implementação de ponto de rede na portaria do Mercado Municipal;
- Disponibilização de acesso Wireless nas instalações do Mercado de Sant’ Ana;
- Alteração de vários utilizadores das aplicações existentes no Município, em função da reorganização das unidades orgânicas;
- Restabelecimento do sinal Wireless nas zonas das piscinas e do parque da cidade;
- Análise dos equipamentos informáticos existentes no município tendo em conta a sua função, tempo de uso, limitações, perspetivas futuras e capacidades de expansão;
- Dinamização e acompanhamento de estágios de alunos da Escola Secundária da Batalha e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria;
- Preparação de posto de trabalho para a equipa de auditores financeiros;
- Conversão de inúmeros formulários dos licenciamentos diversos em ficheiros PDF editáveis, para disponibilização aos munícipes;
- Colaboração na gestão da rede de fibra ótica do Leiria Região Digital;
- Manutenção e correção de problemas no CallManager e IVR;
- Gestão corrente do parque informático – Instalação de software, upgrades, reparações, substituições de equipamentos, correção de erros efetuados pelos utilizadores das aplicações e configuração/gestão de vários utilizadores das diversas aplicações.

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO GERAL

O Serviço de Fiscalização Geral integra diversos trabalhadores com a categoria de fiscal municipal, organizados por áreas de atuação, cujo trabalho passamos a discriminar:

Equipas Fiscalização Geral

Processos obras particulares	258
<i>Processos publicidade, ocupação via pública e outros</i>	24
<i>Participações/Autos de notícia/Notificações/C.O./Embargo</i>	35
<i>Estabelecimentos Fiscalizados</i>	42
<i>Informações diversas</i>	3
<i>Reclamações</i>	33

Equipa Ambiente

Processos de ambiente	11
<i>Processos de limpeza de matos, licenciamento plantações</i>	62
<i>Participações/Autos de notícia/Notificações</i>	14
<i>Informações diversas</i>	8
<i>Viaturas abandonadas</i>	39

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Sem prejuízo da prossecução das atividades normais de funcionamento, e em função das áreas a seguir indicadas; procedeu-se:

1. Recrutamento e seleção de pessoal:

a) Adoção de medidas destinadas à implementação da nova estrutura orgânica, designadamente no que se refere à preparação dos trâmites necessários à abertura 08 novos procedimentos concursais para efeitos de recrutamento e seleção com vista ao provimento dos titulares dos cargos dirigentes;

b) Adoção de medidas destinadas a controlar o grau de cumprimento do objetivo de redução de trabalhadores, designadamente no que se refere à preparação dos trâmites necessários à declaração de impossibilidade superveniente em prosseguir com a tramitação de 04 procedimentos concursais comuns de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria;

c) Acompanhamento e prestação do apoio técnico necessário a assegurar a normal tramitação e ou conclusão de 02 procedimentos concursais comuns de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria, designadamente no que se refere à análise de 01 reclamação do ato de indeferimento de recurso hierárquico de decisão de exclusão;

d) Acompanhamento e prestação do apoio técnico necessário a assegurar a normal tramitação e ou conclusão de 05 procedimentos concursais para efeitos de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares dos cargos dirigentes;

2. Formação profissional:

a) Adoção de medidas destinadas à recolha, e análise e tratamento de dados para efeitos de elaboração, implementação e monitorização do plano de formação para 2012;

3. Vencimentos:

a) Elaboração do balanço social de 2011 e prestação de informação no âmbito do SIOE e SIAL;

4. SIADAP:

a) Acompanhamento e prestação do apoio técnico necessário ao encerramento do processo de avaliação de 2011, designadamente no que se refere à análise de 06 reclamações do ato de homologação;

b) Adoção das medidas destinadas à efetiva implementação do processo de avaliação de 2012 das unidades orgânicas (SIADAP 1);

c) Adoção das medidas destinadas a assegurar o regular funcionamento do processo de avaliação de 2012 dos dirigentes e demais trabalhadores (SIADAP 2 e 3), com vista à correspondente desmaterialização;

5. Segurança, higiene e saúde no trabalho:

a) Procedeu-se ao acompanhamento de 05 auditorias aos locais de trabalho destinadas à verificação das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho;

6. Assiduidade:

a) Adoção de medidas destinadas a permitir um controlo mais rigoroso do cumprimento do dever de assiduidade e de pontualidade por parte dos trabalhadores), com vista à desmaterialização do processo;

DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

1.1 Informações de carácter técnico-jurídico

As informações prestadas repartiram-se pelas diversas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Leiria, algumas das quais de especial complexidade. No total, deu-se resposta a 39 pedidos de informação, a maior parte dos quais provenientes da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros.

1.2 Procedimento disciplinar

Neste domínio de atividade foi terminado 1 processo de inquérito e 2 processos disciplinares.

1.3 Contraordenações

Foram iniciados **68** (sessenta e oito) processos de contraordenação.

Foram praticados atos instrutórios em **855** (oitocentos e cinquenta e cinco) processos de contraordenação.

Foram notificados das respetivas decisões **120** (cento e vinte) arguidos de processos de contraordenação.

Foram enviados para execução judicial **6** (seis) processos de contraordenação.

Foram enviados para impugnação judicial **30** (trinta) processos de contraordenação.

Foram pagas as coimas em **127** (cento e vinte e sete) dos processos já decididos.

Apoio Técnico-Jurídico

Neste âmbito foram prestados todos os esclarecimentos, abrangendo os mais diversos domínios, solicitados pelos membros do Executivo Camarário, pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria e pelos órgãos das freguesias do concelho de Leiria.

Diariamente, foram concedidas informações e esclarecimentos escritos, via correio eletrónico e orais, respondendo às solicitações dos vários serviços da Câmara Municipal de Leiria. Foi, também, prestado apoio administrativo especializado, nomeadamente através de pesquisa, organização e fornecimento de legislação, bibliografia e jurisprudência, o que envolveu estudo demorado e investigação das matérias em causa.

Os serviços da Divisão Jurídica procederam à elaboração de **156 (cento e cinquenta e seis)** minutas a pedido de outros serviços ou para implementação de legislação, **2** (dois) protocolos, **5** (cinco) contratos e **13** (treze) editais, a saber:

- Atos administrativos (despachos e deliberações)	23
- Ofícios (¹)	133
- Protocolos	2
- Contratos	5
- Editais.....	13

O atendimento de munícipes e seus representantes foi igualmente uma constante no dia-a-dia dos serviços da Divisão Jurídica, com o que se pretendeu esclarecer as dúvidas e as questões por eles colocadas, bem como aproximar a administração dos seus administrados, objetivos que consideramos terem sido plenamente conseguidos.

ÁREA ADMINISTRATIVA

SERVIÇO DE EXECUÇÕES FISCAIS

2. Resultados alcançados

2.1. Instauração de 79 processos de execução fiscal, repartidos da seguinte forma:

- 72 Processos dos Mercados de Levante de Leiria, Pedrógão e Falcão;
- 7 Processos relativos à ocupação de via pública;

2.2. Emissão e expedição de 177 citações e notificações

2.3. Prestação de 10 informações e elaboração de 91 listagens de devedores, para atualização das informações dos débitos em cobrança coerciva.

2.4. Emissão e registo das guias de pagamento no âmbito de 97 processos, no valor total de €7.753,53, repartidos da seguinte forma:

- 37 processos dos SMAS (€ 3.562,03);
- 48 processos dos mercados (€3.493,70);
- 10 processos de ocupação de via pública (€438,46);

(¹) Com exclusão dos inerentes à organização dos processos para envio a entidades exteriores ao Município de Leiria

— 2 processos de prestação de serviços (€259,34).

2.5. Os débitos em cobrança coerciva, até 31 de março de 2012 ascendiam a €210.950,55 e respeitavam a um total de 1.533 processos pendentes/ativos, de acordo com a tabela *infra*:

QUANTIDADE E VALOR DOS PEF PENDENTES ATÉ 31 DE MARÇO DE 2012

PEF PENDENTES	QUANTIDADE	VALOR
SMAS	1272	176.641,14 €
Mercados	205	17.896,93€
Ocupação da via pública	36	8.164,46€
Limpeza de terrenos	7	3.512,69 €
Danos no património municipal	4	3.666,58 €
Remoção de publicidade	3	477,31€
Diversos	2	369,75 €
Prestação de Serviços	4	221,69€

2.6. Análise e realização de 882 diligências nos processos.

SERVIÇO DE ARQUIVO ADMINISTRATIVO

3.Avaliação, seleção e eliminação de documentos

3.1 Transferência

- Organização da documentação transferida do depósito do arquivo para o edifício de São Romão - 68,80m/l

3.2. Incorporação

- Instalação e acondicionamento de 0,63 m/l de documentos provenientes da Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente – área de Ambiente e retificação de 0,97 m/l de documentos da Divisão Jurídica e Administrativa – Secção de Expediente Geral

3.3 Atendimento ao Público:

Atendimento na sala de consulta (utilizadores)	360
Documentos Consultados	448

3.4 Reprodução de documentos

Fotocópias simples: A4	205
A3	39
Formato superior a A3	73

3.5 Certidões ou fotocópias autenticadas

Fotocópias	15
Formato superior a A3	3
Certidões	11

3.6. Empréstimo de documentação aos serviços municipais:

Documentos solicitados	1278
Documentos satisfeitos	1116
Documentos não satisfeitos (já requisitados pelos serviços municipais)	162

Devolução de Documentos	132
-------------------------	-----

3.7. Empréstimo de documentação à equipa do IMI

Documentos solicitados pela equipa do IMI	1090
Documentos satisfeitos	904
Documentos não satisfeitos requisitados pelos serviços municipais)	186
Documentos devolvidos	366

3.8 Consulta de documentos em Arquivo

Documentos arquivados	1521
Pesquisas documentais	13

3.9 Registos informáticos

Registo de Processos de obras particulares	208	
Registo do Movimento diário do arquivo		3009
Registo Ownet – Pedidos solicitados e satisfeitos	17	
Informações		358

4. Serviço de Atendimento ao Público

4.1. Emissão e revalidação de certificados de cidadãos da Comunidade Europeia

- 9 Certificados de cidadãos da Comunidade Europeia
- Emissão de guias de receita no valor de **€144,50**

4.2. Emissão de guias de receita referentes a fornecimento de fotocópias e certidões do Serviço de Arquivo Administrativo no valor de: **€ 1235,13.**

4.3. Emissão e revalidação de cartões de residente no valor de: **€455,10.**

4.4. Emissão de plantas de localização no valor de: **€2705,81.**

4.5. Emissão de guias de receita referentes ao pagamento de refeições escolares no valor de: **€1746,17.**

4.6. Emissão de guias de receita referentes ao pagamento das Férias Criativas no valor de: **€ 1477,52.**

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL

5. Resultados alcançados

5.1. Tratamento de expediente

5.1.1. Receção, classificação, distribuição, digitalização e expedição de 10 275 documentos.

5.1.2. Registo de 3 271 documentos referentes às Divisões Jurídica e Administrativa, Financeira, Aprovisionamento e Património e o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

5.1.3. Expedição (franquia) de 4 290 cartas.

5.2. Registo e arquivo de 150 Protocolos.

5.3. Serviço de apoio às atas da Câmara Municipal

- execução das tarefas e atividades indicadas nas alíneas i) a q) do artigo 25.º do ROSM relativamente a 4 reuniões ordinárias da Câmara Municipal, sempre com cumprimento dos prazos legais;
- execução de 347 deliberações da Câmara Municipal;
- fornecimento de 7 fotocópias autenticadas

5.4. Atividades de segurança e vigilância noturnas e de manutenção geral das instalações do edifício-sede

- 4 pedidos de intervenção solicitados à Divisão de Manutenção e Conservação

DIVISÃO DE APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

Área de Aprovisionamento

No período em análise o serviço de aprovisionamento desenvolveu a sua ação em torno de **98 procedimentos de contratação pública** (aquisição de serviços e aquisição de bens), no montante total de **€1.362.183,50**, conforme dados constantes na tabela abaixo.

De salientar que na tabela constam apenas os processos abertos, não estando refletidos outros procedimentos em fase de preparação pelos serviços.

		Proc. concluídos	Proc. em curso	Total
Contratação excluída	N.º Processos	0	1	1
	Valor	0	108,15 €	108,15€
Ajuste Direto, Regime Simplificado	N.º Processos	75	0	75
	Valor	92.697,44€	0€	92.697,44€
Ajuste Direto, Regime Geral	N.º Processos	11	6	17
	Valor	179.291,43€	158.595,10€	337.886,53€

Concurso Público	N.º Processos	1	2	3
	Valor	113.330,92€	221.125,47€	334.456,39€
Acordo Quadro	N.º Processos	2	0	2
	Valor	597.034,71€	0,00€	597.034,71€
Valor total:		1.362.183,50€		
Totais processos:		98		

No período em análise e no âmbito dos procedimentos de contratação pública em causa, os serviços acolheram **sete (7) reclamações e um (1) recurso hierárquico**, conforme se pode constar da análise do quadro seguinte:

Procedimento	Reclamações	Recursos Hierárquicos
Concurso Público 19/2011 – Aquisição de máquinas	CC Correcta – Construções, Lda.	
Concurso Público 1/2012 – Serviços de limpeza	Fulgoralto Unipessoal, Lda. Clece, S.A. ISS, Facility Services, Lda.	Clece, S.A.
Ajuste Direto 18/2012 – Aluguer de tendas para a Feira de Maio	Spormex, S.A. ModelStand, Lda.	
Ajuste Direto 23/2012 - Iluminação para a Feira de Maio	Fabrilight – Iluminações Festivas, Lda.	

Área do Património

No que se refere ao serviço de património será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido neste período, a realização:

- De uma hasta pública com vista à adjudicação do arrendamento dos quiosques sitos na avenida Marquês de Pombal e rua Vale de Lobos, em Leiria;
- Da escritura de cedência do direito de superfície, a favor da AMLEI, de parcela de terreno para construção de Crematório;
- De trabalhos com vista à regularização das escolas encerradas;
- De trabalhos de pesquisa com vista à localização dos vários prédios e a proceder à sua avaliação, por forma a realizar uma Hasta Pública de alienação de bens imóveis;
- De trabalho tendentes ao encerramento do ano 2011 e respetiva prestação de informação referente ao imobilizado, que é parte integrante da prestação de contas.

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

GABINETE DE PROJETOS

ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES

Centro Escolar de Souto da Carpalhosa

- Continuação do projeto de arquitetura;

Centro Escolar de Amor [EM CURSO]

- Continuação do projeto de arquitetura.

Centro Escolar de Sta. Catarina da Serra [EM CURSO]

- Reformulação do projeto de arquitetura de um bloco de aulas para o 1º ciclo, elaborado pelo GAT.

Extensão de Saúde de Cortes / Unidade de Saúde Familiar

- Conclusão da adaptação do projeto à nova tipologia para 5000 utentes.

Extensão de Saúde de Coimbra/ Unidade de Saúde Familiar

- Reconhecimento do levantamento entregue pela Junta de Freguesia;
- Adaptação do projeto à nova tipologia para 5000 utentes.

Extensão de Saúde de Catarina da Serra / Unidade de Saúde Familiar

- Reconhecimento do levantamento entregue pela Junta de Freguesia;
- Adaptação do projeto à nova tipologia para 5000 utentes.

Extensão de Saúde de Caranguejeira / Unidade de Saúde Familiar

- Análise de planta fornecida com proposta da Junta de Freguesia e confrontação da mesma com as orientações fornecidas pelo Ministério da Saúde para instalação de Unidades de Saúde Familiar;
- Adaptação do projeto à nova tipologia para 5000 utentes.

Terminal Rodoviário da Cidade de Leiria - zona estádio

- Pesquisa e enquadramento em normativos específicos e enquadramento no território e respetiva envolvente viária;
- Apresentação de proposta de estudo prévio (implantação e arranjos exteriores e circulação).

Ciclovía – Ligação da Av. 25 de Abril e Polis (margem esquerda do rio)

- Desenho urbano da ciclovía, alteração de passeadeiras e enquadramento de mobiliário urbano).

Creche CASBI – Centro de Convívio e Apoio Social Bidoeirence

- Preparação do projeto para admissão a comunicação prévia, a entregar no Município;
- Monitorização do projeto para articulação dos pareceres das entidades externas e algumas especialidades (alterações e inserção de informação).

Cemitério de Sto. António do Carrascal |secretaria e sanitários públicos [em apreciação superior]

- Projeto de arquitetura para construção de um edifício administrativo e de apoio.

Plataforma Elevatória e Rampa de Acesso no Castelo de Leiria [EM CURSO]

- Acompanhamento dos trabalhos de construção civil e de instalação da rampa de acesso à plataforma elevatória;
- Coordenação dos trabalhos de arranjo exterior envolventes ao equipamento.

Ponte Rio Lis

- Projeto de guarda corpo, iluminação e rampas/escadas, sobre estrutura sugerida.

Projeto de requalificação do parque infantil Afonso Lopes Vieira (parque da cidade)

- Elaboração do projeto e impressão de peças desenhadas à esc. 1:200, planta de implantação e equipamentos, planta cotada, planta de pavimentos, cortes e alçados, pormenor de caldeira de árvore.

Proposta para candidatura pela Junta de Freguesia de Ortigosa ao programa PRODER – Medida 3, Ação 3.2.1. Conservação e Valorização do Património Rural

- Reunião com a Sra. Presidente de Junta e o projetista João Pragosa que forneceu o levantamento topográfico e um estudo para um terreno propriedade da Junta de Freguesia, para criação de um circuito de manutenção e edifício de apoio;
- Elaboração de planta de arranjos exteriores e memória descritiva e justificativa da candidatura, preenchimento do separador do formulário de candidatura referente ao projeto de arquitetura.

Estudo prévio para enquadramento urbano de terrenos da prisão escola na cidade de Leiria

- Elaboração de estudo de integração de parque de estacionamento público para 500 lugares;
- Elaboração de estudo de integração de circuito de manutenção em espaço verde.

Feira de Maio 2012

(Na qualidade de membro da Comissão Coordenadora da Feira de Maio 2012, nomeado por deliberação Camarária de 22 Dezembro 2011)

- Participação nos procedimentos preparatórios com vista à apresentação de propostas de participação de feirantes;
- Participação nas várias sessões de abertura pública, bem como no processo de análise e seleção das propostas de participação de feirantes;
- Participação no processo de análise e resposta a reclamações apresentadas por alguns feirantes;
- Elaboração de inúmeros estudos e propostas de Plano Diretor;
- Elaboração de peças desenhadas específicas para divulgação à imprensa, bem como à PSP referente ao corte temporário de via pública;
- Participação na elaboração dos cadernos de encargos dos diversos concursos públicos de bens e serviços necessários para a realização da Feira de Maio 2012 (pavilhões, restaurantes e tasquinhas; tendas, módulos, toldos, estrados e alcatifas; instalações sanitárias e balneários provisórios; iluminação decorativa; redes e grades para vedação do perímetro da Feira, etc.);
- Participação no processo de análise e seleção das propostas apresentadas por todos os concorrentes dos diversos concursos públicos de bens e serviços (pavilhões, restaurantes e tasquinhas; tendas, módulos, toldos, estrados e alcatifas; instalações sanitárias e balneários provisórios; iluminação decorativa; redes e grades para vedação do perímetro da Feira, etc.);
- Participação no processo de análise e resposta a reclamações apresentadas por alguns concorrentes aos diversos concursos públicos de bens e serviços;
- Permanente colaboração e apoio técnico ao Gabinete da Feira de Maio e à Subunidade Orgânica de Fiscalização Geral (SOFG) sobre todos os assuntos relacionados com a Feira de Maio 2012;

Avaliação de Prédios Urbanos no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis

- Participação na Comissão de Segundas Avaliações, enquanto vogal indicado pela Câmara Municipal de Leiria, tendo sido efetuadas reavaliações de vinte imóveis/ frações, antecedidas de vistorias aos locais.

Publicidade e Ocupação da Via Pública - Apoio à Divisão de Desenvolvimento Económico e Ambiente

- Análise e informação de sessenta e quatro processos de publicidade e ocupação da via pública incluindo, nalguns casos, deslocação ao local;
- Elaboração de proposta relativa a alterações a efetuar ao Regulamento Municipal de Publicidade.

Proposta para candidatura pela Junta de Freguesia de Ortigosa ao programa PRODER para criação do parque urbano da freguesia (elaboração de candidatura em curso)

- Pesquisa e reuniões com fornecedores de equipamento urbano para elaboração de estimativa orçamental;
- Adaptação da planta de implantação proposta pela Junta de Freguesia .

DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

MÁQUINAS E VIATURAS

- Foram propostas 156 adjudicações para reparação/revisão de viaturas e máquinas;
- Foram efetuados 40 transportes solicitados pelos diferentes serviços municipais;

OFICINAS

Os Setores de Oficinas (**Carpintaria, Serralharia, Eletricidade e Canalização**) efetuaram diversos trabalhos para a conservação e manutenção de edifícios municipais, escolas e jardim-de-infância.

- O Setor de Eletricidade efetuou ainda a reparação e manutenção dos semáforos do concelho; manutenção e recolha diária de valores dos parcometros sob jurisdição do Município, manutenção da iluminação cénica de edifícios, monumentos e da iluminação pública do percurso Polis; apoio ao evento “Festival da Irreverência” e “Conversas Improváveis”, reparação do sistema de rega do horto municipal, reparação de avaria do quadro elétrico do Jardim Luís de Camões;

- O Setor de Canalização efetuou visitas técnicas semanais aos sistemas de bombagem existentes no edifício do Mercado Sant’ Ana, Centro Azul da Praia do Pedrógão e visitas pontuais aos grupos de bombagem existentes nos edifícios municipais, por forma a verificar o seu funcionamento. Prestou apoio no despejo de fossas de várias escolas e Jardim-de-infância e vários serviços de apoio a edifícios municipais.

- Oficina de Carpintaria: execução de vários serviços no edifício sede da Câmara Municipal de Leiria, parques infantis, zonas pedonais, Biblioteca Municipal, Moinho do Papel, Cemitério e várias escolas. Reparação das barracas da Gastronomia, de passadiços de acesso ao parque infantil da Praia do Pedrógão, execução de balcão de atendimento e de prateleiras para Biblioteca Municipal.

- Oficina de Serralharia: reparação de grelhas e execução de vários serviços em escolas, parques infantis e bairros sociais, mercados e sanitários públicos, Biblioteca Municipal, Castelo, Centro de Interpretação Ambiental, oficinas da Guimarães.

- Oficina de Eventos/Transportes: apoio na realização do evento “Festival da Irreverência”, “Dia da Água”, “Mais Futebol de Rua” e “Conversas Improváveis”. Execução de diversos serviços de fornecimento e transporte de mobiliário escolar. Este sector também dá apoios diversos às Freguesias e Associações na cedência de equipamentos. Ao nível de transportes, destaca-se o apoio prestado no âmbito dos eventos “Semana da Leitura” e “Férias Criativas”.

CONSERVAÇÃO DE VIAS E OBRAS DE ARTE

- Manutenção de calçadas/passeios, incidindo maioritariamente os trabalhos nas Freguesias de Leiria, Marrazes e Parceiros;
- Limpeza e manutenção de vias nas freguesias de Arrabal, Bajouca, Bidoeira de Cima, Chafnça, Colmeias, Marrazes, Memória, Santa Catarina da Serra, Santa Eufémia (Planificação);
- Reparação do pavimento em semipenetração na Rua Matos Altos, Rua das Serradas, Rua da Restauração, Rua das Flores (*Barreira*);
- Reparação do pavimento em semipenetração em EP Lameira / Vale da Rosa (*Caranguejeira*), Paço (*Monte Redondo*) e EP Graveto (*Monte Redondo*);
- Cedência de massa asfáltica para várias freguesias;
- Reforço de bermas (*Cortes*);
- Reparação de calçada miúda em várias ruas de Monte Real;
- Reconstrução de aqueduto de águas pluviais no entroncamento do CM1218 com EN 532 (*Colmeias*);
- Prolongamento de aqueduto de águas pluviais na Rua da Serraria – Padrão (*Pousos*);
- Colocação de alcatrão no Bairro da Integração (*Leiria*);
- Limpeza de passeios e parques desportivos na Urbanização Vale de Lobos (*Barreira*);
- Reparação de passeios na freguesia da Caranguejeira, Rua da Relvinha (*Boa Vista*) e Sismaria (*Marrazes*);
- Colocação de massa betuminosa em várias ruas da freguesia de Marrazes;
- Construção de passeio na Nova Leiria (Marrazes);
- Reformulação das acessibilidades e zona de estacionamento em S. Romão (*Pousos*).

CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS

- Remoção de entulho e construção de caixa na conduta de águas pluviais na Quinta do Baixo – Gordalina;
- Construção de lareira, chaminé e pintura no Bairro Social de Monte Redondo;
- Construção de bases de sapatas em betão no Jardim-de-Infância de Outeiros da Fonte (Marrazes);
- Remoção de tacos e aplicação de piso flutuante na EB1 Martinela (Arrabal);
- Pintura de paredes na sala do conto da Biblioteca Municipal;
- Abertura de caixa de areia, regularizar pavimento e reparar bebedouro no parque infantil da Ponte dos Caniços (Leiria);
- Pintura de muros e fixar vedação em madeira no parque infantil D. Carlos I (Marrazes);
- Fixação de escorrega, pintura de vedação e mudar caixa no parque infantil da Serrada do Pinhal (Marrazes);
- Pintura de muros, construção de rampa de acesso e reparação de pavimento no parque infantil Vale Sepal II (Marrazes);
- Execução de rampa, construção de caixa de sumidouro e colocação de vedação no parque infantil da zona desportiva dos Pousos;
- Retirar, acondicionar e armazenar equipamentos no parque infantil dos Camarinhos (Parceiros);
- Execução de coletor pluvial na Rua Carlos Eugénio – Cruz da Areia (Leiria);
- Rebaixamento de tampas na Rua do Cardal – Touria (Pousos);
- Colocação de pilaretes na Avenida Marquês de Pombal (Leiria);
- Execução de sumidouro junto ao ISLA – S. Romão (Pousos) e na Rua Comandante João Belo (Leiria);
- Prolongamento de aqueduto de águas pluviais na Rua da Serraria (Pousos), devido a trabalhos preparatórios para empreitada de pavimentação;
- Reparação e pintura de paredes nas antigas salas do m|i|mo, no Mercado de Sant’ Ana;
- Remoção de estrutura do Bar Ex-Libris (Leiria) e limpeza do espaço;
- Reparação, pintura e colocação de vedação, execução de saparas em cimento no parque infantil dos Capuchos (Leiria).

PARQUES E ESPAÇOS VERDES

II. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Prestação de serviços
 - 1.1. Emissão de pareceres
2. Prestação de Serviços Regulares e por solicitação do Executivo
 - 2.1. Construção de Espaços Verdes
 - 2.2. Manutenção de Espaços Verdes
 - 2.2.1. Manutenção
 - 2.2.2. Horto Municipal
 - 2.2.3. Compostagem
 - 2.2.4. Sistemas de Rega
 - 2.2.5. Espaços de Jogo e de Recreio

1. Prestação de Serviços

1.1. Emissão de Pareceres

Tipo	Processo	Requerente	Lugar / Freguesia	Descritivo
Loteamento	17/03	A.M. Matos Investimentos Lda. e outra	Guimarota - Leiria	
Loteamento	20/97	Rui da Costa Manso e outros	Chã- Barreira	
Loteamento	2/11	Costaneves - Construções Lda.	Vale Colmeia - Marrazes	
Loteamento	24/80	Lisurba, Lda.	Vale Sepal - Marrazes	Análise de requerimento n.º 6899/2011

Obra particular	332/2000	Cadapau II	Telheiro Lote 2.1 - Barreira	
Obra particular	1287/06-u	Faustino das Neves Ferreira e outro	Praceta Joaquim Ferreira dos Santos – Guimarota - Leiria	Análise projeto arquitetura paisagista
Loteamento	2/99	Amado Elias Tomás	Colmeias – Monte Real	
Loteamento	08/11	CNL – Centro de Negócios de Leiria	Alto Vieiro - Parceiros	Emissão parecer

2. Construção, Conservação e Manutenção de espaços verdes em diversas freguesias

2.2.1. Manutenção - Corte de Árvores

Procedeu-se ao abate das árvores por apresentarem deficientes condições fitossanitárias, pondo em risco a segurança de pessoas e bens.

Plantação de Árvores

Plantação de árvores na Avenida da Comunidade Europeia, Fonte Luminosa, Avenida Ernesto Korrodi e em S. Romão.

2.2.2 Horto Municipal

As atividades desenvolvidas no Horto Municipal fundamentaram-se, essencialmente, na propagação de plantas, preparação/ de floreiras e preparação de vasos ornamentais. Foram requisitados e movimentados aproximadamente 250 vasos para embelezamento de vários eventos realizados. Foram ainda fornecidas árvores, arbustos e herbáceas a Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo, bem como a Juntas de Freguesia.

2.2.3 Compostagem

Procedeu-se ao acompanhamento e monitorização do processo de compostagem desenvolvido na Unidade de Compostagem Municipal, tendo sido construída 1 pilha de compostagem. O principal objetivo é a valorização orgânica do material vegetal resultante das manutenções dos espaços verdes do concelho.

2.2.4. Sistemas de rega

Foi feita a manutenção dos sistemas de rega das zonas ajardinadas do concelho e informação das anomalias detetadas.

2.3. Parques de Jogo e de Recreio

Foram efetuadas intervenções nos Parques Infantis dos Capuchos, Vale Sepal II, Zona Desportiva dos Pousos, da Estrela, Ponte dos Caniços, da Serrada do Pinhal e da Estação.

Por forma a verificar a conformidade com o Decreto-lei n.º 119/2009, de 19 de maio, foram realizadas inspeções a diversos parques infantis. Decorrente das inspeções, procedeu-se à abertura do parque infantil dos Capuchos, da Serrada do Pinhal, da Zona Desportiva dos Pousos e da Estação.

2.4. Dia Mundial da Floresta/Dia da Árvore

No âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Floresta/Dia da Árvore, o Município de Leiria associou-se ao Núcleo de Engenharia da Energia e do Ambiente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, tendo sido plantados seis exemplares de freixos e amieiros. Também estiveram presentes alunos e docentes do Jardim de Infância e da escola de 1º CEB da Guimarota.

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

- EXECUÇÃO DO PARQUE INFANTIL NA GÂNDARA DOS OLIVAIS BREJO, MARRAZES - 1.ª FASE
Foi corrigido o piso BRR e elaborado o auto de receção provisório.

- EXECUÇÃO DE DUAS GARES E DE UMA PASSADEIRA ELEVADA, EM FRENTE AO CENTRO DE SAÚDE MARRAZES.

A obra encontra-se suspensa, devido à vedação da obra do Lar de idosos, junto ao Centro de Saúde dos Marrazes, estar na zona de intervenção.

- EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NAS VIAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE LEIRIA

Foram executados trabalhos nas freguesias de Colmeias, Leiria, Marrazes, Monte Real e Pousos, entre os meses de janeiro a março.

- SINALIZAÇÃO LUMINOSA DE TRÂNSITO NA RUA DA MARINHA DO ENGENHO - BAJOUCA

Foram executados todos trabalhos, tendo-se concluída a obra antes do prazo estabelecido pelas boas condições climáticas e pelo facto de se tratar de um sistema luminoso de trânsito alimentado com energia solar. A obra foi finalizada a 01 de março.

- EXECUÇÃO DE DUAS GARES E DE UMA PASSADEIRA ELEVADA, EM FRENTE AO CENTRO DE SAÚDE MARRAZES

A obra continua suspensa por existir conflito com a empreitada que se encontra a decorrer, respetivamente Centro de Dia de Marrazes, promovida pela Junta de Freguesia de Marrazes. Este conflito deve-se ao facto da vedação interseção a zona de intervenção, impossibilitando o início dos trabalhos.

- DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS ACESSÓRIAS NO TROÇO DA RUA BARÃO SALGUEIRO E DEMOLIÇÃO DA CASA Nº24 PARA ALARGAMENTO DA RUA S.MIGUEL – STª CATARINA DA SERRA

Foram executados todos os trabalhos, faltando proceder ao saneamento de solos de uma zona que abateu, logo após a pavimentação, para se verificar e analisar o que o provocou.

- PAVIMENTAÇÃO NAS FREGUESIAS (LOTE N.º1, N.º2 E N.º3)

Esta empreitada pode dar-se como finalizada.

- ADAPTAÇÃO DE ESPAÇO EXISTENTE NO 2º PISO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO PARA INSTALAÇÃO DE GABINETE DE APOIO AO ARQUIVO MUNICIPAL.

Esta empreitada pode dar-se como concluída.

- REFORÇO DOS TALUDES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS VIAS/ARRUAMENTOS NA RUA DO RELVEIRO-GRANJA, MONTE REAL, NO ARRUAMENTO DANIFICADO PARALELO AO RIO ENTRE CALDELAS E CARANGUEJEIRA E NUM TROÇO DA EN 349.

Obra recebida provisoriamente em 30 de março de 2012

- REQUALIFICAÇÃO DA RUA OUTEIRO DO POMAR.

Foram efetuados trabalhos preparatórios, comunicação à EDP para mudança dos postes e acompanhamento da demolição e construção de um muro de vedação, efetuado pela Junta de Freguesia de Marrazes.

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS CANDIDATADAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS

- CONSTRUÇÃO DA REDE CICLÁVEL

Esta empreitada iniciou-se no dia 08 de fevereiro e tem um prazo de execução de 5 meses.

A obra foi iniciada pelo troço do caminho da Encosta e pela Avenida 25 de Abril. No primeiro troço foi elaborado o levantamento para a implantação das cotas de projeto e a desmatação.

Na Avenida 25 de Abril foram executados os trabalhos de passeios e ciclovia. Está em falta a execução da pintura em slurry seal, a sinalização vertical e horizontal, reposição de algumas lajetas que se encontram em estado degradado e a lomba redutora a formar passadeira.

Encontram-se em execução os seguintes troços:

- 1) Avenida Comunidade Europeia
- 2) Margem direita do rio Lis
- 3) Caminho da Encosta

No troço do ponto 1) estão a colocar tout venant na formação da respetiva ciclovia, executar o muro em alvenaria de pedra e a repor calçada.

Foi removido o abrigo existente, assim como a alteração da localização do mupi que se encontrava mesmo na zona de passeio.

No troço do ponto 2) está a ser aplicada a guia de cimento em ambos os lados. Encontra-se executado metade do troço e a aplicação de tout venant.

Nos trabalhos de iluminação já se encontra executado o tubo corrugado, cabo e manilhas para a aplicação dos candeeiros.

No troço 3) estão a proceder aos trabalhos de escavação e da abertura da vala de iluminação, que estão a ser acompanhados por um arqueólogo a tempo inteiro.

Neste momento poderá se concluir que todos os trabalhos nos vários troços estão a decorrer com normalidade.

- **AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DE MONTE REDONDO**

Os trabalhos que fazem parte da proposta estão relacionados com a execução da reformulação dos edifícios existentes, construção de um novo e execução de arranjos exteriores.

A empreitada encontra-se em execução da finalização de alvenarias, construção de muros de vedação. Abertura de roços para as diversas especialidades, colocação de tubagens e execução de caixas para as redes de águas e esgotos no espaço exterior aos edifícios.

PREPARAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO NOS TERMOS DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

- **REPARAÇÃO DE ANOMALIAS EXISTENTES NA ESTRADA DA FAZARGA – STª CATARINA DA SERRA**

Foi executado e preparado o procedimento para abertura de um ajuste direto desta empreitada que se refere à reparação de passeios existentes na Estrada da Fazarga.

- **PAVIMENTAÇÃO E TRABALHOS DIVERSOS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA**

Levantamento dos trabalhos propostos pelas diversas Juntas de Freguesia, que se estima que esteja concluído até ao final de maio.

APOIO TÉCNICO ÀS FREGUESIAS

- Deslocação ao local com os Presidentes de Freguesia no sentido de analisar várias situações de carácter viário e de prevenção de sinistralidade rodoviária. Propor soluções que minimizem ou eliminem o problema existente na rede viária municipal.

- Colaboração, apoio e esclarecimento às Freguesias e municípios afetados pelas várias frentes de obra relativas aos lanços IC2.A, IC2.VB, IC36e IC9. É analisada a situação 'in loco' e, se necessário, efetuado o registo da situação que será reportada às construtoras, no sentido de ser solucionado o problema ou esclarecida a situação.

- Deslocação a todas as Freguesias para verificação, análise e acompanhamento das necessidades existentes;

- Fazer o levantamento das anomalias existentes e selecionar as mais urgentes para uma rápida intervenção;

- Medir, orçamentar e preparar o procedimento para a execução de alguns trabalhos;

- Selecionar o tipo de trabalho a levar a efeito de acordo com as necessidades existentes, tendo em atenção o menor custo possível;

- Verificar, ouvir e resolver alguns conflitos ou queixas dos municípios;

- Devido ao mau estado em que se encontram algumas estradas do concelho e por se verificar que as brigadas criadas inicialmente não eram o suficiente para o volume de trabalho a executar, houve necessidade de criar mais uma brigada, a fim desta fazer a semipenetração.

- Todas as brigadas estão envolvidas nos trabalhos de reparação das ruas que se encontram em pior estado de conservação e com maior circulação automóvel e pedonal.

- Colaboração no acompanhamento das Brigadas de Manutenção de Vias para realização de trabalhos de limpeza das bermas e passeios das vias municipais, limpeza de valetas, passeios e órgãos de drenagem pluvial, e colocação de betuminoso e regularização de vias. Previsão dos trabalhos e dos meios mecânicos propostos.

- Acompanhamento de trabalhos de manutenção na rede viária.

COLABORAÇÃO NO APOIO AO LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DA SINALIZAÇÃO VERTICAL E CARACTERIZAÇÃO DA EXISTENTE NAS FREGUESIAS DO CONCELHO

- No que concerne ao levantamento das necessidades da sinalização vertical ficou estabelecido considerar apenas as necessidades nas vias municipais principais, tendo em conta a escassez de sinalização vertical disponível, solicitando apoio de um elemento da Junta de Freguesia para, em campo, verificar e identificar o local a implantar.

- Relativamente à caracterização da sinalização vertical existente, foram apresentados aos técnicos os vários critérios que permitirão dar o apoio necessário no levantamento e cadastro para uma correta avaliação e identificação das necessidades de substituição ou alteração de sinalização existente.

BRIGADAS – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

- A brigada de limpeza da CML efetuou um levantamento de alguns locais que se acharam prioritários e para os quais já existiam pedidos de limpeza e manutenção do espaço público. Com o término deste serviço, será elaborado relatório evidenciando o que foi executado, zonas em falta e consideradas prioritárias e propostas de intervenção a levar a cabo com vista ao tratamento de pavimentos degradados, onde terá de ser avaliar se internamente existem meios para executar os trabalhos. Também foi executado o levantamento da sinalização solicitada pelas Juntas de Freguesia de Santa Eufémia, Chaínça, Santa Catarina da Serra, Marrazes, Bidoeira, Bajouca e Monte Redondo.

OUTRAS ACTIVIDADES

- Pedidos de autorização para ocupação e trabalhos na via pública de entidades externas ao Município
 - Registo de anomalias/ problemas verificados na via pública;
 - Verificação de infraestruturas/ Rede de Drenagem Pluvial
 - Proposta de uma reunião com a Lusitaniagás, S.A., EDP Distribuição - Energia, S.A. e PT Comunicações S.A. Motivo: Realização de um protocolo de colaboração, entre a Câmara Municipal de Leiria e as referidas entidades, referentes a infraestruturas, integradas na rede viária do Município. Na sequência de várias reclamações de Juntas de Freguesias e municípios, sugere-se a realização de um protocolo de colaboração de forma a salvaguardar os problemas existentes no pavimento betuminoso, após a execução das infraestruturas. Estes problemas devem-se à falta de manutenção, fiscalização e eficácia nos trabalhos, referentes à ampliação de Infraestruturas e ligações de ramais
 - Intervenções no Moinho do Papel e no m|l|mo - museu da imagem em movimento;
 - Execução de levantamento dos trabalhos a executar pela Brigada na Freguesia de Caranguejeira, elaboração dos relatórios e acompanhamento da mesma durante a execução dos trabalhos.
 - Pavimentações definitivas nas Freguesias de Boa Vista e Marrazes.
 - Empreitadas da intervenção do “Programa POLIS Leiria”. Registo de anomalias.
 - Quantificação e orçamentação com vista à construção de passeios e coletor pluvial na Maceirinha - Maceira.
 - Quantificação e orçamentação da Rua dos Colaboradores – Vale da Gunha – Maceira; da Rua das Cerejeiras – Pocariça – Maceira; da Rua Outeiro da Eira – Pocariça – Maceira; da Travessa 1.º de Março – Porto-Carro – Maceira; da Travessa da Capital - Porto-Carro – Maceira; da Rua dos Fetais - Alcolgulte – Maceira; trabalhos de saneamento de solos, construção de valetas em betão e serventia. Rua Mata da Bidoeira – Bidoeira; trabalhos de saneamento de solos, construção de valetas em betão e serventia - Rua Ildefonso – Bidoeira; construção de valetas e saneamento de solos na Rua do Campo da bola - Bajouca.
 - Medições e orçamento para a “Construção de Parque Infantil Afonso Lopes Vieira (Parque da Cidade)”.
 - Medições e orçamento para a “Construção do Parque Verde de Ortigosa”.
 - Medições e orçamento para a “Reparação de cobertura das casas nºs 2, 8, 14, 15 e 17 - Bairro Social da Integração”.
- **Colaboração como CSO – Coordenador de Segurança em Obra em vários processos camarários**
Colaboração na análise, despacho e acompanhamento de empreitadas no âmbito da segurança e saúde no trabalho, desempenhando funções de CSO com carácter provisório.

ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS VÁRIOS LANÇOS DE VIAS NACIONAIS DA EP – ESTRADAS DE PORTUGAL QUE INTERSETAM O CONCELHO DE LEIRIA

- Obra “LANÇOS IC2-Alargamento | IC2-VARIANTE DA BATALHA | IC36 | IC9”
Ficou estabelecido o acompanhamento de um técnico da DIOM, que acompanhe a execução dos vários Lanços de Vias Nacionais da EP – Estradas de Portugal que intersetam o Concelho. Sendo que todos os problemas e anomalias apresentados pelos municípios, seriam reencaminhados para o técnico por forma a resolver ao mesmos perante as respetivas entidades.
Novos troços que intersetam o Concelho de Leiria:

IC 2VB – Variante da Batalha, 13 km, em autoestrada e com pagamento de portagem, com exceção do troço que se sobrepõe à atual EN1, entre o Nó da Azoia e o Nó da A8, em que o tráfego local está isento de pagamento de portagem;

IC 9 – Nazaré / Ourém/ Tomar, 53 km de construção nova entre a Nazaré e Ourém e 14 km para conservação entre Ourém e Tomar. Uma faixa de rodagem, sem pagamento de portagem;

IC 36 – Leiria Sul / Leiria Nascente, 6 km, perfil de autoestrada com pagamento de portagem;

IC2A – Nó do IC36/Nó da EN109, 2 km, alargamento.

Lanço – IC2A – Nó do IC36/Nó da EN109.

APOIO TÉCNICO E PARECERES NO ÂMBITO DO TRÂNSITO

• Análise de Soluções Viárias de medidas de acalmia de tráfego

Foram analisadas várias situações expostas pelas Freguesias de Arrabal, Leiria, Caranguejeira, Carvide, Marrazes, Parceiros e Santa Catarina da Serra, para adoção de medidas de acalmia em várias zonas. Visita aos locais.

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

Missão do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística:

- Garantir o bom funcionamento dos serviços e a sua eficaz gestão técnico — administrativa;
- Conceber, promover, definir e regulamentar a preservação da qualidade urbanística e o ordenamento do território do Município de Leiria, através da sua participação ativa na elaboração e avaliação da execução do Plano Diretor Municipal e dos Planos de Urbanização;
- Propor critérios de gestão do património imobiliário do Município no âmbito da política de gestão equilibrada do território do Município;
- Proceder à gestão dos processos e executar as operações de gestão urbanística, nomeadamente operações de loteamento e obras de urbanização, licenciamento de edificações, autorização de utilização de edifícios, licenciamento de atividades industriais, comerciais e outras que não estejam expressamente cometidas aos restantes serviços municipais;
- Desempenhar as funções que permitam aos órgãos municipais exercer os poderes no âmbito da intervenção urbanística;
- Aprovação de vários parâmetros, nomeadamente, de índole técnica e legal da ocupação do solo e da correta integração urbanística de edifícios, estruturas ou equipamentos;

Unidades orgânicas e Serviços envolvidos:

- Divisão de Gestão Urbanística;
- Divisão de Planeamento, Ordenamento e Estratégia Territorial;
- Apoio Administrativo ao Departamento;
- Gabinete de Reabilitação Urbana;

Descrição das atividades

Gráfico 1 – Entradas mais relevantes (comparativo 2010/2011/2012)

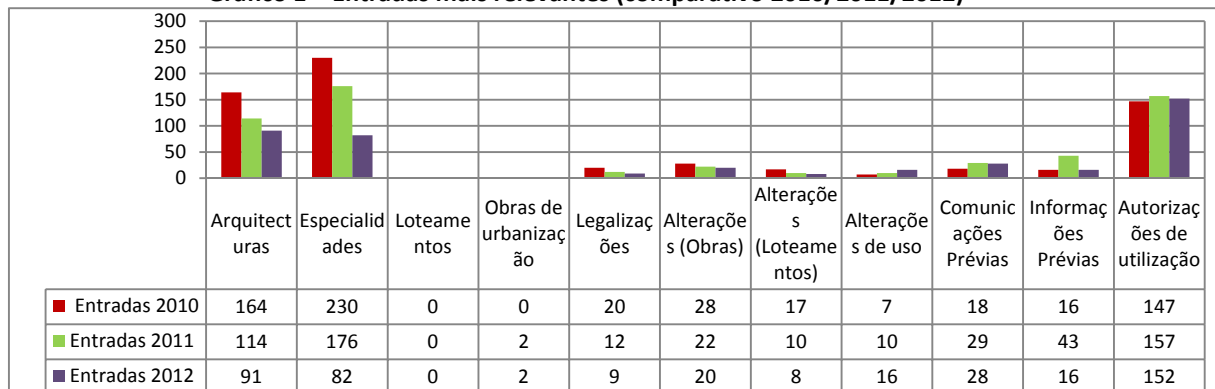


Gráfico 2 – Entrada de processos de obras (comparativo 2010/2011/2012)

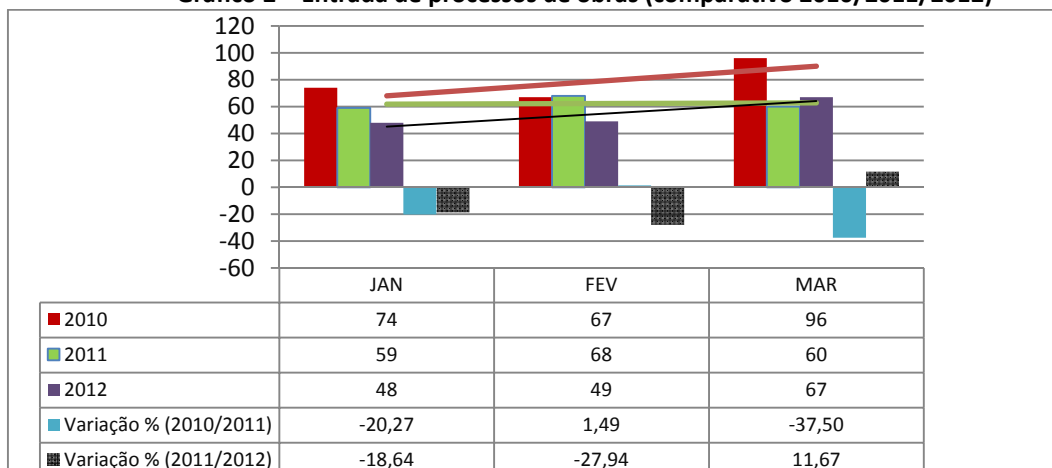
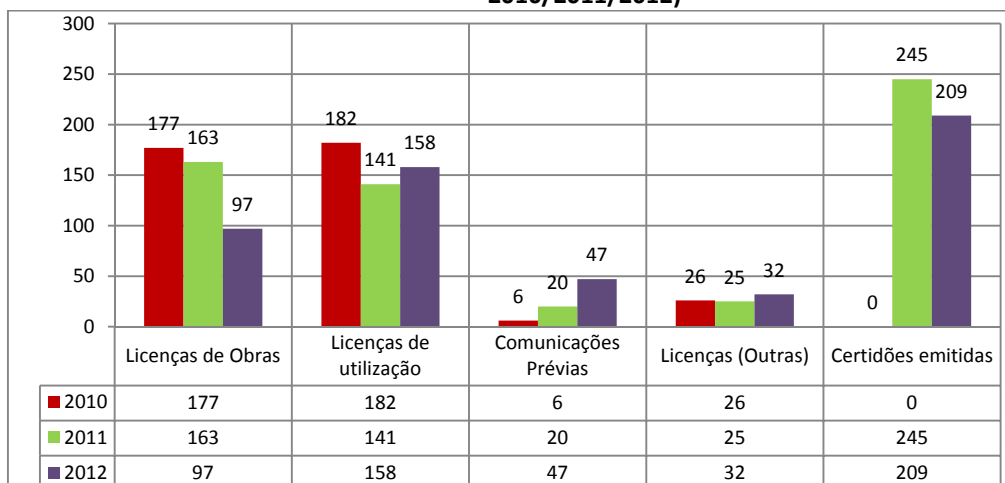
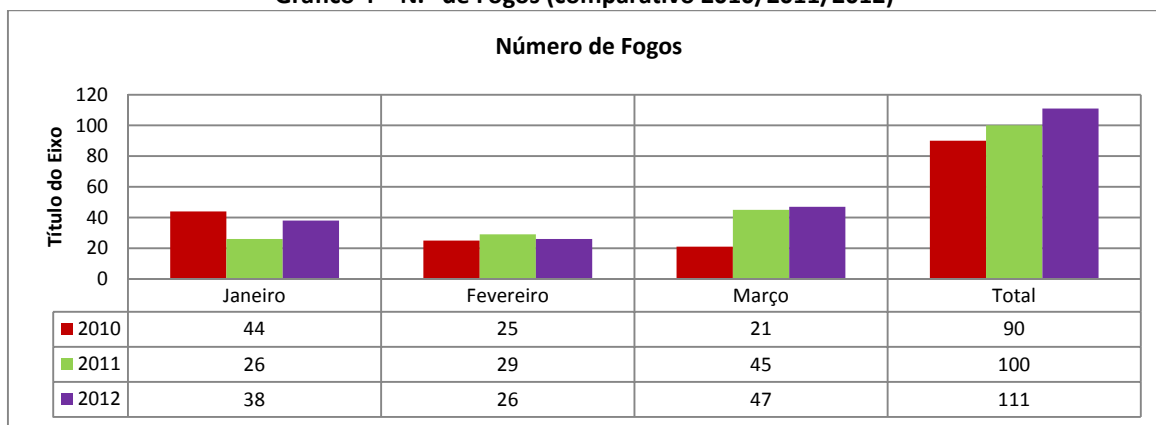


Gráfico 3 – Emissão de Alvarás, Admissões de Comunicações Prévias e Certidões (comparativo 2010/2011/2012)



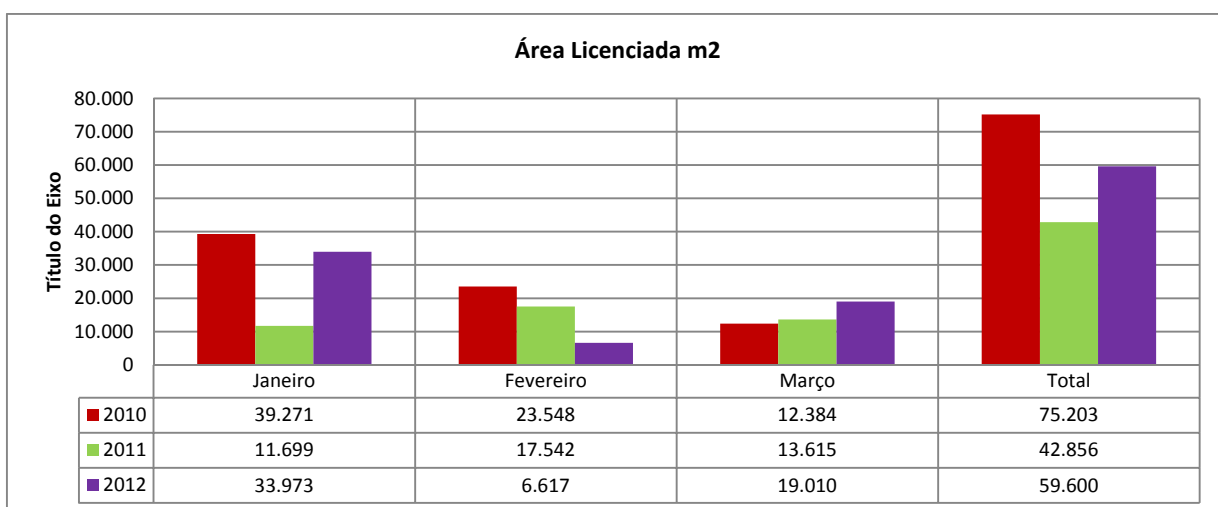
Nota 1: O decréscimo significativo de alvarás de licença de obras emitidos justifica-se pelo facto de terem aumentado o número de admissões de comunicações prévias, face ao tipo de controlo prévio a que ficaram sujeitas as operações urbanísticas por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. Do somatório de licenças e comunicações prévias verifica-se em 2012 um decréscimo em relação aos dois anos anteriores na ordem dos 21,3%.

Gráfico 4 – N.º de Fogos (comparativo 2010/2011/2012)



Nota 2: Verificou-se no primeiro trimestre uma tendência de subida da habitação coletiva (42,2%; 44%; 70,8%) em detrimento da habitação unifamiliar.

Gráfico 5 – Área licenciada/admitida (comparativo 2010/2011/2012)



Nota 3: 59% da área licenciada incidu sobre 10 edificações destinadas a pavilhões avícolas, uma unidade industrial, armazéns e um lar/centro de dia e apoio domiciliário.

Número de reclamações - 1

Atendimentos técnicos – 554

Fornecimento de dados ao Serviço de Finanças no âmbito do processo extraordinário de avaliação de imóveis / IMI

As novas regras da avaliação geral de obrigaram a um intenso trabalho de recolha e tratamento de informação relativa aos prédios urbanos a avaliar, para posterior envio aos serviços de finanças por via eletrónica.

As principais tarefas desenvolvidas são: identificação de processos através dos dados fornecidos, recolha de processos, análise e triagem dos elementos a digitalizar, digitalização, tratamento de informação, visitas ao local e carregamento de dados na plataforma.

Até 31/03/2012 foram submetidos na plataforma das finanças 7836 pedidos, dos quais 2325 foram posteriormente retirados pelo Serviço de Finanças. Dos restantes 5514 pedidos, a Câmara Municipal carregou 3586, a que corresponde uma taxa de execução de 65%. (Os elementos carregados correspondem, na generalidade, às telas finais do projeto de arquitetura, alvarás de obras e utilização e plantas de localização).

Ordenamento, Planeamento e Estratégia Territorial – Estudos, Projetos e Planos

- **Revisão do Plano Diretor Municipal**

A decorrer a fase de atualização dos Estudos de Caracterização e Estratégia de Desenvolvimento.

Reformulação da proposta de REN bruta na sequência de reuniões com a CCDRC e Direção Geral do Território.

Elaboração das versões prévias das Cartas de Riscos Naturais e Tecnológicos.

- **Alteração ao Regulamento do Plano Municipal em vigor (7ª Alteração)** - Adaptação ao Regime de Exercício da Atividade Industrial (Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro)

Preparação dos elementos para publicação em Diário da República e depósito na Direção Geral do Território, através do Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial.

- **Alteração ao Plano Diretor Municipal em vigor (8ª Alteração)** - Processo de classificação e reclassificação do solo em Vale Pereiro que permita enquadrar um conjunto de atividades económicas existentes e a implantar, para impulsionar e apoiar a dinâmica empresarial e a criação de emprego à escala local; e enquadramento do processo de licenciamento das instalações afetas à atividade pecuária no concelho.

Elaboração de documento de suporte à deliberação de Câmara para iniciar o procedimento de alteração ao PDM e determinar a abertura de um período de participação preventiva, nos termos do n.º 1 do artigo 74º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

- **Plano Pormenor S. Romão/Olhalvas PP1**
Preparação dos elementos para publicação em Diário da República e depósito na Direção Geral do Território, através do Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial.
- **Plano de Pormenor de Arrabalde da Ponte** - em fase de concertação.
Reformulação da proposta de plano para a reunião de concertação com a CCDRC, DGADR e ARHC.
Realização da reunião de concertação nos termos do artigo 76º do RJIGT.
- **Alteração ao Plano de Pormenor da Almuinha Grande** – em curso
Acompanhamento do Estudo Hidráulico do Rio Lis na zona a jusante da Ponte do Arrabalde, atualmente em fase de conclusão.
- **Projeto de Requalificação Paisagística da Rua da Cova e envolvente da Casa da Cova, Bidoeira de Cima** - em fase de projeto de execução.
- **Projeto de Loteamento da ZICOFA** – alteração
Proposta de alteração aos lotes 34, 35, 19 e Equipamento B da Zona Industrial da Cova das Faias.
- **Projeto de Alteração às áreas de equipamento dos Loteamentos 7/90 e 29/96** - em curso
- **Processos de Interesse Público Municipal**
Variante da Caranguejeira - Alteração dos documentos a enviar à CCDRC relativo ao procedimento de reconhecimento de interesse público da ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional.
- **Elaboração de Proposta de Regulamento para os Espaços Verdes Exteriores** do Município de Leiria.
- **Definição de critérios para a atribuição pela Assembleia Municipal da declaração de interesse público**
Critérios para a declaração a emitir pela Assembleia Municipal sobre o Interesse Municipal de obras e investimentos no Concelho de Leiria, para efeitos da instrução de pedidos de Ações de Relevante Interesse Público de ocupação de áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN).

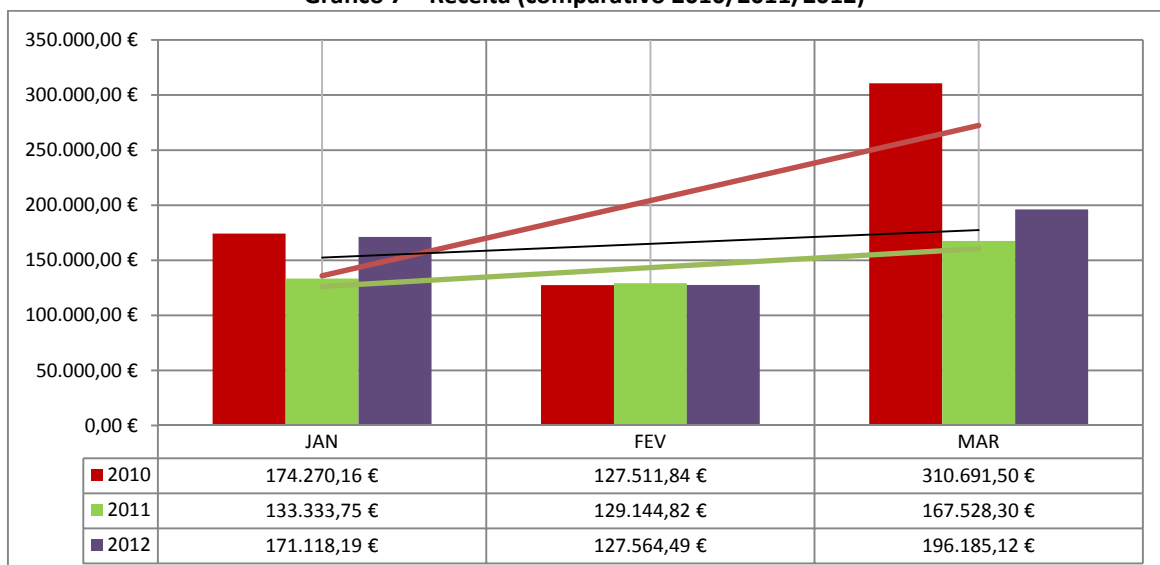
Ordenamento, Planeamento e Estratégia Territorial – Sistema de Informação Geográfica

Criação de uma estrutura de dados de forma a permitir a centralização de informação geográfica existente na autarquia (GeoLeiria).

Preparação do procedimento de ‘aquisição de serviços, formação e licenciamento de software para implementação de uma plataforma integradora de gestão de informação geográfica municipal’ (base tecnológica de licenciamento ilimitado e respetivos serviços de apoio técnico).

Informação financeira do Departamento

Gráfico 7 – Receita (comparativo 2010/2011/2012)



Nota 3: Verifica-se um ligeiro aumento da receita em relação a 2011, motivado pelo aumento da área licenciada e pela transferência de receitas relativas à emissão de plantas de situação do Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território para o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

Reabilitação Urbana

- Publicação em 11-01-2012 da conversão da ACRRU - Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico de Leiria em ARU - Área de Reabilitação Urbana, bem como o respetivo programa estratégico de reabilitação urbana;
- Desenvolvimento de atividades conjuntamente com entidades privadas e IPL, no sentido de criar condições para a intervenção no edificado do centro histórico por quarteirão, no âmbito do programa estratégico de reabilitação urbana;
- Monitorização e adoção das medidas necessárias ao prosseguimento dos processos de vistoria aos edifícios em risco;
- Desenvolvimento de trabalho junto aos proprietários dos estabelecimentos de restauração e bebidas com vista à legalização dos estabelecimentos, designadamente aqueles que têm processos de licenciamento antigos, não resolvidos. Nesse âmbito está também a ser preparada uma ação de sensibilização a realizar em 07/05/2012;
- Continuação dos estudos que visam proporcionar um melhor conhecimento do centro histórico (cadastro levantamentos do edificado; levantamentos funcionais).

DIVISÃO DE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

No período em apreço, realça-se a reunião do Conselho Municipal de Educação, o planeamento e as propostas relativas à rede escolar, o apetrechamento do Centro Escolar do Coimbrão, diversas intervenções educativas, a formação de assistentes operacionais em exercício de funções nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar do concelho, a formação de professores do 1.º CEB no âmbito das tecnologias de informação e comunicação (quadros interativos), a monitorização dos programas de refeições/componente de apoio à família, o programa da Fruta Escolar, a preparação do próximo ano letivo, a ação social escolar, os programas socioeducativos e de animação pedagógica (Férias Criativas, Festival de Teatro Juvenil e preparação do projeto Trocar Por Miúdos – Dia Mundial da Criança).

O Conselho Municipal de Educação (CME) reuniu em 28 de março de 2012, tendo abordado as seguintes temáticas: reorganização da rede escolar para o ano letivo 2012/2013, medidas de apoio socioeducativo e processo de agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas. Relativamente a este último assunto, o CME constata que a constituição dos agrupamentos de escolas no concelho de Leiria tem mostrado um assinalável equilíbrio em termos de territórios educativos, com respeito pelo percurso sequencial dos alunos e com excelentes resultados escolares/educativos e formativos.

Simultaneamente, evidencia que todos os agrupamentos de escolas e escolas secundárias foram alvo do processo de avaliação externa, por entidade independente (Inspeção Geral da Educação), tendo obtido resultados bastante satisfatórios. Neste sentido, o CME, por unanimidade, pronunciou-se favoravelmente à manutenção da atual territorialização educativa por a mesma se mostrar equilibrada e responder às necessidades das comunidades educativas do concelho.

No âmbito da rede escolar, o Município de Leiria promoveu um encontro com as escolas secundárias e instituições com Ensino Profissional, incluindo o Centro de Formação de Leiria e a Escola Profissional de Leiria, no sentido de facilitar a necessária articulação entre instituições. Assim, relativamente ao próximo ano letivo, constata-se que as propostas de oferta de cursos profissionais são distintas e complementares, constituindo-se como uma rede de âmbito concelhio, que garante a igualdade de oportunidades no acesso às diferentes ofertas formativas. A ata foi enviada à Direção Regional de Educação do Centro.

A solicitação deste organismo, o Município realizou diversas reuniões com os parceiros educativos locais (agrupamentos de escolas e freguesias) para análise da situação das escolas sinalizadas (escolas com menos de 22 alunos e as que, embora suspensas, se encontram a funcionar a título excecional): do agrupamento de Colmeias - EB1 Alcaidaria (Milagres) (11 alunos); EB1 Memória (18 alunos); EB1 Boa Vista (13 alunos); EB1 Centro de Figueiras (Milagres) (13 alunos); EB1 Raposeira (Colmeias) (18 alunos); EB1 Casal da Quinta (Milagres) (17 alunos); do agrupamento José Saraiva - EB1 Marvila (Barreira) (17 alunos); do agrupamento Rainha Santa Isabel - EB1 Moinhos de Carvide (Carvide) (20 alunos); EB1 Ervideira (Coimbrão) (9 alunos) e EB1 Várzeas (Souto da Carpalhosa) (20 alunos).

Atendendo a que as escolas de acolhimento não oferecem melhores condições de ensino-aprendizagem (condições físicas e pedagógicas), podendo ficar comprometida a execução do programa «escola a tempo inteiro» e/ou não têm capacidade para receber todos os alunos, com o parecer favorável do Conselho

Municipal de Educação, foi comunicada à DREC a concordância na suspensão dos estabelecimentos de ensino da freguesia do Coimbrão (escola de acolhimento-Centro Escolar do Coimbrão) e de um estabelecimento de ensino da freguesia da Barreira (Marvila).

Quanto aos equipamentos educativos, procedeu-se ao apetrechamento do Centro Escolar do Coimbrão. No que diz respeito ao Centro Escolar de Monte Redondo, as obras decorrem em conformidade com cronograma de trabalhos previsto. As estruturas modulares que constituíam o JI de Monte Redondo foram reutilizadas em dois espaços distintos, aumentando os recursos físicos dessas comunidades: instalação de um polivalente (60m²) na EB1/JI de Cruz D' Areia (Barreira), para apoio ao desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular, e instalação de um polivalente e copa (70m²) no JI de Outeiros da Gândara (Marrazes) para melhoria do espaço de refeitório.

Dando continuidade ao processo de requalificação e melhoria das condições de funcionamento das escolas, realizaram-se diversas intervenções em parceria com as juntas de freguesia: beneficiação do espaço de jogo e recreio do JI de Bajouca; EB1 Azoia; EB1 Casal dos Claros (Amor) e EB1 Vale da Bajouca. Do mesmo modo, na interrupção letiva da Páscoa, numa parceria Município de Leiria / Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola N.º 1 do 1.º CEB de Leiria verificou-se a beneficiação do espaço exterior e construção do campo de jogos daquele estabelecimento de ensino.

No sentido de clarificar o objeto do protocolo de delegação de competências celebrado com as Juntas de Freguesia, e integrar no mesmo a possibilidade de realização de intervenções necessárias à criação de condições para o normal funcionamento da «escola a tempo inteiro» e ordenamento da rede escolar, foi aprovada pelo executivo municipal proposta de adenda ao referido protocolo: «Manutenção, conservação e outras intervenções em espaços educativos (Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico)».

Relativamente ao território educativo do Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus, e no sentido de responder com mais eficácia e eficiência às atribuições do Município na área da educação, foi celebrado acordo de colaboração com aquele agrupamento para o exercício de competências manutenção e conservação das escolas.

No que diz respeito à gestão de equipamentos informáticos, o gabinete “SERVIÇO DE APOIO INFORMÁTICO” prestou o seu apoio de manutenção em 33 edifícios escolares. Do mesmo modo, dinamizou um ateliê de Informática, inserido das Férias Criativas.

No âmbito da economia digital e sociedade do conhecimento, o Município de Leiria (em conjunto com outros municípios) integrou candidatura, liderada pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) tendo em vista o apetrechamento de escolas do 1º CEB com quadros interativos (escolas com mais de 5 salas EB1/JI). Em resultado da candidatura conjunta, foi possível instalar 15 quadros interativos em 10 estabelecimentos de ensino do concelho. No dia 2 de abril, na EB1 de Capuchos (Leiria) decorreu uma ação de formação para os docentes (22) que utilizam diretamente aquele equipamento, no sentido de os dotar de competências para interagir com os conteúdos multimédia e aprender as funcionalidades da solução.

Através das Divisões de Juventude e Educação e Proteção Civil e Bombeiros, promoveu-se a ação de formação “Segurança em Meio Escolar: Primeiros Socorros”, cujos destinatários privilegiados foram as assistentes operacionais que exercem funções nos jardins de infância. Efetuaram-se 5 sessões teórico-práticas (março e abril) em escolas sede de Agrupamento, e participaram 90 pessoas.

Relativamente aos Programas de Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, deu-se continuidade à monitorização dos mesmos, nomeadamente a prestação do serviço de acompanhamento de refeições, CAF e transportes, tendo resultado a necessidade de proceder a alguns ajustes. Os serviços da DIJE continuam a proceder ao controlo dos pagamentos efetuados pelos encarregados de educação com alunos nos estabelecimentos de ensino (JI e 1.º CEB) cujos serviços de fornecimento de refeições e acompanhamento de alunos foram alvo de adjudicação pelo Município de Leiria. Este processo requer o controlo das presenças dos alunos nas refeições e nos prolongamentos dos Jardins de Infância, o controlo dos pagamentos efetuados via transferência bancária e a emissão das respetivas guias.

Com o objetivo de preparar atempadamente o próximo ano letivo 2012/2013, realizaram-se reuniões com os parceiros dos programas (IPSS, Freguesias, Associações de Pais), procedendo-se à adequação e clarificação dos critérios de apoio face ao número previsível de alunos.

No âmbito da Ação Social Escolar, foram analisados diversos pedidos de alteração de escalão, assim como se procedeu ao envio mensal das listagens atualizadas para as diversas entidades, sendo de realçar o número de processos remetidos a esta Divisão para análise e/ou reapreciação. No período em causa foram analisados cerca de 95 processos, um número significativamente superior aos processos analisados em igual período no ano letivo passado.

Após notificação da intenção de atribuição de bolsas de estudo aos alunos que apresentaram as respetivas candidaturas, e decorrido o período de audiência de interessados, foi presente em reunião de Câmara de 20 de março a lista dos 15 alunos bolsheiros, tendo sido aprovado o pagamento das bolsas em duas tranches de 500€ cada.

No âmbito do Regime de Fruta Escolar, foi enviado à DREC e IFAP, o relatório trimestral referente ao 1.º período do ano letivo, com vista ao desbloqueio do valor de ajuda ao referido programa. Em relação a este 1.º trimestre foram distribuídas 101.953 peças de fruta aos 4642 alunos do 1.º ciclo, totalizando o pedido de ajuda o valor de € 16.347,11. De igual forma, elaborou-se um inquérito para apurar o exercício e operacionalidade no domínio da adoção e incremento de rotinas alimentares saudáveis, bem como para aferir a eficácia de medidas de acompanhamento que visam a promoção do consumo de frutas/hortícolas junto dos alunos do 1º ciclo.

No que concerne às competências acometidas ao Gabinete de Apoio às Refeições Escolares (GARE), deu-se continuidade à monitorização do programa inerente versando a análise e validação da oferta alimentar proporcionada pelas empresas de restauração coletiva, em exercício nos espaços concessionados para o ano letivo 2011/2012 – áreas afetas a sete dos nove Agrupamentos de Escolas. Deu-se seguimento a procedimentos conducentes ao acesso informativo via página eletrónica do Município.

De 26 de março a 5 de abril decorreu o projeto Férias Criativas 2012 cujas atividades se desenvolveram nos diversos espaços municipais: m|i|mo, Castelo, Moinho do Papel, Centro de Interpretação Ambiental, Agromuseu Dona Julinha, biblioteca municipal e bombeiros municipais. Este projeto, que envolveu diversas entidades parceiras, voluntários e dinamizadores, presta um apoio às famílias, ocupa as crianças em período de férias, e teve como finalidade proporcionar um conjunto de aprendizagens com especial ênfase nas artes, património, ambiente, cidadania e segurança. As componentes “Castelo Encantado” e “Triângulo Divertido” tiveram 108 participantes e funcionaram em conformidade com a legislação em vigor sobre campo de férias. As inscrições tiveram em conta a situação económico-financeira dos participantes (de acordo com os escalões de abono de família). Na vertente “Férias +”, que funcionou com oficinas mais específicas e para maiores de 12 anos, as inscrições foram gratuitas e tiveram 76 participantes.

Pela primeira vez as inscrições foram efetuadas no balcão único de atendimento.

No mesmo período, ultimou-se a participação das 14 escolas no XVIII Festival de Teatro Juvenil, que decorre de 17 de abril a 16 de maio: Agrupamento de Escolas de Marrazes, Colégio Senhor dos Milagres, Colégio Conciliar Maria Imaculada, Agrupamento de Escolas Correia Mateus, Colégio Dinis de Melo (Amor), Escola Básica Santa Catarina da Serra, Escola de Formação Social e Rural, Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, Colégio Luís Pereira da Costa, Escola Básica e Secundária de Maceira, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Agrupamento Correia Alexandre (Caranguejeira) e participação especial do Instituto Educativo do Juncal.

No dia 17 de março, teve lugar uma oficina de encenação, de 8 horas, dinamizada pelo grupo de teatro Leirena, nas instalações da delegação regional do Instituto Português da Juventude. O Festival teve início em 14 de abril, no Teatro José Lúcio da Silva, com a peça “Tudo baila em seu redor”. Considerando o plano de contenção orçamental, o catálogo deste ano será disponibilizado aos interessados no sítio do Município em formato *ebook*.

Na área da Juventude, e considerando que o Conselho Municipal da Juventude, enquanto órgão consultivo do Município de Leiria, visa assegurar o direito de participação e intervenção dos jovens munícipes, auscultar e incorporar as contribuições das estruturas juvenis na definição e desenvolvimento de projetos, foi apresentado o projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude do Município de Leiria, que se encontra disponível para apreciação pública.

No seguimento do trabalho realizado com a Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (AEESTG) foi deliberado apoiar logisticamente o evento «Semana Académica 2012», que decorre de 29 de abril a 3 de maio, a Serenata Académica 2012, que decorre a 29 de abril e o desfile da Semana Académica 2012, que decorre a 2 de maio.

De igual modo, foi deliberado disponibilizar apoio logístico para a realização do 15.º Real Festival de Tunas Académicas – Real Festa, que teve lugar nos dias 20 e 21 de abril, numa organização da Tuna Mista da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, MUSEUS E BIBLIOTECA

No âmbito das atividades promovidas no período compreendido entre as duas datas referidas em título, destacam-se os seguintes pontos:

1. CASTELO

- **Estatística geral:** Total de visitantes 4.825 | Receita bilheteira: €5.020,10 | Receita loja: €210,60
- **Apoio a eventos – animação cultural, colóquios e cerimónias protocolares:** Gestão das atividades relativas à temporada 2012 no Castelo: *Castelo de Sons, Castelo D'Atores, Recriações históricas, Entremuralhas, Yoga no Castelo, Baila Salsa Leiria*. Elaboração de proposta de regulamento para a *Feira Medieval* a realizar no último fim-de-semana de setembro. Preparação da logística necessária aos seguintes eventos: Conferência sobre o Envelhecimento da População, a 12 março; Dia Mundial de Consciencialização do Autismo, a 31 março, 1 e 2 abril, e a reunião da Federação Distrital das Associações de Estudantes do Ensino Secundário, a 4 abril.

2. ARQUEOLOGIA NA CASA DOS PINTORES

- **Visitas guiadas/Abertura ao público:** 17 visitantes, incluindo investigadores e estudantes.
- **Atividades pedagógicas e de divulgação:** atividades no quadro do projeto *Férias Criativas*. Propostas de programação: Ciclo de Conferências sobre Património Cultural, incluindo visitas conduzidas por especialistas. Comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2012- atividades pedagógicas no Lapedo. Cedência de documentação a investigadores e estudantes, nas áreas de património, história e arqueologia. Apoio ao MINOM – Movimento Internacional para a Nova Museologia Portugal, na organização das XX Jornadas sobre a Função Social do Museu.
- **Conservação e Restauro:** Tratamento de materiais para exposição “Arqueologia no Castelo de Leiria”. Limpeza do sítio arqueológico do Abrigo do Lagar Velho - Lapedo. Verificação da exposição “Zona Letal, Espaço Vital” no MIMO, e estudo termohigrométrico do espaço expositivo. Apoio na exposição do Banco de Portugal “do Princípio ao Fim”. Análise de relatório de proposta de intervenção em obra escultórica - Cristo Crucificado e Mutilado – Leiria, do aluno André Rodrigues Pereira da Universidade Nova de Lisboa. Análise do estado de conservação de uma coluna antiga na Praça Rodrigues Lobo e proposta de intervenção.
- **Arqueologia e Património:** Trabalhos arqueológicos no âmbito de vários processos de obras: Estrada Atlântica, Edifícios Prioritários, Parque de Lazer e Merendas do Lapedo, reabertura de vala no Largo de São Pedro e intervenção no EPA 3 – Centro Histórico de Leiria (2ª fase). Acompanhamento do processo de intervenção arqueológica dos SMAS. Acondicionamento, em reserva, de peças do acervo do Museu de Leiria, Artes decorativas. Implementação de base de dados de inventário *In Patrimonium*. Programação da Rota de Escritores em Leiria. Desenvolvimento do processo de Classificação da Igreja da Misericórdia. Carta de Património e Carta Arqueológica: apoio nos processos de intervenção no Centro Histórico, na área de Reabilitação Urbana e na área do restante concelho de Leiria. Parecer sobre cemitério de Santo António do Carrascal – regulamento, avaliação patrimonial e aferição de relevância cultural. Proposta para musealização dos Paços Novos do Castelo, e reabertura da exposição *Habitantes e Habitats* ao público. Apoio na programação de exposição temporária sobre Cerâmica, no MIMO, a realizar pelo IPL - Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto.
- **CIALV – Centro de Interpretação do Lapedo:** 2 visitas guiadas - 39 participantes | atividades no âmbito das Férias Criativas – 58 crianças. Gestão e inventário do espólio referente ao Abrigo do Lagar Velho e Abrigo do Alecrim.

3. BIBLIOTECA E ARQUIVO HISTÓRICO

- Estatísticas: **Leitura:** Livros emprestados - 3.496 | Livros consultados - 4.553 | Total de utilizadores da Biblioteca – 14.817 | Bibliocaixas – 700 documentos emprestados | **Arquivo Histórico:** Recuperação de informação das atas de 1953 a 1955 – 670 documentos recuperados | digitalização de 8 Processos de obras | consulta de 13 processos por 7 utilizadores.
- **Serviços educativos:** “*Hora do Conto*”- Contos e Cantigas: sessões de Leitura em Voz Alta na Biblioteca - 12 sessões com 193 participantes; “*Empréstimo na Pediatria do HSA*” visita para empréstimo aos utentes/crianças, duas vezes por semana - 125 livros emprestados a 48 crianças; “*Hora do Conto na Pediatria*” – 2 sessões com 13 participantes; “*Bebeteca*” - 4 sessões com 48 bebés; Visitas guiadas à Biblioteca - 9 visitas com 187 participantes; “*Histórias de Fio a Pavo*”/público sénior - 2 sessões com 23 participantes; “*Férias da Páscoa*” – 6 iniciativas com 229 participantes; “*Férias Criativas*” – 5 iniciativas com 45 participantes. Comemoração de efemérides: *Dia Mundial da Poesia* – sessão de poesia com 24 participantes; *Dia Mundial do Livro Infantil* – sessão com Teatro de Sombras com 48 participantes. No âmbito da “*Semana da Leitura*” de 03 a 10 de março, decorreram diversas atividades, na BMALV, Moinho do Papel e Pátio do Mercado de Santana - total de 1.295 participantes.

- **Exposições | Livros & Escritores | Formação & Colóquios:** Galeria: Exposição “Tokushima em Leiria” – 12 a 31 de março; Exposição de Pintura de Orlando Domingues “Animais Selvagens” – 03 a 28 de Abril; Átrio: Exposição sobre “Alves Redol e Manuel da Fonseca” da Associação Promotora do Museu Neorrealismo – 03 a 27 de março; exposição bibliográfica “Inês de Castro” da Associação de Amigos de Dom Pedro e Dona Inês – 28 de março a 30 de abril. Sala Infantil: Exposição de máscara de carnaval da EB1 de Andrinos “Carnaval das Frutas” - 2 a 30 de abril. Lançamento de livros: “Avenida Marginal” de Jorge Carreira Alves – 70 participantes. Ações de formação: Uniself “Fornecimento de refeições Escolares” – 40 participantes; 2 formações sobre Catalogação no âmbito do SABE. Palestra: com o tema “Um olhar sobre a criança – a arte da educação segundo a pedagogia Waldorf” de Ana Abreu.

4. MOINHO DO PAPEL

- Gestão de loja e estatística de visitante, serviços, manutenção e programação. | Estatística: **1.573 visitantes | Receitas loja: €1.133,90 | Receita de Bilheteira: €672,24.**

- **Serviços educativos:** 27 visitas guiadas | 60 oficinas envolvendo 21 entidades - 1.467 participantes.

- **Outras atividades:** “Concertos com História”; “Um barco ao Redol do rio” com o objetivo de divulgar a vida e obra do escritor Alves Redol; “Englobarte” atividade que consistiu na captação de imagens fotográficas por parte de cada visitante; “Explorar e criar” a partir do conto “O Moleiro, o Menino e o Burro” as crianças foram convidadas a criar as personagens do conto, ilustrando-as em papel reciclado e com recursos à colagem de cereais; “Floresta Reciclada” no âmbito do Dia da Floresta foi realizada uma oficina de produção de folhas recicladas com recurso a papel de jornal e cartão, com o objetivo de sensibilizar para o uso racional do papel e para a preservação da floresta; “Estórias d’Água” recital de poemas por parte dos participantes no evento, no âmbito do Dia Mundial da Poesia; O Dia do Estudante foi comemorado ao som da Tuna Académica Trovantina; no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Teatro foi realizada uma peça de fantoches “Mielo e Farelo”.

5. AGROMUSEU MUNICIPAL DONA JULINHA

- Gestão de loja e estatística de visitante, serviços, manutenção e programação: **Manutenção da horta agrícola e dos animais da quinta; Gestão da loja e controlo de visitantes. Total de visitantes 494 | receita bilheteira/loja: €127,41.**

- **Serviços educativos:** exposição itinerante, “Pérolas Ambientais do Concelho de Leiria”, da OIKOS –Leiria. No âmbito da Semana da Leitura – dias 08 e 15: oficinas pedagógicas: “Passarinhos e os seus ninhos”, – participaram 68 crianças. No Dia da Floresta foram realizadas as atividades “Árvores nossas Amigas” e “Folh&arte” consistindo na identificação das árvores do Museu. “Férias Criativas” - oficina “cultivar e cuidar: erva e sabores” nos dias 26, 27 e 30 de março. Na oficina “Pequenos hortalhões” foram elaborados dois desdobráveis “Como fazer um jardim caseiro de ervas aromáticas” e “Como fazer uma pequena horta tradicional”, com conselhos úteis para a prática de horticultura em pequenos espaços. A oficina “Do barro ao pote: do oleiro ao arqueólogo”, em parceria com a Casa dos Pintores – Oficina Municipal de Arqueologia.

6. m|i|mo

- **Gestão de loja e estatística de visitante:** Receita de Loja: €122,47 | Receita de bilheteira: €841,07 | Total de visitantes 1.549 | 36 visitas guiadas com 408 participantes | 4 cedência gratuitas | 4 cedências em parceria com associações culturais | 2 eventos de programação interna do museu.

- **Exposições Temporárias:** de 03 março a 28 abril – “Paixões”, exposição dos trabalhos presentes na 1ª Maratona Fotográfica Fnac LeiriaShopping, que decorreu em 2011 na cidade de Leiria.

- **Atividades diversas:** Tertúlia “Novas Tecnologias” sobre “Grafitti Digital”, com o formador José Manteigas - 29 participantes; Organização e cedência da sala exposição temporárias, para a sessão de entrega de contratos Proder – Medida 3, dinamizada pela ADAE - 75 participantes; Programa de educação pela arte – PEPIS 2012 - oficinas de Expressão Dramática e Corporal “Mimo Dramático” - 70 participantes; Acompanhamento do “3º Workshop de Música Antiga” organizado pelo Orfeão de Leiria, - 58 participantes; “Yoga nos Museus” - 48 participantes; workshop “Como Utilizar as Ferramentas de Marketing Gratuitas”, com o formador Óscar Casaleiro - 17 participantes; Transmissão em direto da votação do júri de Leiria no “Festival da Canção”, transmitido pela RTP1; atelier de expressão artística, no âmbito das Jornadas de Educação Social e Expressão, pela Vivenciarte; workshop de lomografia no âmbito do projeto “Analogika”, dinamizado pela ECO – Associação Cultural, 34 participante; workshop e concerto “Lixo com Ritmo”, dinamizado pelo Orfeão de Leiria - 158 participantes.

Serviço Educativo - 36 visitas guiadas - 408 participantes | 23 oficinas de brinquedos óticos - 310 participantes | 11 oficinas teatro de sombras - 186 participantes | 4 oficinas de lanterna mágica - 51 participante | 3 oficinas de cianotipia - 25 participantes | 1 oficina de câmara obscura - 6 participantes | 2 festas de aniversário - 27 participantes | 2 oficinas “À Luz da Primavera” - com 8 participantes | 1 atividade sénior - 5 participantes | 12 oficinas Culturgest “Gravação + Exercício Luísa Cunha - 252 participantes | 1 oficina Culturgest “Coleção de sapatos” - com 21 participantes | 1 oficina Culturgest “Colagem” - 24 participantes | 1 workshop da Culturgest com a artista Armanda Duarte - 18 participantes.

- **Centro de Documentação e Informação Artur Avelar:** Consulta interna – 1 | requisições externas – 2 | requisições internas – 2 | documentos consultados – 14 | visitantes e utilizadores do espaço – 7 | entradas de documentação - 17 | inscrições de leitores - 4. No âmbito do serviço educativo realizaram-se 6 sessões com 199 participantes | festas de aniversário – 1 com 16 crianças | no âmbito das “Férias Criativas” as 51 crianças que participaram puderam visualizar DVD’s, desenhar, ler, brincar com jogos interativos existentes na biblioteca do museu antes de serem encaminhadas para as oficinas pré-estabelecidas.

7. ANIMAÇÃO DE RUA

- **Atividades diversas:** Preparação e organização das iniciativas: *MetaDança* – Rio, Cidade e Património 2012 - de 22 a 29 de abril, na cidade e nos museus afetos à DIACMB; *Gala de Óscares*, promovida pela Associação de Estudantes da Escola Secundária Domingos Sequeira - 21 de abril, no Centro Cultural Mercado Sant’Ana. *Concerto de Páscoa*, no dia 01 de abril, cuja organização esteve a cargo do Município de Leiria e da Paróquia de Leiria. Colaboração com a Divisão da Juventude e Educação, na iniciativa *Férias Criativas*, para a realização de oficinas no Centro Cultural Mercado Sant’Ana.

8. TEATROS

- **Estatística e receita de bilheteira:** Teatro Miguel Franco – 3.227 espetadores | receita de bilheteira: €1.799,00 | Espetáculos de música – 1.923 espetadores | Teatro – 791 | Dança – 209 | Conferências – 304.

- **Estatística de exposições:** Teatro José Lúcio da Silva: “*Tonekos*” de 01 a 31 de janeiro | “*Utopia Azul*” de 04 a 25 de fevereiro | “*Reflexos em Cidades Alfa*” de 02 a 25 de março – 12.967 visitantes. Banco de Portugal: “Do Princípio ao Fim” – 1.715 visitantes.

- **Produção e organização:** de espetáculos e outras iniciativas que integram a oferta cultural do Teatro Miguel Franco; elaboração de procedimentos concursais no âmbito das Candidaturas CULTREDE e RECENTRAR. Gestão e coordenação de eventos culturais adstritos ao Banco de Portugal, designadamente organização de exposições dos espaços edifício Banco de Portugal e Teatro José Lúcio da Silva.

- **Estágio:** Acompanhamento e orientação de 1 (um) Estágio Curricular, e de um projeto de Trabalho Comunitário.

9. COMUNICAÇÃO E DESIGN

- **Design:** Desenvolvimento de diversos projetos de criatividade/design dos eventos nas diversas temáticas no âmbito cultural e dos restantes serviços do Município, bem como para o Teatro José Lúcio da Silva.

- **Outros projetos:** projetos gráficos que resultam da divulgação da programação e serviços do Município: Leiriagenda; suportes de comunicação dos museus; *Concerto da Páscoa*; *Mercado do Livro*; *Férias Criativas* e a *Feira de Leiria*. No âmbito de candidatura ao QREN: instalação da sinalética de acesso e interpretação do Castelo. Decoração e mobiliário para o *Centro Cívico - praça Eça de Queirós* e *Mercado Sant’Ana – Centro Cultural*. Curadoria de exposições: pintura de Maria João Franco (Banco de Portugal; de Fotografia, da Fnac (m|i|imo); elaboração do *Catálogo das entidades culturais do Concelho*. Foram ainda elaborados diversos suportes de comunicação para os espetáculos do Teatro Miguel Franco e do Teatro José Lúcio da Silva.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE

GESTÃO DE RECURSOS

DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCESSOS ATRAVÉS DA SUBDELEGAÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

Atribuição da coordenação funcional dos setores, respetivamente, de Licenciamentos Diversos e da Metrologia a colaboradores das áreas, com subdelegação de competências naqueles, pela Chefe de Divisão, para praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da

competência decisória do delegante e ou subdelegante, numa ótica de gestão mais célere e desburocratizada dos processos.

ÁREA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

BALCÃO DE ATENDIMENTO NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

Colaboração da implementação e a integração no “Balcão Único de Atendimento” – BUA, bem como para a equipa interdepartamental da “Equipa Simplex” para a efetuação do “Balcão do Empreendedor” – BdE. De destacar que, os primeiros processos a serem carregados no BdE, por parte da CML, são da responsabilidade da DIDEA, máxime, Licenciamento da Publicidade, Ocupação de Espaço Público e Mapas de Horário de Funcionamento.

APOIO AO EMPREENDEDORISMO

A DIDEA coordena localmente o processo de constituição de uma Rede Regional de Suporte ao Empreendedorismo no âmbito dos municípios da NUT III do Pinhal Litoral, em colaboração com a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL). Neste âmbito, continuam os trabalhos a nível local e regional no âmbito da Rede Regional de Suporte ao Empreendedorismo. Atualmente está em análise o projeto da Estratégia Regional de Apoio ao Empreendedorismo e prepara-se o modelo de gestão da Rede.

ATIVIDADES ECONÓMICAS

Continuação da colaboração com a Portugal Foods – Pólo de Competitividade e Tecnologia Agroalimentar, no âmbito da iniciativa nacional de estabelecimento de uma *Estratégia para a Internacionalização do Setor Agroalimentar Português*, através da constituição e fornecimento de uma Base de Dados Local de empresas leirienses do setor agroalimentar exportadoras ou com potencial exportador

ÁREA DOS LICENCIAMENTOS DIVERSOS

“LICENCIAMENTO ZERO”

Conclusão da fase de projeto de fixação de valor de taxas e de adaptação ou criação de regulamentos municipais no âmbito dos processos do licenciamento zero e de processos administrativos de licenciamento de estações de abastecimento de energia elétrica para veículos automóveis, de guardas-noturnos e de arrumadores de veículos automóveis.

ALTERAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INTERNOS DE GESTÃO

Com vista a melhorar a qualidade dos serviços prestados, de modo a tornar os procedimentos mais céleres e eficientes foram definidos novos procedimentos de gestão processual no seio da DIDEA, e para a instrução e elaboração de pareceres técnicos internos de processos de licenciamento de publicidade, ocupação de espaço público bem como de licenciamentos de espetáculos ao ar livre e outros eventos. Tal traduziu-se numa diminuição de prazos de resposta aos municípios e num aumento de receita, relativamente ao trimestre anterior, máxime, nas áreas do licenciamento de publicidade e ocupação de espaço público.

FEIRA DE MAIO

- Disponibilização de colaboradores para a emissão das guias de receita inerentes às atribuições dos lugares na Feira de Maio, em colaboração com a respetiva Comissão.
- Desenvolvimento do procedimento concursal para efeitos de aluguer de módulos sanitários e balneários portáteis a instalar no recinto, para usufruto dos feirantes e população.
- Colaboração na elaboração do Caderno de encargos (cláusulas técnicas) e abertura de propostas para Iluminação Cénica; Som e Animação; Tendões e Barracas; Feirantes/Participantes; <vedação do recinto

ÁREA DA METROLOGIA

Adoção de novos procedimentos internos para a tramitação da arrecadação de receita de metrologia.

TABELA 1: RECEITAS COBRADAS PELA DIDEA COM MAIOR NÚMERO DE INCIDÊNCIA

Origem da receita	N.º de incidências	Valor cobrado (em €)
Emissão/renovação de alvarás de licenciamento de publicidade	79	29.653,22

Alvarás de licença especial de ruído	4	324,48
Licenciamento de ocupação de espaço do domínio público Municipal	203	7.816,91
Emissão/substituição de mapa de horário de funcionamento de estabelecimentos	65	1.646,70
Prestação de serviços relativos a Inspeções e Reinspecções de Ascensores	111	17.004,78
Ocupação de lugares de venda em Mercados e Feiras e emissão de cartões de acesso ao Mercado Falcão (incluindo V. Ambulante)	841	47.864,76
Atribuição de lugares na Feira de Maio	78	120.893,34
Prestação de serviços de controlo metrológico	386*	12.070,76
Emissão de plantas de localização	64	768,96
Pagamento de refeições escolares	20	527,06
Cemitério de Leiria	66	12.502,56

*instrumentos verificados

ÁREA - RESÍDUOS, HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICA

GESTÃO DE RESÍDUOS NÃO URBANOS

REEE – RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÓNICOS

Teve lugar no dia 9 de março, a assinatura dos protocolos de colaboração entre as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa e a AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (Amb3E), no âmbito da gestão de REEE de origem doméstica.

O Município de Leiria foi o catalisador da parceria tripartida, no sentido ser adotado um sistema de recolha de REEE no Concelho que seja mais próximo da população e com ganhos óbvios em termos ambientais, económicos e sociais.

ENCAMINHAMENTO DE RCD (RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO) EXISTENTES NAS INSTALAÇÕES DA CML SITAS NA GUIMAROTA

A DIDEA tem vindo a acompanhar, desde o dia 28/09/11, a recolha, transporte e encaminhamento a destino final adequado, de um volume considerável de resíduos de construção e demolição acumulados nas instalações das oficinas do Município. Trata-se de resíduos que consubstanciam um passivo ambiental com alguns anos de existência, resultantes da ação dos serviços camarários nas várias freguesias ao nível dos espaços públicos. Assim, foram encaminhados, no período a que se reporta o presente relatório, cerca de 91 toneladas de resíduos de “Mistura betão, tijolos, ladrilhos e telhas”. O transporte destes resíduos tem vindo a ser assegurado pela DIMC, estando os mesmos a ser depositados na Valorlis, S.A. a €1,00/ton. Igualmente através da DIMC, promoveu-se o encaminhamento de mais de 7 toneladas de resíduos provenientes decorrentes do incêndio do “Ex-libris bar”, a destino adequado. Promoveram-se diligências diversas no sentido de proceder-se ao encaminhamento de resíduos de fibrocimento existentes em Maceira, decorrentes de temporal, a pedido da respetiva Freguesia.

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

Assim, e à semelhança do ano transato, promoveu-se a aquisição de prestação de serviços destinados a salvaguardar as condições de higiene e limpeza da Povoação de Pedrógão e áreas limítrofes durante o período de veraneio. No entanto, e numa tentativa de redução de custos, ao mínimo, propôs-se um preço base para o procedimento concursal, do presente ano, de €38.500,00+IVA, aproximadamente inferior a 17% dos custos no ano transato, adjudicado por €46.272,67+IVA, com procedimento similar, conseguido,

agora, através de uma redução do período de tempo abrangido pela prestação de serviços, ou seja, de 15 de maio a 30 de setembro, ao invés de 1 de maio a 30 de setembro, conforme sucedeu no ano passado.

RESÍDUOS URBANOS INDIFERENCIADOS

No período em apreço, foram recolhidos pelos serviços da SUMA, S.A. na área territorial do concelho de Leiria, 6.918,76 toneladas de resíduos indiferenciados, respetivamente 3.236,88 e 3.681,88 toneladas em fevereiro e março.

RELATÓRIO LEGAL SIRAPA 2011

O Município de Leiria procedeu ao relatório dos resíduos produzidos e processados em 2012, dando cumprimento à legislação vigente, de acordo com as emanações da Agência Portuguesa do Ambiente e da CCDRC- Coimbra. Assim, no contexto do relatório no SIRAPA, foram declaradas 16 tipologias de resíduos distintas, enquanto produtor e 2 na qualidade de operador de gestão de resíduos.

PRAIA DO PEDRÓGÃO

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA OVAR-MARINHA GRANDE

Participação na 2.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do POOC Ovar-Marinha Grande, a qual teve lugar no dia 22/02/12 no edifício do Município da Figueira da Foz. Continuação dos trabalhos de acompanhamento; emissão de parecer sobre o Relatório 2 – Relatório e Diagnóstico Prospetivo.

EROSÃO COSTEIRA NA PRAIA DO PEDRÓGÃO/REGULARIZAÇÃO DO AREAL

Foram diligenciados os procedimentos internos para abertura do procedimento concursal para regularização de areias na Praia do Pedrógão. A contratualização de horas de máquina para regularização do areal é uma necessidade periódica (anual) e pertinente, tendo em conta a forte erosão costeira que aquela praia tem sofrido, com tendência para aumentar, e as consequências daquela ao nível da desestabilização dunar. No presente ano, por imposições legais e de restrição orçamental houve um esforço em reduzir custos, não descurando a necessidade de atuar de modo a evitar danos em pessoas e bens. Propõe-se um preço base de €9.900+IVA (=€12.177,00), representando uma redução de custos de aproximadamente 27%, relativos a 2011. O concurso encontra-se a decorrer.

MANUTENÇÃO DE PASSADIÇOS

Foram promovidos os procedimentos necessários à abertura de Ajuste Direto Simplificado para manutenção/reparação dos passadiços na Praia do Pedrógão, previamente ao início da época balnear. Fixou-se um preço base de €3.750,00+IVA (=€4.612,50), representando, tal, uma redução de custos relativos ao ano de 2011, de 86,3%, refletindo mais uma vez o esforço de contenção orçamental sem colocar em questão a acessibilidade à praia. O concurso encontra-se a decorrer.

REUNIÕES COM A ARH CENTRO

Articulação de procedimentos entre a CML e a ARH Cento no sentido de vir a ser adotada, a curto prazo, uma solução técnica que permita proteger o emissário que promove o encaminhamento das águas residuais da povoação de Pedrógão até à ETAR daquela povoação, o qual se encontra ameaçado pelo mar, face à forte erosão costeira que se tem feito sentir na praia sul do Pedrógão.

CANDIDATURAS BANDEIRA AZUL DA EUROPA, PRAIA SAUDÁVEL E PRAIA ACESSÍVEL

O Município de Leiria procedeu à entrega das candidaturas da Praia do Pedrógão Centro, aos seguintes galardões: Bandeira Azul da Europa, Praia Saudável e Praia Acessível.

ÁREA – EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

COORGANIZAÇÃO NA REALIZAÇÃO DAS XIII JORNADAS DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Organização das XIII Jornadas da Conservação da Natureza e Educação Ambiental, resultado de uma parceria entre o FAPAS – Fundo de Proteção para os Animais Selvagens e o Município de Leiria, através da DIDEA. Este evento teve lugar nos dias 21 e 22 de abril.

CIA

No período em apreço, realizaram-se várias atividades de educação/sensibilização ambiental, com alunos de várias escolas dos Concelhos, tendo tido especial destaque as associadas às comemorações do Dia

Mundial da Água e Dia Mundial da Floresta. Destaque-se o envolvimento do CIA na realização de atividades com e para crianças com necessidades educativas especiais.

DIVISÃO DE DESPORTO

1. GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

1.1 Pavilhões Desportivos Municipais

A intervenção nesta área da gestão das Infraestruturas concretiza-se em dois níveis de atuação, nomeadamente o controlo da gestão das instalações desportivas municipais geridas pela Leirisport, E.M. (Pavilhões Desportivos Municipais, Piscinas Municipais, Estádio Municipal de Leiria – Pista de Atletismo e Centro Nacional de Lançamentos de Leiria), ao nível da utilização destas infraestruturas pelos clubes do Concelho e respetivos apoios a atribuir neste âmbito, bem como a cedência de espaços desportivos protocolados com outras entidades (escolas e clubes).

No que se refere ao primeiro nível de procedimentos, é prestada colaboração permanente no processo de marcação de jogos/competições regulares e pontuais e análise dos correspondentes pedidos de apoio.

Realização de reuniões com a Leirisport, E.M. para operacionalização da aplicação dos novos Regulamentos de Cedência e Utilização das Instalações Desportivas Municipais e definição dos respetivos apoios, bem como articulação com os clubes para verificação e cumprimento do modelo adotado.

2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO

2.1. PAAD

Realização de informações internas para desbloqueamento de verbas no âmbito do PAAD Infraestruturas e PAAD Época Desportiva.

Atualização dos resumos de atribuições de apoio no âmbito do PAAD Infraestruturas e PAAD Época Desportiva.

Colaboração com a DIAU, para inserção do PAAD no novo Regulamento de Atribuição de Auxílios do ML.

2.2. Protocolos/Contratos

Aprovação dos Contratos-Programa com a Leirisport, E.M. para a Gestão e Exploração do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria e Piscinas Municipais de Maceira e Caranguejeira, bem como os Contratos de Mandato para a Aquisição de Equipamentos e Intervenções de Beneficiação e para a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo do concelho de Leiria, e do Contrato-Programa de Gestão e Implementação do Programa Viver Ativo.

Desbloqueamento de verba relativa à Revisão do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município de Leiria e a Associação Cultural e Recreativa de Maceirinha.

Aprovação do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Distrital de Atletismo de Leiria.

3. ESTUDOS E PLANEAMENTO

3.1. Carta Desportiva Concelhia

Disponibilização de dados referentes aos Clubes do concelho, para início da 3.ª fase da Carta Desportiva Concelhia a realizar pela Leirisport, E.M., nomeadamente a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo do concelho de Leiria.

DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

1. Bairros Sociais

Foi elaborada e proposta a deliberação de Câmara de 10 de abril, atribuição de uma habitação Social no Bº Social Cova das Faias.

Foram realizadas duas reuniões com os proprietários do lote 7 do Bº da Estação, para constituição do condomínio, onde o Município é proprietário de 5 frações habitacionais.

Estão a ser emitidos mensalmente os documentos de receita de todas as rendas habitacionais e juros, monitorização do pagamento das mesmas e acompanhamento direto dos arrendatários que se encontrem em incumprimento.

2. Gabinete de Atendimento Social

Registou 256 atendimentos aos munícipes nas diversas áreas de intervenção, nomeadamente, na atribuição de comparticipação de medicamentos (194 atendimentos), habitação social (31 atendimentos), no direito à alimentação (5 situações), informação e apoio para requerimento aos SMAS/tarifa de beneficência (4 situações), obras de melhoria de habitação (9 situações), pedidos de apoio à renda (1 situações), encaminhamentos para o Gabinete de Inserção Profissional (3 situações), Banco Local de Voluntariado de Leiria (5 situações), e informações várias (11 atendimentos).

Verificou a entrada de 227 requerimentos, dos quais 155 foram deferidos, 14 rejeitados liminarmente, 12 indeferidos e 46 encontram-se em análise. O género predominante foi o feminino e o escalão etário entre os 40 e os 64 anos, sendo a tipologia do agregado familiar maioritariamente o isolado e monoparental.

As candidaturas recebidas são em grande maioria das freguesias de Marrazes e Leiria, com 68 e 86 candidaturas respetivamente.

Registou 15 requerimentos de habitação social, nomeadamente 5 da freguesia de Leiria, 6 da freguesia de Marrazes, 1 da freguesia de Barreira e 1 da freguesia de Maceira, 1 freguesia de Pousos e 1 da freguesia de Santa Eufémia e foram avaliados em relação a outras respostas além das municipais, como o Programa Porta 65, e encaminhados sempre que foi verificado essa necessidade para outros apoios sociais, tais como a comparticipação em medicamentos, direito à alimentação e/ou Rendimento Social de Inserção.

Registou 1 requerimento de apoio para melhoria de habitação de famílias carenciadas, da freguesia de Colmeias.

3. Gabinete de Inserção Profissional

O Gabinete de Inserção Profissional, no âmbito da atividade protocolada com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, assegurou o atendimento/acompanhamento a desempregados encaminhados pelo Centro de Emprego de Leiria distribuindo-se em informação profissional a jovens e adultos desempregados (878 atendimentos), apoio à procura ativa de emprego (439 atendimentos), divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação (13 atendimentos), divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo (40 atendimentos) e controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego (878 atendimentos).

O Gabinete de Inserção Profissional promoveu a organização da sessão de formação “Procura Ativa de Emprego”, onde participaram 8 desempregados, a quem para além dos conteúdos das sessões também foi dado apoio na realização das cartas de resposta a emprego e “Curriculum Profissional”.

4. Gabinete de Apoio Psicossocial

Realizou 8 atendimentos psicológicos.

Acompanhou 3 situações de funcionários em termos de apoio social, tendo realizado 5 atendimentos e 7 atendimentos a munícipes, dos quais encaminhou 3 situações para Cáritas, Cruz Vermelha e Serviço Social Sé.

5. Rede Social

Foi prestado apoio técnico às Comissões Sociais de Freguesia já existentes, como foi o caso da CSF de Bidoeira de Cima e Ortigosa, e foram reativadas as Comissões Sociais Inter-Freguesias de Bajouca, Coimbrão e Monte Redondo e Inter-Freguesias de Amor, Carvide e Monte Real.

Foram prosseguidas as atividades inerentes ao funcionamento do Conselho Local de Ação Social de Leiria: Realizou-se uma reunião de Plenário do Conselho Local de Ação Social, com a presença da maioria dos seus parceiros, tendo como assunto principal na ordem de trabalhos, a apresentação do Programa de Emergência Social pelo ISS, IP. – Centro Distrital de Leiria, mais concretamente de diversas iniciativas de reforço das respostas sociais destinadas à terceira idade. Das iniciativas apresentadas, de acordo com orientações governamentais, foi reorganizado o Grupo de Trabalho dos Idosos.

A DIAS promoveu reuniões dos grupos de trabalho “Deficiência e Reabilitação”, e “Idosos” nos dias 24 e 28 de fevereiro, respetivamente.

Foi promovida uma reunião do Núcleo Executivo, para emissão de parecer solicitado, pelo Lar Social do Arrabal, relativamente a candidatura efetuada ao PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, medida 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida.

Participação numa reunião da Plataforma Supraconcelhia da Rede Social em 15 de março, acerca do Plano de Emergência Social e idosos em situação de solidão, na qual foi constituído um grupo de trabalho, que o CLAS de Leiria integra.

6. Programa “Viver com trabalho”

Foi dada continuidade ao apoio e acompanhamento aos trabalhadores inseridos no Programa Viver com Trabalho que terminaram o referido programa no dia 30 de março de 2012, à exceção de um trabalhador que só terminará a 30 de abril.

Com o término do Programa houve uma especial preocupação na integração dos trabalhadores no mercado de trabalho, em oferta formativa ou em programas similares. Assim, foram encaminhados dois trabalhadores para o curso de competências básicas promovido pelo Centro de Emprego de Leiria para poderem concluir o 4º ano de escolaridade. Para outros três trabalhadores foi realizada candidatura ao Programa Vida Emprego, em colaboração com o Centro de Respostas Integradas de Leiria e com o Instituto de Emprego e formação Profissional. Os restantes dois trabalhadores que concluíram o Viver com Trabalho foram encaminhados para o mercado “normal” de emprego, tendo-se desenvolvido vários contatos com empresas do concelho. Foram também inscritos no Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Leiria e encaminhados para ofertas de emprego compatíveis.

7. Campanha “Direito à Alimentação”

Continuam a beneficiar do programa 8 famílias, abrangendo 16 pessoas, as quais usufruem de 55 refeições semanais.

Encontram-se em lista de espera 13 famílias, abrangendo 26 pessoas: oito da freguesia de Leiria e 5 em Marrazes.

Face ao novo pedido de colaboração aos restaurantes do concelho de Leiria, para disponibilização de mais refeições gratuitas, foram apresentados duas adesões de restaurantes da freguesia de leiria que, no total, disponibilizam mais 20 refeições semanais.

Presentemente existem 9 restaurantes aderentes, localizados nas freguesias de Leiria, Pousos, Ortigosa e Cortes, os quais disponibilizam 103 refeições semanais.

8. Banco Local de Voluntariado de Leiria

Deram entrada três novas inscrições de candidatos a voluntários e foram respondidos dois pedidos de informação sobre voluntariado.

Foi aprovada a proposta de deliberação relativa ao projeto de regulamento do BLVL, presente a reunião de Câmara de 21 de fevereiro.

9. Apoio às Associações de Solidariedade Social

Protocolo de cooperação com a PROVILEI com vista a desenvolver as competências pessoais e sociais dos residentes, do Bairro Social da Cova das Faias. Para pagamento dos meses de janeiro e fevereiro/2012.

- Manter o apoio para pagamento de Renda das Instalações/2012 - Acapo, Ano, Appc, Associação de Apoio a Famílias Carenciadas- Leiria/Fátima- Banco Alimentar Contra a Fome, Colina do Castelo, SPÉM.

- Apoio às IPSS e Associações para pagamento da utilização das Instalações Desportivas para o ano de 2012 – APPC, APD, Cercilei, Malmequeres e OÁSIS.

- Manter o apoio para pagamento de renda de instalações - Vida Plena e Centro de convívio de 3.ª Idade e Leiria.

DIVISÃO DE GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS

No período em análise foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Pesquisa e estudo do QREN e outras participações;
- Assessoria aos diversos Serviços, sempre que solicitado;
- Pesquisa de participações orientadas para as Juntas de Freguesia.

Candidaturas em fase de análise pela Unidade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro (maisCENTRO)

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS

Regulamento Específico – REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

Candidaturas submetidas pela CIMPL, em Jul/2010:

- “8.2_Festival de animação em Rede”;
- “11_Sistema multimodal com viaturas movidas a combustíveis não fossilizadas”;
- “12.2_Projecto de equipamentos de Segurança Rodoviária”;
- “13_Rede de pistas cicláveis”;
- “14_Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário Urbano”.

Eixo 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS

Regulamento Específico – REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Candidaturas:

· “CULTREDE 2011-2013:CM Leiria”, submissão individual em 12/07/2011. Investimento elegível €112.000,00, comparticipação de €89.600,00 (Tx80%). Candidatura aprovada em sede de Protocolo de Financiamento, no âmbito do Programa de Ação, liderado pela Empresa Municipal de Cultura e Recreio de Seia, EP.

Execução, acompanhamento e gestão das candidaturas no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro (maisCENTRO)

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS

Regulamento Específico – POLÍTICA DE CIDADES - PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA

Candidaturas:

· “EPA 1 - Requalificação da margem direita do Rio Lis entre Santo Agostinho e a ponte Afonso Zuquete”:

Despesa elegível €1.250.000,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €1.000.000,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 61,36%, taxa de execução física 62%.

Período de elegibilidade de 25/10/2010 até 24/10/2012;

· “DS1 – Construção do Centro Cívico e Respetiva Praça Pública”:

Despesa elegível €899.320,40, comparticipação não reembolsável até ao valor de €719.456,32, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 69,77%, taxa de execução física 70%.

Período de elegibilidade com início em 30/09/2010 e com pedido de alteração temporal em preparação para conclusão em 29/09/2012.

· “DC1 – Reconversão do Convento de Santo Agostinho”:

Despesa elegível €2.117.880,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €1.694.304,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 12,87%, taxa de execução física 17%.

Pedido de Alteração temporal solicitado em 27/06/2011 para conclusão em 31/08/2012. Está em fase de preparado aditamento para alteração financeira da candidatura;

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS

Regulamento Específico – REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

Candidaturas submetidas pela CIMPL, em Jul/2010, sendo a gestão da responsabilidade da mesma:

· “5.1_Rede Municipal de Banda Larga”;

Despesa elegível €152.479,34, comparticipação não reembolsável até ao valor de €121.983,47, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de execução financeira 23,75%, taxa de execução física 24%.

Período de elegibilidade de 01/06/2011 até 29/02/2012;

Eixo 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS

Regulamento Específico – REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Candidaturas:

· “ReCENTRAR: Município de Leiria”, equipamento: Teatro José Lúcio da Silva:

Despesa elegível €177.385,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €141.908,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 27,53%, taxa de execução física 33%.

Período de elegibilidade de 01/10/2010 até 30/03/2013;

Dá-se conhecimento que o valor do IVA é não elegível e que o valor das receitas de bilheteiras obtidas com os eventos é deduzido ao valor do investimento submetido, passando para despesa não elegível. Sendo o valor total apurado das receitas de bilheteiras, até a presente data, de €10.667,69.

Regulamento Específico – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Candidaturas:

- “Centro Educativo de Coimbra”:

Despesa elegível €1.379.919,16, comparticipação não reembolsável até ao valor de €1.103.953,33, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 64,41%, taxa de execução física 91%.

Período de elegibilidade de 24/05/2010 até 24/05/2012;

- “Centro Educativo de Monte Redondo”:

Despesa elegível €1.210.631,63, comparticipação não reembolsável até ao valor de €968.505,30, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 19,70%, taxa de execução física 22%.

Período de elegibilidade de 28/07/2011 até 20/07/2013;

Eixo 4 – PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

Regulamento Específico - PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS - ACÇÕES MATERIAIS

Candidaturas:

“Implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOSLeiria)”:

Despesa elegível €405.348,79, comparticipação não reembolsável até ao valor de €324.279,03, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 93,03%, taxa de execução física 93%.

Período de elegibilidade de 09/08/2010 até 08/08/2012;

“Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios dos Bombeiros Municipais de Leiria”:

De acordo com comunicação de 06/01/2012, a operação deixa de ter enquadramento no PO Centro e transita para o POVT (cláusula décima primeira, nº 2 do Contrato de Financiamento). Tendo como pressuposto que “...esta área de intervenção perde elegibilidade no Programa Operacional no que concerne à aprovação de novas operações submetidas a partir de 07 de junho de 2011. Em concreto, as operações aprovadas até 31-12-2010, assim como as operações aprovadas entre 1 de janeiro de 2011 e 22 de junho de 2011 com pedidos de pagamento (incluindo a título de adiantamento) apresentados neste período, são concluídas no Programa Regional, fechando-se a elegibilidade para novas candidaturas...”. Nestes termos, estão em curso, por parte da AG, os procedimentos relativos a essa transição.

No entanto foi submetido um pedido de Alteração dos “Mercados Públicos” e “taxa de financiamento” em 18/11/2011, para uma despesa elegível €59.780,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €47.824,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Taxa de execução financeira 0%, taxa de execução física 100%.

Período de elegibilidade de 23/01/2012 até 31/12/2012;

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012. D.R. n.º 54, Série I de 2012-03-15, foi solicitado pelo maiscentro, através do Of. Circ. – mc 696/12, de 29/03/2012, rececionado em 30/03/2012 com o registo ENT2012/6292, informação sobre no nível de execução inferior a 10% do fundo aprovado. Nestes termos, dando cumprimento aos artigos 100º e 101º do Código do Procedimentos Administrativo, informa-se que foi remetido, pelo correio, em 11/04/2012.

A DIGFE reitera o facto da operação não se enquadrar no nível de execução inferior a 10% do fundo aprovado, já que a operação está com uma fatura emitida, que perfaz 100% do fundo aprovado, não tendo apresentado no sistema de informação o respetivo pedido de pagamento por impossibilidade do sistema, de acordo com aprovação pela Comissão Europeia da reprogramação do Programa Operacional do Centro (Mais Centro), ocorrida em 15/12/2011 (Decisão C(2011)9671).

Eixo 5 – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Regulamento Específico – SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Candidatura submetido pela CIMPL, sendo a gestão da responsabilidade da mesma:

- “LRD - Simplex Autárquico | Projecto Leiria”.

Despesa elegível €320.061,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €208.039,65, correspondente à aplicação da taxa de 65%. Taxa de execução financeira 32,45%.

- Execução, acompanhamento e gestão, das candidaturas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)

Ação 2.3.1.1. – Medida Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal

Candidatura:

· “Ação Minimização de riscos - Operação n.º 020000007968”.

Despesa elegível €95.170,00, comparticipação não reembolsável (FEADER) a taxa de 70,00%.

Taxa de execução financeira 26,22%, taxa de execução física 40%.

Período de elegibilidade de 20/07/2011 até 20/07/2012;

NOTA: Entende-se como “taxa de execução financeira” a percentagem de pedidos de pagamentos submetidos e “taxa de execução física” a percentagem de despesa faturada.

- **Candidaturas, no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro (maisCENTRO), encerradas física e financeiramente:**

Com relatório final submetido, condicionadas à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local:

Fixo 2 – DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS

Regulamento Específico – POLÍTICA DE CIDADES - PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA

Candidaturas:

“EPA 2 – Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo”:

Despesa elegível aprovada €146.539,51, comparticipação não reembolsável até ao valor de €117.231,61, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 25/10/2010 até 21/07/2011;

Candidatura encerrada física e financeiramente, com relatório final submetido em 20/10/2011, ficando condicionado à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €140.475,00, para uma comparticipação de €119.403,75, com apuramento da taxa final de 85,00%.

“EPA 5 - Valorização e Requalificação do Largo Cónego Maia”:

Despesa elegível aprovado €136.571,93, comparticipação não reembolsável até ao valor de €109.257,54,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 23/07/2009 até 30/09/2010;

Candidatura encerrada física e financeiramente, com relatório final submetido em 19/10/2011, ficando condicionado à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €136.571,93, para uma comparticipação de €116.086,14, com apuramento da taxa final de 85,00%.

“EPA 6 – Iluminação da Barbacã na Rua Pêro Alvito”:

Despesa elegível aprovada €154.140,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €123.312,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 15/03/2010 até 21/07/2011.

Candidatura encerrada física e financeiramente, com relatório final submetido em 20/10/2011, ficando condicionado à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €154.042,11, para uma comparticipação de €130.935,79, com apuramento da taxa final de 85,00%.

“EPA 8 - Requalificação da Rua Tenente Valadim”:

Despesa elegível aprovado €551.623,11, comparticipação não reembolsável até ao valor de €441.298,49, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 25/10/2010 até 20/07/2011.

Candidatura encerrada física e financeiramente, com relatório final submetido em 18/10/2011. Com visita de Verificação Física e Documental no local, em 16/02/2012. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €543.561,78, para uma comparticipação de €462.027,51, com apuramento da taxa final de 85,00%.

“DC4 – Mercado das Artes/Requalificação do Mercado de Sant’ Ana”:

Despesa elegível €513.999,84, comparticipação não reembolsável até ao valor de €411.199,87, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 09/06/2010 até 31/12/2011;

Candidatura encerrada física e financeiramente, com relatório final submetido em 28/03/2012, ficando condicionado à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €456.027,62, para uma comparticipação de €387.640,48, com apuramento da taxa final de 85,00%.

Eixo 4 – PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

Regulamento Específico - ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO LITORAL

Candidatura:

· “Valorização, preservação e conservação de Pedrógão – Leiria”:

Despesa elegível aprovada €141.352,65, comparticipação não reembolsável até ao valor de €113.082,12, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 04/07/2007 até 28/02/2011.

Candidatura encerrada física e financeiramente, com relatório final submetido ficando condicionado à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Aguarda aprovação do investimento elegível final no valor de €141.352,65, para uma comparticipação de €117.702,06, com apuramento da taxa final de 83,27%.

A aguardar validação do pedido de pagamento final para submissão do relatório final:

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DOS SISTEMAS URBANOS

Regulamento Específico – POLÍTICA DE CIDADES - PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA

Candidaturas:

· “EPA 3 – Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico”:

Despesa elegível €1.495.137,98, comparticipação não reembolsável até ao valor de €1.196.110,38, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 25/10/2010 até 31/12/2011;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final em elaboração, para um investimento elegível final no valor de €1.461.223,62 e comparticipação de €1.242.040,07, com apuramento da taxa final de 85,00%.

· “DC2 – Animação, Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo”:

Despesa elegível €299.057,00, comparticipação não reembolsável até ao valor de €239.245,60, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011;

Período de elegibilidade de 29/09/2010 com Pedido de Alteração temporal autorizado em 02/04/2012 para conclusão em 10/11/2011.

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado a aprovação do PA e apresentação do Relatório Final da operação e aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Foi submetido o valor total de despesa de €282.564,84, a aguardar validação.

· “DC3 – Guias urbanos – Novas Tecnologias”:

Despesa elegível €199.724,50, comparticipação não reembolsável até ao valor de €159.779,60, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 03/09/2010 até 03/10/2011;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do

Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Foi submetido o valor total de despesa de €129.659,42, a aguardar validação.

· “Divulgação do programa Ação e Animação da Parceria Local”:

Despesa elegível €68.368,94, comparticipação não reembolsável até ao valor de €54.695,15, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 15/10/2010 até 30/09/2011.

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €32.716,66, para uma comparticipação de €27.810,06, com apuramento da taxa final de 85,00%.

Eixo 3 – CONSOLIDAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS SUB-REGIONAIS

Regulamento Específico – REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Candidaturas:

· “CULTREDE:1 CM Leiria”, equipamentos: Teatro José Lúcio da Silva e Teatro Miguel Franco:

Despesa elegível €292.825,02, comparticipação não reembolsável até ao valor de €234.260,02, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 23/10/2009 até 23/10/2011;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. Foi submetido o valor total de despesa de €269.864,89, a aguardar validação.

Dá-se conhecimento que o valor do IVA é não elegível e o valor das receitas de bilheteiras obtidas com os eventos será deduzido ao valor do investimento apurado, no valor total de €20.320,38,.

Regulamento Específico – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Candidaturas:

· “Ampliação/Remodelação da Escola do 1ºCiclo do Ensino Básico da Gândara dos Olivais - Marrazes”:

Despesa elegível €478.252,58, comparticipação não reembolsável até ao valor de €382.602,06, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 01/04/2008 até 31/12/2010.

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €465.527,59;

· “Construção de raiz do Centro Escolar Dr. Correia Mateus”:

Despesa elegível €854.586,39, comparticipação não reembolsável até ao valor de €683.669,11, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 10/10/2008 até 15/05/2011.

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €849.501,31;

Regulamento Específico – EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO LOCAL

Candidaturas, no âmbito da CONTRATUALIZAÇÃO com a CIMPL:

· “Pavilhão Desportivo do Souto da Carpalhosa”:

Despesa elegível €1.168.550,24, comparticipação não reembolsável até ao valor de €934.840,19, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 08/06/2009 até 31/05/2011;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €1.168.550,15, para uma comparticipação de €940.103,28, com apuramento da taxa final de 80,45%.

Regulamento Específico – MOBILIDADE TERRITORIAL

Candidaturas, no âmbito da CONTRATUALIZAÇÃO com a CIMPL:

· “EM 356 | Maceirinha - Batalha”:

Despesa elegível €269.844,08, comparticipação não reembolsável até ao valor de €215.875,26, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 06/10/2009 até 06/09/2011.

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €248.150,56, para uma comparticipação de €199.030,19, com apuramento da taxa final de 80,21%.

· “EM 540 | Maceira (Leiria) - Picassinos (Marinha Grande)”:

Despesa elegível €503.423,43, comparticipação não reembolsável até ao valor de €402.738,74, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 08/03/2010 até 08/02/2012;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €502.077,24, para uma comparticipação de €419.935,01, com apuramento da taxa final de 83,64%.

· “EM 543 – Estrada da Barreira”:

Despesa elegível €969.676,25, comparticipação não reembolsável até ao valor de €775.741,00, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 17/08/2009 até 17/07/2011.

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €886.516,27, para uma comparticipação de €713.335,68, com apuramento da taxa final de 80,47%.

· “Estrada do Guilherme – Maceira – zona Industrial Marinha Grande”:

Despesa elegível €440.692,51, comparticipação não reembolsável até ao valor de €352.554,01, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 15/03/2010 até 15/02/2012;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um investimento elegível final no valor de €393.727,43, para uma comparticipação de €318.092,24, com apuramento da taxa final de 80,79%.

· “Estrada Atlântica”:

Despesa elegível €1.639.580,97, comparticipação não reembolsável até ao valor de €1.311.664,78, correspondente à aplicação da taxa de 80%.

Taxa de 85% aceite para pedidos de pagamentos submetidos em 2011.

Período de elegibilidade de 12/11/2009 até 31/01/2012;

Candidatura encerrada fisicamente. Financeiramente fica condicionado à apresentação do Relatório Final da operação e à sua aceitação por parte desta Autoridade de Gestão, bem como às conclusões do Relatório de Verificação Física e Documental no Local. O relatório final está a ser elaborado com um

investimento elegível final no valor de €1.562.557,74, para uma comparticipação de €1.316.467,86, com apuramento da taxa final de 84,25%.

De acordo com o 2.º Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, celebrado em 10/02/2011 e aprovado por Deliberação em 04/04/2011, é fixado a bonificação adicional de 5% para a despesa que seja incluída em pedidos de pagamentos apresentados às autoridades de gestão no decurso de 2011, fazendo-se o respetivo reembolso em sede de encerramento das candidaturas. Neste sentido foi solicitado ao maiscentro, o pedido de alteração da taxa para 85%, para todas a candidatura aprovadas.

Foram nomeados os novos membros das comissões diretivas dos Programas Operacionais Temáticos do QREN, conforme publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012.

A Comissão Europeia aprovou o relatório do exercício intercalar de "Verificação do Cumprimento do Princípio da Adicionalidade" do QREN 2007-2013, aceitando a proposta de uma redução do nível anual de despesa pública estrutural nacional.

Em coerência com as obrigações emanadas do Memorando de Entendimento e com o Programa de Ajustamento Económico acordado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional no contexto da assistência financeira internacional, a Comissão Europeia aceitou a proposta de Portugal de redução do nível de despesa pública estrutural para cerca de 2,6 mil milhões de euros anuais para o período de 2007-2013.

O princípio da adicionalidade, previsto na legislação comunitária, estipula que os fundos estruturais e de coesão não devem substituir-se ao esforço de investimento público nacional, mas estimular a transformação estrutural, adicionando-se àquele.

Porém, o contexto económico e financeiro atual e, em especial, a situação particular de Estados-membros sob assistência financeira obriga a que a aplicação deste princípio seja compatibilizada com as obrigações que os Estados-membros assumem no âmbito dos respetivos programas de ajustamento e consolidação orçamental. Nesse sentido, o nível atual da despesa pública estrutural é substancialmente reduzido face ao previsto na verificação *ex ante*.

As tipologias de investimento cofinanciadas pelo POVT e pelos Programas Operacionais Regionais têm novas regras, aprovadas pelas respetivas Comissões Ministeriais de Coordenação.

As alterações de elegibilidades de diversas tipologias de investimento entre programas operacionais e mesmo entre fundos justificam a necessidade de adoção de disposições regulamentares complementares, que importa promover para assegurar na melhor oportunidade a concretização dos objetivos pretendidos com a reprogramação.

Estas alterações, aprovadas pela deliberação de 30 de janeiro de 2012 da CMC dos PO Regionais e pela deliberação de 6 de fevereiro de 2012 da CMC do PO VT, consagram e operacionalizam as modificações introduzidas na sequência da reprogramação do QREN aprovada pela Comissão Europeia em Dezembro de 2011, e incidem no conjunto de regulamentos específicos abrangidos por aquelas tipologias de investimento.

O Conselho de Ministros determina a rescisão das decisões relativas à aprovação de operações há mais de seis meses sem execução e reforça importância da reprogramação estratégica do QREN.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 1 de Março de 2012:

"No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) o Conselho de Ministros determinou a rescisão das decisões relativas à aprovação de operações, há mais de seis meses, sem execução física e financeira, e a reavaliação imediata dos programas orientando a sua reprogramação para o crescimento, a competitividade e o emprego.

O elevado nível de compromissos comporta a necessidade de corrigir a manutenção de elevados montantes afetos a projetos sem realização financeira. A rápida libertação desses recursos com vista à sua realocação a outras finalidades é uma medida indispensável ao exercício de reprogramação estratégica do QREN, em preparação pelo Governo, colocando-os ao serviço da dinamização da economia, o que é especialmente relevante num contexto de escassez de recursos financeiros."

Conselho de Ministros institui a Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários.

De acordo com o Comunicado do Conselho de Ministros de 7 de março de 2012:

"2. O Conselho de Ministros instituiu a Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários, que é composta pelo Ministro das Finanças, que coordena, e pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, da Educação e Ciência e da Solidariedade e da Segurança Social.

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), compete à Comissão Interministerial o exercício das seguintes competências: definição e coordenação de orientações estratégicas para a utilização das verbas nacionais de fundos comunitários e extracomunitários; definição das prioridades estratégicas financeiras e orçamentais em matéria de aplicação das verbas nacionais dos fundos comunitários e extracomunitários; e articulação das prioridades de aplicação das verbas dos fundos comunitários e extracomunitários com as prioridades de política económica, previstas no PAEF, designadamente em matéria de consolidação orçamental.

São abrangidos todos os programas e estruturas de governação nacionais criados no quadro do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo de Coesão (FC) e do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), do Fundo Europeu das Pescas (FEP), do Programa-Quadro Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios (SOLID), do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e de outros fundos comunitários e extracomunitários que se encontrem em vigor ou venham a vigorar."

Resolução do Conselho de Ministros determina a rescisão de contratos do QREN sem execução há mais de 6 meses.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012. D.R. n.º 54, Série I de 2012-03-15, determina a rescisão dos contratos de financiamento e das decisões relativas à aprovação de operações no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional, que estejam, há mais de seis meses, sem execução física e financeira.

"(...) O elevado nível de compromisso do QREN comporta a necessidade de corrigir a manutenção de elevados montantes comprometidos em projetos sem realização financeira. A rápida libertação desses recursos com vista à sua realocação a outras finalidades é uma medida indispensável ao exercício de reprogramação estratégica do QREN, em preparação pelo Governo, colocando-os ao serviço da dinamização da economia, o que é especialmente relevante num contexto de escassez de recursos financeiros. (...)"

A CMC do POVT aprovou, em 20 de Março de 2012, uma deliberação que introduz alterações nas taxas de cofinanciamento aplicáveis no âmbito do POVT às tipologias de investimento a que se referem os Regulamentos Específicos: Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações Materiais, Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas, Otimização da Gestão de Resíduos, Ciclo Urbano da Água “Vertente em Baixa – Modelo Não Verticalizado”, Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento e Prevenção e Gestão de Riscos.

A deliberação prorroga para 2012 a decisão de aumentar as taxas de cofinanciamento para 80%, e fixa a bonificação adicional de 5 pontos percentuais para a despesa apresentada à autoridade de gestão em 2012, abrindo ainda a possibilidade às Associações Humanitárias de Bombeiros e à Escola Nacional de Bombeiros de beneficiarem, excecionalmente, do aumento da taxa de 85% nas operações aprovadas que não se encontrem física e financeiramente encerradas e em operações a aprovar.

A Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente aprovou, em 20 de Março de 2012, uma deliberação que introduz alterações nas taxas de cofinanciamento aplicáveis no âmbito dos PO Regionais do Continente e a adotar para as tipologias de investimento a que referem os vários Regulamentos Específicos. A deliberação prorroga para 2012 a decisão de aumentar as taxas de cofinanciamento para 80% nos POR da convergência, e fixa a bonificação adicional de cinco pontos percentuais para a despesa apresentada às autoridades de gestão em 2012.

Para completar informação, anexa-se o quadro com o ponto de situação geral «Mapa de Monitorização das candidaturas ao QREN.pdf»

- Pedidos de Pagamento submetidos pela DIGFE no período de 16/02/2012 a 15/04/2012:

Valor elegível €251.883,30.

Comparticipação solicitada €201.506,64;

- Transferências efetuadas pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP [IFDR], no período de 16/02/2012 a 15/04/2012:
Comparticipação recebida €976.905,42

• **Execução, acompanhamento e gestão, dos projetos com participação Nacional**

- Candidatura ao abrigo DL n.º 384/87, de 24 de Dezembro - Contrato-Programa para o projeto “Requalificação e Remodelação do Edifício Principal dos Paços de Concelho de Leiria”.
Em análise pela tutela.

- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD), criado pelo Despacho n.º 1/88, de 20 de Janeiro, conjugado com o Despacho n.º 23/90, de 21 de Novembro, destinado a conceder apoio às Câmaras Municipais, para operações de reabilitação ou renovação urbana, e que consiste numa participação a fundo perdido até ao limite de 25% dos encargos a assumir pelo município com a operação.

Aprovação da reprogramação física e financeira, Adenda ao Protocolo n.º 04/2002, para as ações “Construção do Centro Cívico e Respetiva Praça Pública” e “EPA3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico”, o apoio financeiro a atribuir reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, até ao limite de €174.129,45.

Foram solicitados 3 pedidos de apoio:

- 13/09/2011, N/Ofício n.º 14366, o pedido de participação n.º 1 no valor de €39.845,37, tendo sido realizada, em 21/09/2011, uma visita ao local para confirmar a execução dos trabalhos pela Divisão Sub-regional de LEIRIA da CCDRC. Aguarda transferência da tutela;
- 23/12/2011, N/Ofício n.º 19471, o pedido de participação n.º 2 no valor de €31.578,02, tendo sido realizada, em 04/01/2012, uma visita ao local para confirmar a execução dos trabalhos pela Divisão Sub-regional de LEIRIA da CCDRC. . Aguarda transferência da tutela;
- 29/12/2011, N/Ofício n.º 19663, o pedido de participação n.º 3 no valor de €31.568,05, tendo sido realizada, em 04/01/2012, uma visita ao local para confirmar a execução dos trabalhos pela Divisão Sub-regional de LEIRIA da CCDRC. Aguarda transferência da tutela.

- Candidatura ao Programa de Intervenção do Turismo (PIT) - Linha de Apoio I - Despacho Normativo n.º 30/2009, de 18 de Agosto, conjugado Despacho Normativo n.º 15/2010, de 17 de Junho.

Candidatura n.º P001910, aprovada, em 05/05/2011, relativa a empreitada de Reconversão do Convento de Santo Agostinho. O apoio financeiro a atribuir reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, até ao valor de €211.788,00, correspondente à aplicação da taxa de 10% sobre o custo elegível apurado na candidatura, sendo assegurado o remanescente da cobertura financeira, até ao limite total do custo do projeto, pelo Município.

Submetido em 23/12/2011 o 1.º pedido de apoio financeiro, no valor de €18.795,96. Aguarda transferência da tutela

Por despacho do Senhor Diretor Coordenador da Direção de Investimento, em 27 de Março de 2012, foi, no uso de competência que lhe foi delegada pelo Presidente do Turismo de Portugal, autorizada a prorrogação do prazo de execução do projeto até 30 de dezembro de 2012, de acordo com formalização, em 23/12/2011.

- Candidatura PITER “Leiria/Fátima 2005” - Acordo de Colaboração no âmbito do apoio a projetos de Natureza Pública.

Ações aprovadas «Estrada Atlântica» e «Valorização do Património Natural da lagoa da Ervideira – Recuperação biológica e paisagística». O apoio financeiro a atribuir pelo Turismo de Portugal reveste a modalidade de incentivo não reembolsável, até ao limite de 9% do valor de adjudicação da empreitada da Estrada Atlântica e 6% do valor de adjudicação da empreitada de Valorização do Património Natural da Lagoa da Ervideira.

Pedido de Apoio da ação «Valorização do Património Natural da lagoa da Ervideira – Recuperação biológica e paisagística», solicitado em 09/12/2010, no valor total de €4.724,37. Aguarda transferência da tutela.

Pedido de Apoio da ação «Estrada Atlântica», solicitado em 10/12/2010, 17/03/2011, 20/06/2011, 23/12/2011 e 29/12/2011, no valor total de €140.764,73. Aguarda transferência da tutela.

- Promuseus2010 – Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus [Despacho Normativo n.º 3/2006 de 13 de Julho].

Candidatura do projeto “Reserva Visitável” (A4 – Áreas das Reservas) do Museu da Imagem em Movimento apresentada pelo m li lmo - museu da imagem em movimento, tutelado pelo Município de Leiria, aprovada, com assinatura do contrato entre as partes, no dia 13 de abril de 2011, para um apoio não reembolsável no valor de €3.911,45.

Foi requerida a rescisão do contrato, em 11/04/2012, face à conjuntura económica atual e a baixa taxa de apoio concedida face ao investimento aprovado. Devendo ser restituído o valor de €2.738,02, transferido em 12/11/2011 [correspondente a 70% do apoio financeiro].

- Execução, acompanhamento e gestão, dos apoios concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), nos termos do disposto na Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro: Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - 02/GIP-ELE/09

Contrato de 16 de novembro de 2009 valor total recebido €24.283,80;

Aditamento ao contrato de 22 de dezembro de 2011 valor recebido €2.096,10.

- Apreciação da elegibilidade das candidaturas e elaboração do relatório técnico das candidaturas ao Programa Sistema de Solidariedade de Apoio à Reabilitação de Habitação Própria Permanente (SOLARH), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2002, de 11 de Fevereiro:

- Candidaturas enviadas para o IHRU:

[06/06/2011] Luís Cardoso Alves; Amândio Antunes; Vitorina da Conceição Guerra de Jesus; Maria José de Jesus Nóbrega; Maria Odete Sota; Maria de Fátima Baptista de Sousa;

[29/09/2011] Manuel António; Rosa Maria Gomes Guerreiro; Ina Sandra Fernandes Antunes Jesus; Domingas Tomás Martins Santos; José Carvalho Garcia; Cristina Susana dos Santos Carreira; José Maria de Jesus; Gracinda da Conceição Gonçalves Andrade; João Fernandes Barradas; Adelaide Margarida Brasil;

[18/11/2011] Hilária Maria Caldeira Martins; Maria Celeste da Costa Rodrigues Agostinho; Rosa Justina dos Santos; Alcino Martins Gaspar; Alfredo Augusto Pipa Magalhães; José Manuel da Cruz Menino;

[21/12/2011] Arlindo Vicente Covas Alves.

- Candidaturas aprovadas pelo IHRU: Luís Cardoso Alves

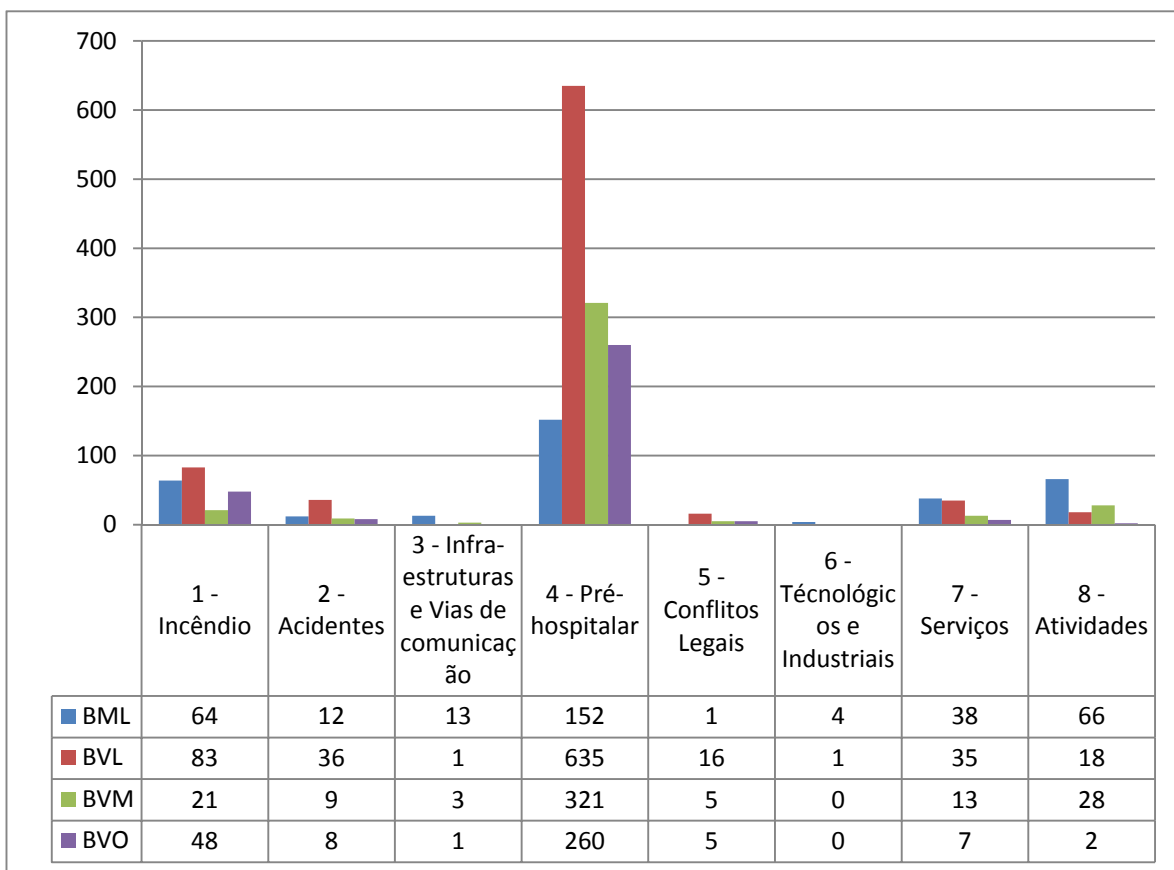
Para um melhor esclarecimento, foi elaborado mapa de monitorização das candidaturas ao QREN, o qual constitui o **Anexo III** ao presente relatório e dele faz parte integrante.

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

Realização, no dia 13 de abril, de reunião da Comissão Municipal de Protecção Civil de Leiria (CMPC), na qual foram discutidos os seguintes temas:

- Apresentação do Sistema de Informação Integrado de Atendimento e Despacho do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria;
- Atividade Operacional do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria – 1º trimestre de 2012;
- Apresentação do Exercício para treino do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria, com vista a exercitar e testar as capacidades de resposta da componente técnico-operacional, dos agentes e estruturas de proteção civil que estão definidos no PMEPC, em catástrofes tais como um sismo;
- Outros assuntos de interesse.

A atividade operacional do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria, no período de fevereiro e março de 2012, por família de ocorrência e corporação de bombeiros, verificando-se uma predominância significativa dos serviços de pré-hospitalar.



Atividade operacional por família de ocorrência e por corporação de bombeiros

Constata-se que, no concelho de Leiria, as freguesias onde se registaram maior número de ocorrências, no período de fevereiro e março de 2012, foram as de Marrazes, Maceira e Leiria.

Tipo e número de vítimas registadas nas ocorrências do CMOS, no período de fevereiro e março de 2012:

Tipo de vítimas	Mortais	Graves	Ligeiras	Recusas
N.º de vítimas	27	154	972	43

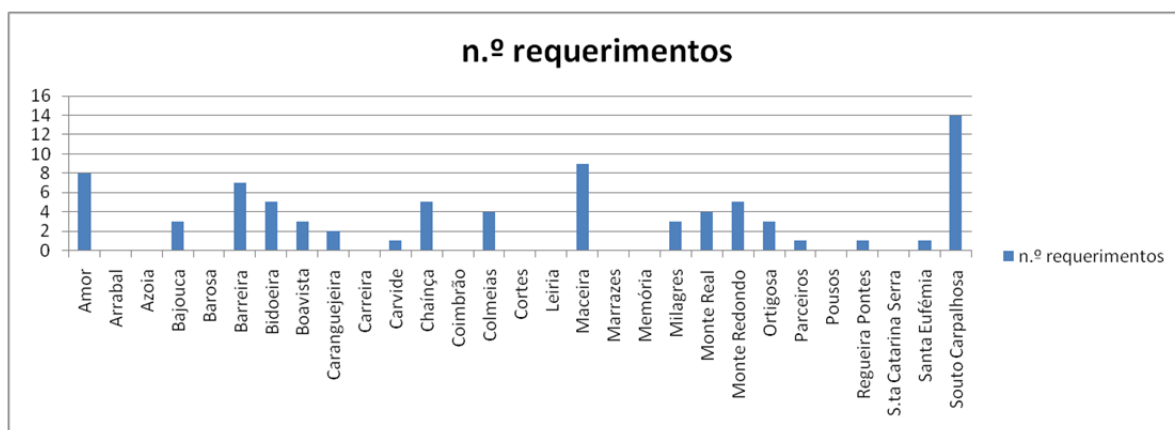
Tipo de ocorrências registadas nos meses de fevereiro e março de 2012, no CMOS, envolvendo vítimas mortais:

Vítimas mortais	
Tipo de ocorrência	N.º de vítimas
Pré-Hospitalar	22
Acidente (queda de altura)	2
Suicídio/homicídio	3

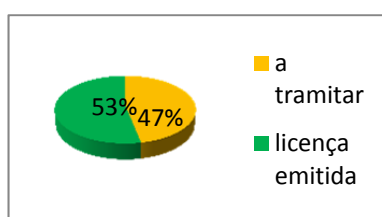
No âmbito da realização do Exercício de Posto de Comando, para treino do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria, com ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, foram realizadas três reuniões do grupo de planeamento, do qual fazem parte elementos da Divisão de Proteção Civil e Bombeiros Municipais, Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa.

Mobilização de solos

Na figura abaixo apresenta-se, por freguesia, o número de requerimentos correspondentes aos processos analisados no período em análise.



Situação dos processos analisados:



No que se refere aos processos em tramitação, a sua regularização dependerá, fundamentalmente, de dois tipos de situações, nomeadamente, da liquidação das guias de pagamento, para emissão das correspondentes licenças, por parte dos requerentes, e da eventual emissão de comunicação prévia por parte Comissão de Coordenação Regional do Centro, dadas as condicionantes do terreno. Refiram-se, a título de exemplo, outro tipo de situações pendentes, que aguardam parecer das entidades competentes, por apresentarem outros tipos de condicionantes, nomeadamente, porque se inserirem em Rede Natura 2000, por se inserirem em sítio de interesse arqueológico, por apresentarem situações de abate ilegal de sobreiros, entre outras.

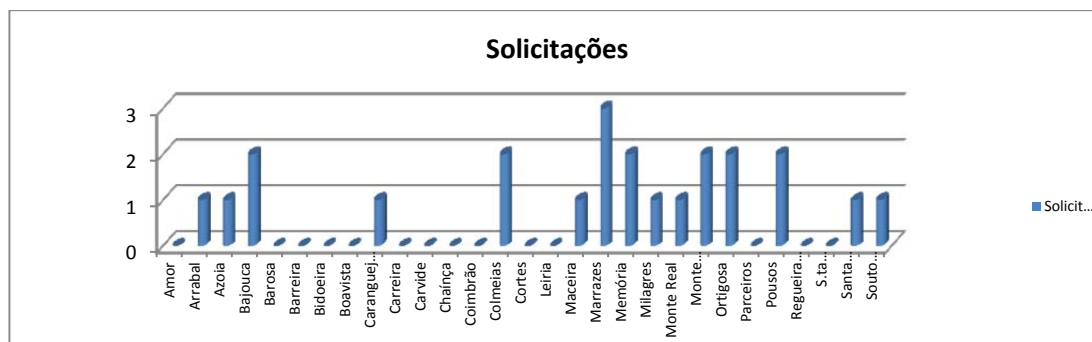
O gnero *Eucalyptus* representa 94% da área correspondente à totalidade dos requerimentos, em detrimento das espécies do gnero *Pinus*, vulgo pinheiro (bravo ou manso) e de outras espécies.

A produção florestal em moldes intensivos, como a que se baseia nas espécies de rápido crescimento (ciclos produtivos curtos – 10 a 16 anos) apresenta-se como preferncial ao nível dos requerimentos apresentados, dado que proporcionam elevada produtividade, conferindo vantagens de ordem financeira.

Gestão de Combustíveis

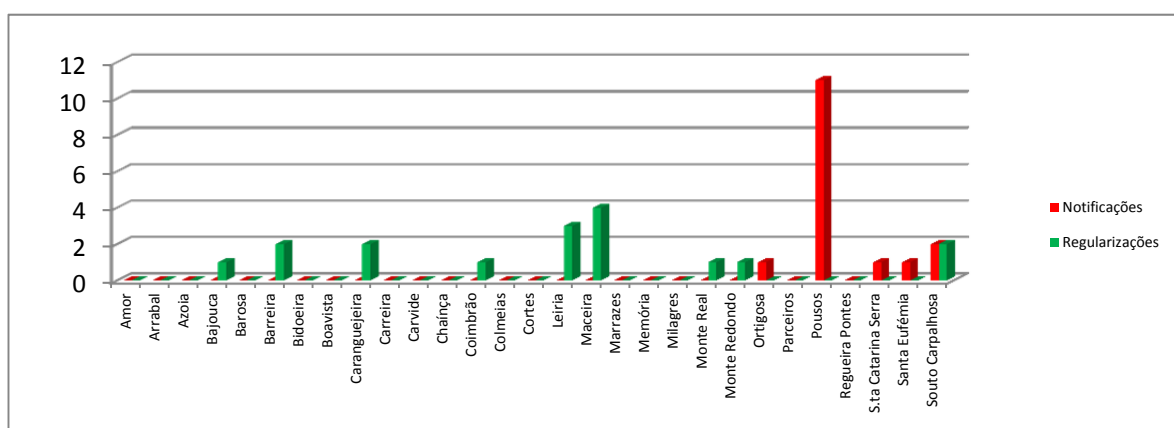
No âmbito das ações de gestão de combustível, nos espaços da competência do Município, foram levadas a cabo diversas ações conducentes à modificação ou  remoção parcial ou total da biomassa vegetal, nomeadamente por corte e ou remoção.

No âmbito desta ação e durante o período em apreço foram analisadas as seguintes solicitações:



Gestão de Combustíveis – Solicitações por freguesia

Foram notificados diversos proprietários de terrenos, sites em território das diversas freguesias do Concelho, para que procedessem às devidas ações de gestão de combustíveis, e regularizadas situações equivalentes.



Gestão de Combustíveis - Notificações e situações regularizada por freguesia

Neste período, procedeu-se à atualização dos terrenos propriedade do Município sujeitos a gestão de combustível – “vazios urbanos” -, tendo sido programadas diversas ações de limpeza em função da carga combustível que apresentam.

Proder – Programa de Desenvolvimento Rural

No âmbito da candidatura ao Proder oportunamente aprovada e durante o período em análise procedeu-se ao acompanhamento das seguintes ações:

- Beneficiação do Ponto de Água de Santa Catarina da Serra – Lagoa do Boi
- Construção do Ponto de Água de Barreira

Formação

Durante o período em análise foram realizadas as seguintes ações de formação:

- Chefe de Equipa de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais / 05 a 07 Março 2012 (25H00)
- Sistema de Informação Integrado de Atendimento e Despacho de Apoio às Operações CMOS Leiria / 26 a 28 Março 2012 (19H30)
- Curso de Combate a Incêndios Florestais para Equipas de 1.ª Intervenção / 28, 29, 30 Março; 04, 05, 11, 12 e 13 Abril 2012 (50h00)
- I Jornadas Técnicas - "Acidentes com Matérias Perigosas" / 31 Março 2012 (08H00)

DIVISÃO DE AUDITORIA

O presente relatório refere-se ao período compreendido entre 16/fev/2012 e 15/abr/2012.

No âmbito do LEVANTAMENTO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO MUNICÍPIO:

***Projeto – Levantamento das UO –
Ação - Auditoria à Divisão de Assuntos Sociais***

Trabalho em fase de relato, em que se pretende concluir em especial sobre a adequação dos RH da UO, as atividades desenvolvidas e o sistema de controlo interno implementado.

***Projeto / Ação – Follow-up às auditorias efetuadas nos anos
de 2010 e 2011 (DIPCB, SMV, DIMC e Dívida pendente/ SEF)***

Conclusão e remessa de relatório às UO em que se avaliou o grau de implementação e os constrangimentos detetados na adoção das recomendações efetuadas nas ações desenvolvidas.

Projeto / Ação – Apoio técnico

Tratando-se de trabalhos solicitados à DIAU com natureza muito diversificada, foram, neste âmbito, elaborados/ concluídos os seguintes documentos:

Revisão do Regulamento de Atribuição de Auxílios do ML – Aprovação, pela CML do documento final e disponibilização, enquanto documento de trabalho, do projeto às UO do ML.

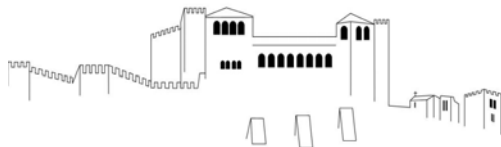
Elaboração de informações diversas (RH e controlo interno).

Leiria, 18 de abril de 2012

O Presidente da Câmara



Raul Castro

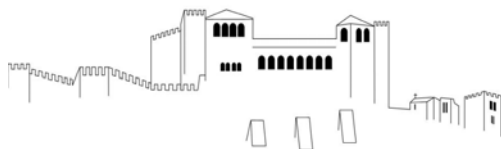


Município de Leiria
Câmara Municipal

Município de Leiria

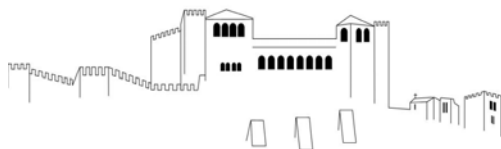
RELATÓRIO FINANCEIRO

Para os efeitos no disposto da alínea e) do n.º 1, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01



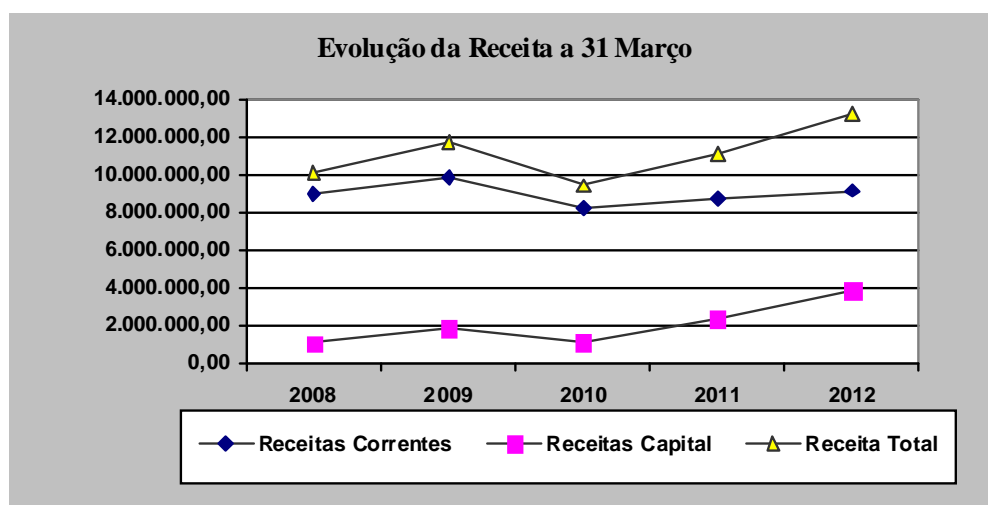
ÍNDICE

1. RECEITAS.....	3
1.1 Receitas Correntes	4
1.2 Receitas de Capital	6
2. DESPESAS.....	7
2.1 Despesas Correntes.....	8
2.2 Despesas Capital.....	9
3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	10
4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS	10
5. INDICADORES DE GESTÃO.....	11
ANEXOS	12



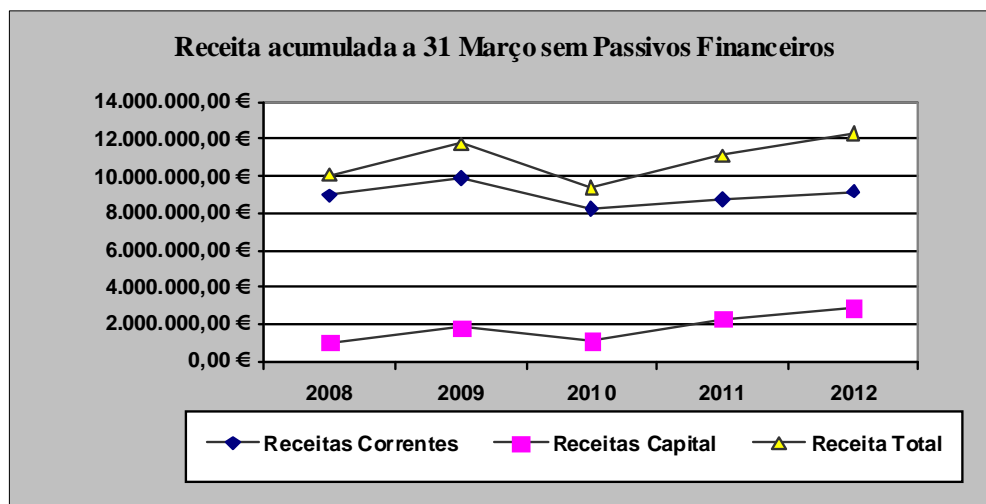
1. RECEITAS

A 31 de Março 2012 a Câmara Municipal de Leiria apresenta €13.287.207,26 de receita total acumulada, dos quais €9.193.555,52 correspondem a receitas correntes (69% do total da receita) e €3.893.0123,63 correspondem a receitas de capital (29% do total da receita) e €200.638,11 correspondem a outras receitas (2% do total da receita).



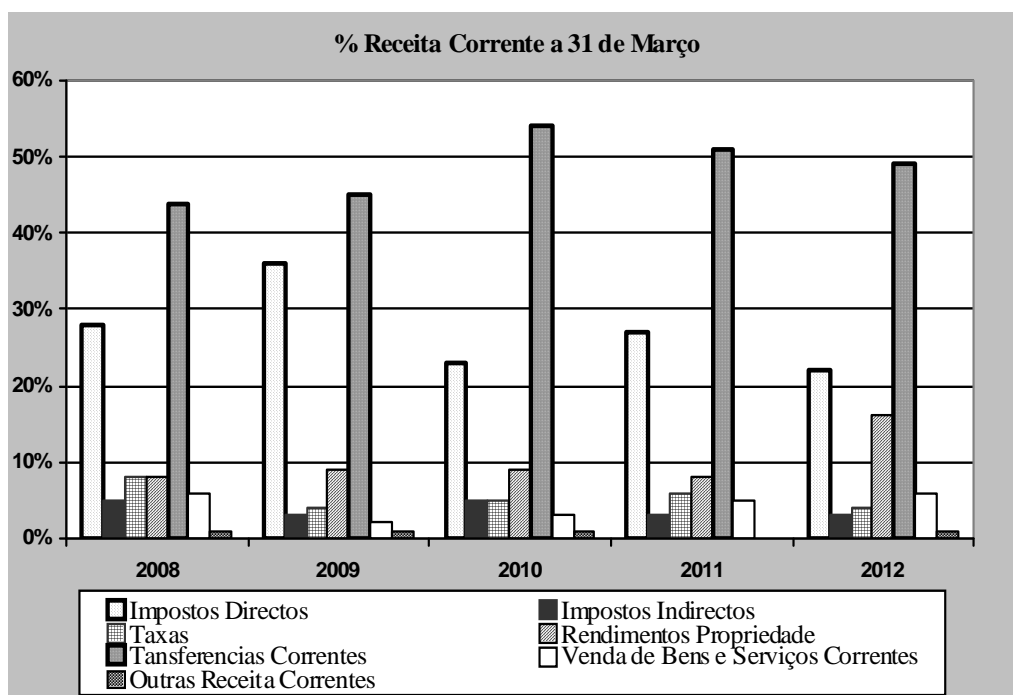
A receita total acumulada a 31 de Março apresentou um aumento de 19% (€2.166.012,76) face aos valores de 2011. Este aumento foi originado pelo aumento de 5% (€401.155,49) nas receitas correntes e de 7% (€1.570.671,70) nas receitas de capital.

A rubrica reposições não abatidas nos pagamentos apresenta um aumento de 3.009% (€194.185,57), face a igual período de 2011.





1.1 Receitas Correntes



Para a estrutura das receitas correntes, no período em análise, são as transferências que maior peso detêm com 49% (€4.466.655,80), seguindo-se os impostos directos com 22% (€1.977.313,64), os rendimentos de propriedade com 16% (€1.467.857,94), a venda de bens e serviço com 6% (€506.219,05), as taxas multas e outras penalidades com 4% (€395.382,65), e os impostos indirectos correspondem a 3% (€310.566,91).

Para o acréscimo nas receitas correntes, face ao período homólogo de 2011, contribuiu o aumento de 102% (€739.476,68) na rubrica rendimentos de propriedade, de 25% (€62.639,41) na rubrica impostos indirectos, de 11% (€50.921,37) na rubrica venda de bens e serviços e de 62% (€26.554,24) nas outras receitas. Quanto às restantes rubricas, salienta-se uma quebra de 16% (-€378.270,56) na rubrica impostos directos e de 20% (-€100.725,20) na rubrica taxas, multas e outras penalidades.



EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS A 31 MARÇO

	2008	2009	2010	2011	2012
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	355.771,70	566.976,38	260.152,10	227.251,42	319.718,38
IUC - Imposto Único circulação	305.676,92	464.635,57	337.809,09	599.881,98	730.280,57
IMT- Imposto Muni. S/ Transmissão Onerosa de Imóveis	1.831.466,54	1.729.404,35	1.118.482,65	1.454.480,58	864.588,89
Derrama	0,00	775.373,94	162.376,50	73.619,30	58.435,81
Contribuição Autárquica	33.356,25	0,00	7.927,90	350,92	4.289,99
Imposto Municipal da sisa/	27.706,46	10.796,99	0,00	0,00	0,00
IMV -Imposto Municipal s/ Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.553.977,87	3.547.187,23	1.886.748,24	2.355.584,20	1.977.313,64

Analisando o quadro anterior verificamos que a diminuição nos impostos directos, em 2012, se ficou a dever à diminuição de 41% (-€89.891,69) no imposto municipal sobre transmissão de imóveis e de 21% (-€15.183,49) na derrama. Em sentido contrário salienta-se o acréscimo de 22% (€130.398,59) no imposto único de circulação, de 1.122% (€3.939,07) na contribuição autárquica e de 41% (€2.466,96) no imposto municipal sobre imóveis.

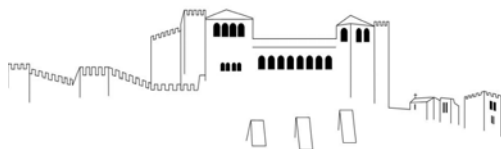
A rubrica de impostos indirectos registou um aumento, face ao período homólogo de 2011, devido ao aumento de 61% (€1.827,62) na receita proveniente da rubrica obras.

Relativamente à rubrica taxas, multas e outras penalidades a quebra verificada, em relação ao período homólogo do ano anterior, foi proporcionada essencialmente pela diminuição de 49% (-€70.677,88) na rubrica multas e outras penalidades e de 7% (-€18.036,16) na receita proveniente de obras.

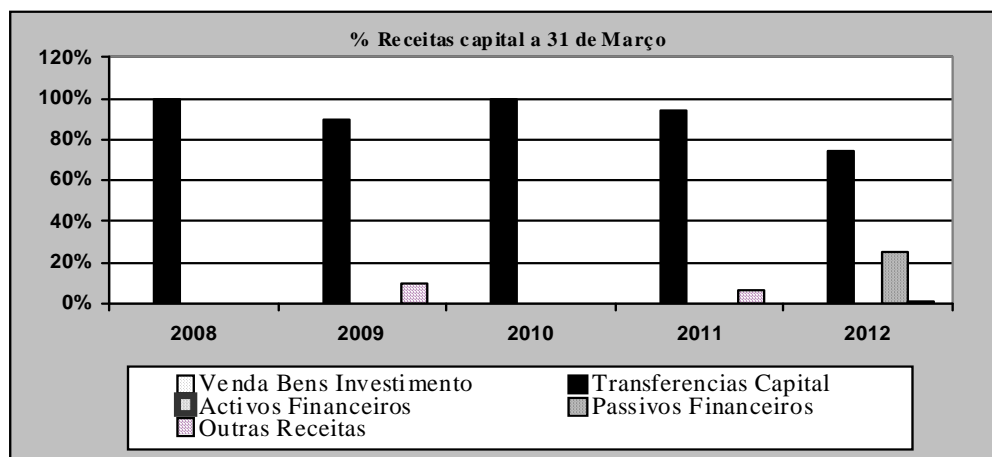
O aumento na receita proveniente de rendimentos de propriedade, face ao período homólogo de 2011, foi proporcionado pelo acréscimo de 107% (€52.292,53) na receita proveniente de rendas de bens de domínio público, este acréscimo deve-se ao facto de a EDP ter pago a renda de concessão referente ao 4.º trimestre de 2011 neste período.

Quanto às transferências correntes, o aumento, face a 2011, ficou a dever-se, essencialmente, às transferências provenientes de projetos cofinanciados que registaram uma receita de €168.090,96. Salientando-se, no entanto, a quebra de 8% (-€62.102,00) no Fundo de Equilíbrio Financeiro e de 13% (-€13.001,00) na participação variável no IRS.

Quanto à rubrica venda de bens e serviços, o aumento registado, relativamente ao período homólogo, foi proporcionado pelo acréscimo de 25% (€60.000,00) na receita de resíduos sólidos.



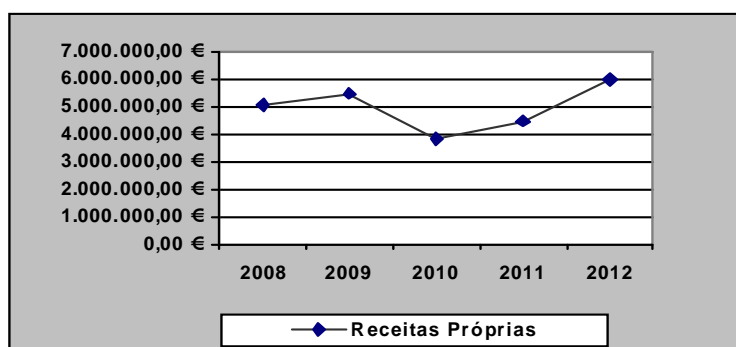
1.2 Receitas de Capital

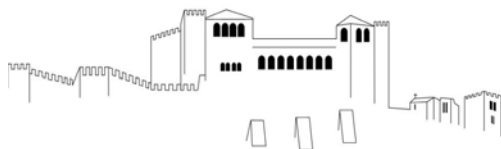


No período em análise, e para a estrutura das receitas de capital, 74% (€22.863.998,96) correspondem a receitas provenientes de transferências de capital, 26% correspondem a passivos financeiros provenientes da utilização do empréstimo de curto prazo no valor de €1.000.000,00 e 1% (€29.014,67) são provenientes de outras receitas de capital. O crescimento deste tipo de receitas face ao período homólogo de 2011 deve-se ao aumento de 100% (€1.000.000,00) na rubrica passivos financeiros e de 31% (€671.097,05) nas transferências de capital.

Do total das transferências de capital, €40.929,00 correspondem ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e €1.920.602,46 são provenientes de projectos co-financiados.

No que diz respeito às receitas próprias de base local, a 31 de Março, a evolução está traduzida no seguinte gráfico:



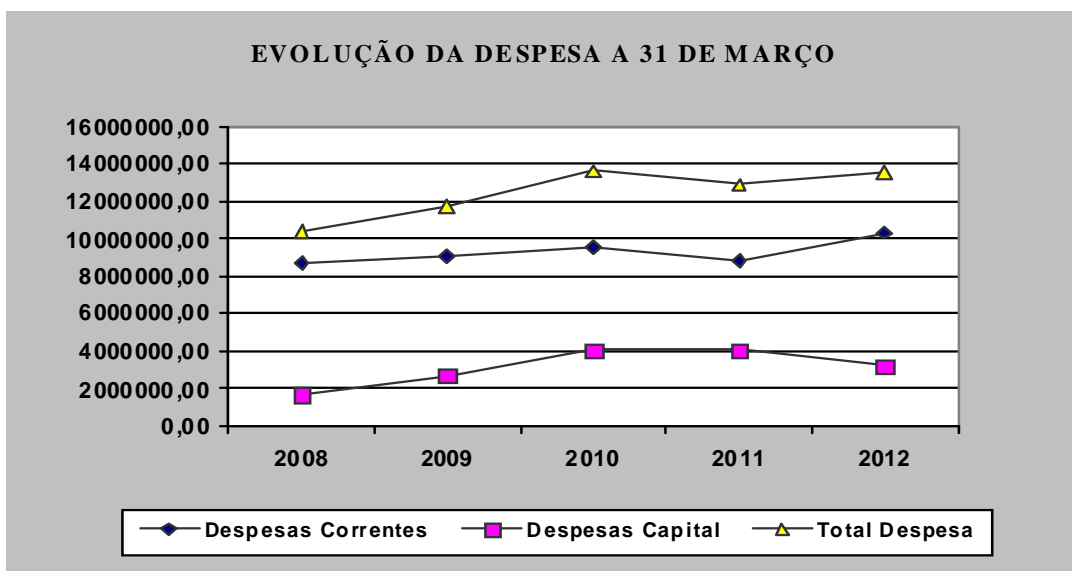


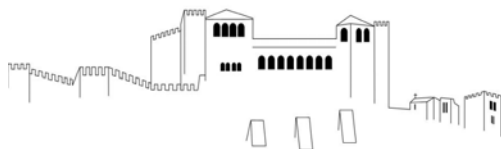
Analisando o gráfico anterior verifica-se que estas receitas, face ao período homólogo do ano anterior, registam um acréscimo de 33% (€1.494.356,16), passando o seu valor de €4.462.196,34 para €5.956.552,50.

2. DESPESAS

A 31 de Março de 2011, a despesa total paga é de €13.540.917,41, dos quais €10.330.830,94 são despesas correntes (76% do total da despesa) e €3.210.086,47 são despesas de capital (14% do total da despesa). No que diz respeito à despesa cabimentada, verifica-se uma despesa total de €48.608.411,43 à qual correspondem €33.698.337,83 de despesas correntes (69% do total da despesa) e €14.910.073,60 de despesas de capital (31% do total da despesa).

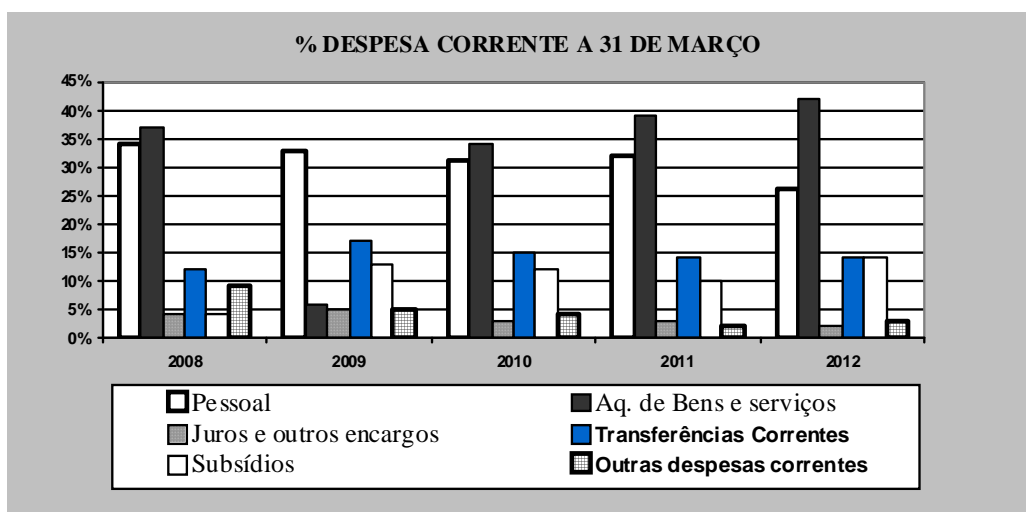
A despesa total paga registou face a período homólogo de 2011 a um aumento de 5%, (€86.381,22) proporcionado pelo aumento de 16% (€1.426.201,66) nas despesas correntes, uma vez que as despesas de capital pagas diminuíram 21% (-€39.820,44).





2.1 Despesas Correntes

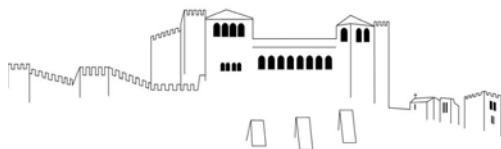
Na estrutura das despesas correntes pagas, em Março de 2012, são as despesas com a aquisição de bens e serviços que maior peso detêm com 42% (€4.315.400,79) seguindo-se as despesas com pessoal com 26% (€2.650.970,70), as transferências correntes e os subsídios representam 14% (€1.409.424,43 e €1.422.032,40 respetivamente), as outras despesas representam 3% (€304.704,55) e os juros e outros encargos correspondem a 2% (€228.298,07).



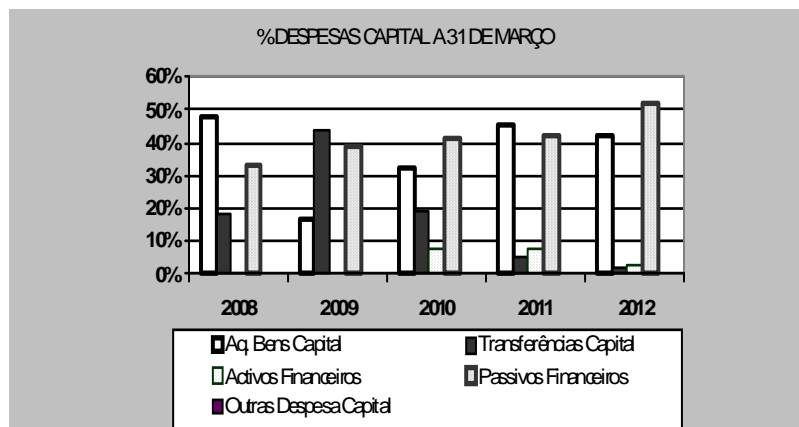
Para o aumento deste tipo de despesas pagas, face a 2011, contribuiu o aumento de 62% (€44.526,27) nos subsídios pagos (pagamentos à Leirisport), de 51% (€103.411,23) nas outras despesas, de 25% (€4.315.400,79) na aquisição de bens e serviços e de 7% (88.916,77) nas transferências correntes. Em sentido inverso, salienta-se a diminuição de 6% (-€158.487,73) nas despesas com pessoal e 9% (-€22.242,14) nos juros e outros encargos.

O acréscimo global na despesa paga com a aquisição de bens e serviço deve-se ao aumento de 11% (€21.603,98) na aquisição de bens e de 26% (€48.473,28) na aquisição de serviços. Para o aumento destas despesas contribuiu essencialmente o aumento de 122% (€26.735,69) nos combustíveis e lubrificantes, de 110% (€57.047,47) nos encargos de instalação.

As *transferências correntes* para as freguesias, no período em análise, foram de €431.892,35 diminuindo 7% (-€33.240,55) face ao período homólogo do ano anterior.



2.2 Despesas Capital

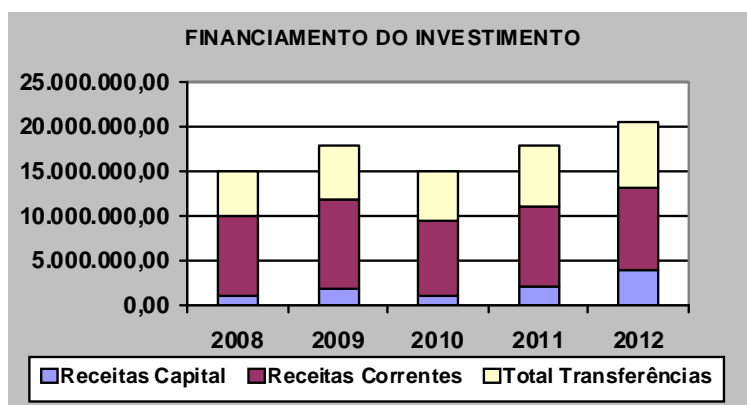


Para a estrutura das despesas de capital, a 31 de Março de 2011, 52% (€1.682.507,36) correspondem a passivos financeiros, 42% (€1.345.844,32) são aquisições de bens de capital, 3% (€107.181,71) são ativos financeiros e 2% (€74.553,08) são transferências de capital.

A quebra deste tipo de despesas, face a período homólogo de 2011, ficou a dever-se à diminuição em todas as suas rubricas, assim, salienta-se a quebra de 68% (-€223.561,81) nos ativos financeiros, de 66% (-€144.876,43) nas transferências de capital de 26% (-€465.723,16) na aquisição de bens de capital e de 0,34% (-€5.659,04) nos passivos financeiros.

Do total das transferências de capital, €14.365,34 são transferências para as freguesias, o que representa uma diminuição de 91% (-€140.726,75) face ao período homólogo do ano anterior.

O financiamento do investimento, a 31 de Março, está traduzido no seguinte gráfico:





3.EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A 31 de Março	2008	2009	2010	2011	2012
Facturas por liquidar	31.334.829,79	19.298.860,18	13.913.794,77	14.244.578,17	9.652.780,89
Facturas por liquidar / Receita	310%	164%	147%	128%	73%

A Câmara Municipal de Leiria apresenta o seguinte stock da dívida:

	Capital em dívida a 31/12/2011 (saldo conta 23)	Contratação empréstimos	Amortizações a 31 de Março	Capital em dívida
Instituições Financeiras	€50.771.061,42	€1.000.000,00	€1.682.507,36	€50.088.554,06
Estado	€8.088.720,00		€0,00	€8.088.720,00

A situação face aos limites de endividamento municipal a 31 de Março de 2011 é a seguinte:

	Designação	Montante	Observações
1	Capital em dívida de médio e longo prazo	€7.177.274,06	Apenas Município
2	Endividamento líquido	€5.828.138,16	Apenas Município
3	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	€8.057.250,99	
4	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	€19.120.023,07	4 = 1 - 3
5	Endividamento líquido a considerar (excluindo montantes excepcionados)	-€13.291.884,91	5 = 2 - 3

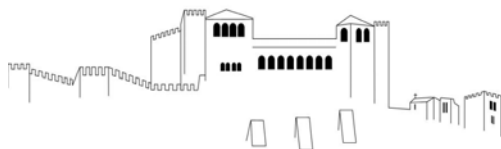
4. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

A Câmara Municipal de Leiria apresenta a seguinte relação entre as grandes rubricas das receitas e das despesas:

31 De Março

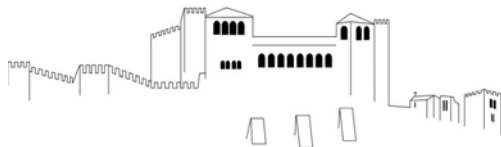
RECEITAS CORRENTES	€9.193.555,52	DESPESAS CORRENTES	€10.330.830,94
RECEITAS DE CAPITAL	€3.893.013,63	DESPESAS DE CAPITAL	€3.210.086,47

A poupança corrente a 31 de Março foi de -€1.137.275,42.



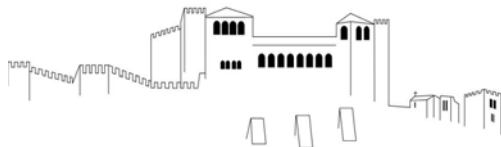
5. INDICADORES DE GESTÃO

TAXA DE COBERTURA DA DESPESA PELA RECEITA	13.287.207,26 / 13.540.917,41 = 0,98
TAXA DE POUPANÇA CORRENTE	9.193.555,52 / 10.330.830,94 = 0,89
PESO DA DESPESA TOTAL NA RECEITA TOTAL	13.540.917,41 / 13.287.207,26 = 1,10
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	4.315.400,79 / 3.035.208,00 = 1,42
GRAU DE COBERTURA DOS JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PELOS FUNDOS AUTÁRQUICOS CORRENTES	1.910.795,29 / 3.035.208,00 = 0,63
RÁCIO DE ESTRUTURA	
(receitas correntes – transferências correntes) / (receitas correntes)	4.726.899,72 / 9.193.555,52 = 0,51
(receitas totais - transferências) / (receitas totais)	5.956.552,50 / 13.287.207,26 = 0,45
(transferências totais) / (receitas totais)	7.330.654,76 / 13.287.207,26 = 0,55
(Fundos Municipais capital) / (investimentos+transferências capital)	940.929,00 / 1.420.397,40 = 0,66
RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO	
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (Fundos Municipais)	1.910.795,29 / 3.976.137,00 = 0,48
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (receita total)	1.910.795,29 / 13.287.207,26 = 0,14
(amortizações empréstimos + juros empréstimos) / (despesa total)	1.910.795,29 / 13.540.917,41 = 0,14
INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAL	
(despesa de pessoal) / (receitas correntes 10)	2.650.970,70 / 8.258.150,39 = 0,32
(despesa de pessoal) / (receitas correntes 11)	2.650.970,70 / 8.792.400,03 = 0,30
(despesa de pessoal) / (receitas correntes 12)	2.650.970,70 / 9.193.555,52 = 0,29
(Fundos Municipais corrente) / (despesa de pessoal)	3.035.208,00 / 2.650.970,70 = 1,14
RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	
(Fundos Municipais capital) / (investimento)	940.929,00 / 1.345.844,32 = 0,70
(FEDER capital) / (investimento)	1.920.602,46 / 1.345.844,32 = 1,43
(investimento) / (receita total)	1.345.844,32 / 13.287.207,26 = 0,10
OUTROS	
(despesa de pessoal) / (população)	2.650.970,70 / 127.919 = 20,72
(despesa de pessoal) / (km2)	2.650.970,70 / 565 = 4.691,98
(investimento) / (população)	1.345.844,32 / 127.919 = 10,52
(investimento) / (km2)	1.345.844,32 / 565 = 2.382,03



ANEXOS

RECEITAS	2008	2009	2010	2011	2012	%	
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Parcial	Global
RECEITAS CORRENTES							
01 IMPOSTOS DIRECTOS	2.553.977,87	3.547.187,23	1.886.748,24	2.355.584,20	1.977.313,64	22%	15%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	469.965,43	295.923,40	392.516,17	247.927,50	310.566,91	3%	2%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	690.329,50	416.703,16	413.088,98	496.107,85	395.382,65	4%	3%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	726.822,65	890.737,49	714.775,43	728.381,26	1.467.857,94	16%	11%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.969.840,01	4.442.338,29	4.470.711,98	4.466.096,25	4.466.655,80	49%	34%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	508.858,32	230.077,13	274.726,06	455.297,68	506.219,05	6%	4%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.149,35	70.642,22	105.583,53	43.005,29	69.559,53	1%	1%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	8.966.943,13	9.893.608,92	8.258.150,39	8.792.400,03	9.193.555,52	100%	69%
RECEITAS DE CAPITAL							
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1.725,00	0	0	0	0	0%	0%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.075.634,48	1.660.130,62	1.131.567,78	2.192.901,91	2.863.998,96	74%	22%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0	0	0%	0%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0,00	1.000.000,00	26%	8%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	190.000,00	0	129.440,02	29.014,67	1%	0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	1.077.359,48	1.850.130,62	1.131.567,78	2.322.341,93	3.893.013,63	100%	29%
14 RECURSOS PRÓPRIO COMUNITÁRIOS	0	0	0	0	0	0%	0%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	47.765,58	17.396,29	49.877,84	6.452,54	200.638,11	100%	2%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0	0	0	0	0	0%	0%
	47.765,58	17.396,29	49.877,84	6.452,54	200.638,11	100%	2%
TOTAL GERAL	10.092.068,19	11.761.135,83	9.439.596,01	11.121.194,50	13.287.207,26		100%



Município de Leiria

Câmara Municipal

Despesas	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	%	
	2008	2009	2010	2011	2012	Parcial	Global
DESPESAS CORRENTES							
01 DESPESAS COM O PESSOAL	2.932.733,69	3.015.341,73	2.996.692,79	2.809.458,43	2.650.970,70	26%	20%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.186.170,15	2.342.357,42	3.269.597,48	3.445.323,53	4.315.400,79	42%	32%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	354.729,76	453.388,97	303.911,76	250.540,21	228.298,07	2%	2%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.090.237,89	1.565.546,78	1.462.813,59	1.320.507,66	1.409.424,43	14%	10%
05 SUBSÍDIOS	374.525,71	1.197.127,63	1.124.669,59	877.506,13	1.422.032,40	14%	11%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	786.821,66	477.708,68	409.790,84	201.293,32	304.704,55	3%	2%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	8.725.218,86	9.051.471,21	9.567.476,05	8.904.629,28	10.330.830,94	100%	76%
DESPESAS DE CAPITAL							
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	830.097,09	459.419,26	1.294.721,55	1.811.567,48	1.345.844,32	42%	14%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	309.921,29	1.187.909,16	775.924,72	219.429,51	74.553,08	2%	14%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	1.247,00	0	312.691,00	330.743,52	107.181,71	3%	14%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	572.132,91	1.065.764,64	1.668.072,64	1.688.166,40	1.682.507,36	52%	14%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0	2.023,81	0	0	0	0%	14%
17 OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS							
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	1.713.398,29	2.715.116,87	4.051.409,91	4.049.906,91	3.210.086,47	100%	14%
TOTAL GERAL	10.438.617,15	11.766.588,08	13.618.885,96	12.954.536,19	13.540.917,41		100%

Advogados

Mário Diogo
Paulo Neto
Jorge Marques
Joana Mendonça
David Pereira
Vera Iúlia Santos

I. INFORMAÇÕES SOBRE COBRANÇAS EM CURSO, LITÍGIOS OU ACÇÕES JUDICIAIS PENDENTES, RECLAMAÇÕES e IMPUGNAÇÕES FISCAIS

1) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 549/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor – Paulo Gomes dos Santos

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: a) Anulação do Embargo referente a uma moradia unifamiliar que o A. tinha em construção com o fundamento de que as obras estavam executadas num local distinto do licenciamento a que se refere o processo de obras n.º 1111/02, pelo que a obra necessitava de prévio licenciamento por parte da Câmara Municipal, e consequente reconhecimento que a moradia do A. Foi implantada de acordo com o projecto aprovado pelo Município no Processo de Obra n.º 1111/2002, através do alvará por ele emitido com o n.º 689/03 de 31/07/2003 e de acordo com os cartogramas existentes à data da aprovação e fornecidos pelo Município, e que as obras estão executadas no local que consta do licenciamento.

b) que a mesma moradia não viola as disposições do PDM de Leiria, nem a Portaria 1111/2001 de 19/09/2001;

c) que inexistente fundamento legal para o embargo decretado.

No caso de se provar o pedido formulado em a) e o Município não conceder ao Autor autorização para a conclusão da moradia no local onde se encontra, requer a condenação do Município a indemnizar o Autor pelas perdas e danos que sofreu relativos aos custos da construção, dos projectos, da eventual demolição e danos não patrimoniais no montante da liquidar em execução de sentença.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: aguarda desenvolvimentos sobre a reclamação à Perícia, apresentada pelo Autor.

2) PROCESSO: Expropriação n.º 4052/04.6 TBLRA, a correr termos no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Expropriante: Município de Leiria

Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL
Sociedade de Advogados de Responsabilidade Limitada

Reg. na Ordem dos Advogados n.º 80/02 – Capital Social €50.000,00 – NIPC 505 837 978

Edifício Avenida, Av. Heróis do Ultramar 52, 2º, Apt.107, 3100-462 POMBAL - PORTUGAL - tel. +351 236 209 650 - fax +351 236 209 652 e-mail: geral@dnm-sadvog.com - www.dnm-sadvog.com

Expropriado: Maria Fernanda Portela da Costa e Sousa Dinis

VALOR DA ACÇÃO: 108.418,54 €

PEDIDO: Condenação da entidade expropriante no pagamento à expropriada do montante de 108.418,54 €, a título de despesas a suportar por aquela para substituir o bem expropriado, por outro equivalente.

ESTADO ACTUAL do processo: Estamos perante um apenso de liquidação em execução de sentença. O processo encontra-se aguardar marcação de inquirição de testemunhas.

3) PROCESSO: Execução de Sentença n.º 594-A/97, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra

PARTES: Exequente – Armando Neto dos Santos

Executado– Município de Leiria

PEDIDO: execução de sentença com prévia liquidação, reclamando prejuízos no montante de 35.501,84 € com juros à taxa de 10% e à que lhe for sucessivamente aplicável e ao ano desde a citação para a acção até efectivo e integral pagamento, com Custa e procuradoria condigna

ESTADO ACTUAL do processo: Decorrendo então o processo em Liquidação de Execução de Sentença, encontram-se as partes a procurar dirimir por consenso o dissídio que dá causa à Execução.

4) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 7158/07.6TBLRA, a correr termos no Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Autor – Município de Leiria

Ré – Irmãos Brites, Lda

PEDIDO: 1: Deve declarar-se:

- a) que a parcela terreno em formato irregular, assemelhando-se a um triângulo, situada nas traseiras dos lotes 1,2 e 3 do Loteamento n.º 27/81, sito em Cruz da Areia, Leiria, registada em nome da empresa Ré, pertence ao domínio público do Município de Leiria, sendo este seu dono e legítimo possuidor;
- b) que esta parcela, por força do alvará de loteamento n.º 484 constitui área de cedência do Loteamento n.º 27/81 destinando-se a espaço verde de utilização colectiva;
- c) que de acordo com o citado alvará e planta anexa não lhe poderá ser dado qualquer outro uso;
- d) que esta parcela mede 261,07 m2 e que confronta de Sul- Lote 1, do Nascente- Lote 2 e 3, do Norte- Com edifício licenciado pelo processo n.º 1191/89, em nome da empresa Ré e do Poente com Maria Vieira Repolho e outros.

2) E deve a Ré ser condenada:

- a) A reconhecer o que vem pedido no número anterior e, em consequência;
- b) A restituir a parcela em litígio ao domínio público municipal.

- c) A abster-se de praticar qualquer acto sobre a citada parcela;
 - d) A demolir todas as obras executadas na aludida parcela, designadamente os muros ali existentes;
 - e) A remover tudo que colocou sobre aquela, designadamente o lixo e materiais ali existentes.
- 3) Declararem-se nulos quaisquer actos jurídicos que porventura tivessem servido de título bastante para os actos de registo predial da parcela em discussão nos autos, designadamente a escritura de aquisição da referida parcela e que acima se fez menção.
- 4) Proceder-se, de imediato, ao cancelamento do registo relativo à parcela em discussão nos autos, feito sob o n.º 2026/20010528, da freguesia de Leiria, na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria,.

ESTADO ACTUAL do processo: encontra-se a aguardar marcação de audiência de discussão e julgamento.

5) PROCESSO: Acção Administrativa Comum sob a forma de processo ordinária n.º 1135/06.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

PARTES: Autor- João Pedro Gonçalves Assunção Branco;

Réu- Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 39.358,00 €

PEDIDO: 1) ser o Município condenado em sede de indemnização pelo dano emergente, por haver destruído o quiosque e pelos investimentos feitos com a construção do mesmo, causados pela declaração de utilidade pública, nos termos da alínea c) do art. 180º do C.P.A., no montante de 24.358,00 € (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e oito euros) que se estabelece como correspondente ao da justa indemnização;

2) Ser o Município condenado em sede de lucro cessante, perca do direito ao trespasse (cedência-transmissão a outrem) nomeadamente a indemnização referente à clientela que se fixa num montante de 15.000,00 €

ESTADO ACTUAL do processo: encontra-se a aguardar marcação de audiência de discussão e julgamento.

6) PROCESSO: Recurso Jurisdicional- Contencioso pré-contratual n.º 7802/11 a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul

PARTES: Recorrente: Chamartin Projectos, S.G.P.S., S.A.

Recorrido: Município de Leiria e outras

PEDIDO: A acção proposta pela Chamartin Projectos, S.G.P.S., S.A. contra o Município e contra-interessadas Multi Development Portugal- Promotora Imobiliária, S.A. e Lena- Engenharia Construções, S.A., com vista à impugnação da deliberação de 11/06/2008, do Município, que adjudicou à concorrente "Multi Development Portugal- Promotora Imobiliária, S.A. e Lena- Engenharia Construções, S.A." a concepção, financiamento, construção e exploração de uma unidade comercial de dimensão relevante (UCD), mediante a alienação de parcelas de terreno, em regime de direito de superfície, pelo Município, por ter obtido a melhor pontuação no

concurso aberto pelo anúncio n.º 2611001536 publicado no DR, II Série, n.º 66 de 03/04/2007 e Jornal das Comunidades Europeias n.º 2007/S58-071172, de 23/03/07, na sequência da deliberação de 04/01/2007 da Câmara Municipal de Leiria.

ESTADO ACTUAL do processo: tendo perdido a Acção em 1ª Instância, recorreu para o TCA Sul e deste para o STA.

7) PROCESSO: Inquérito n.º 1676/10.6TALRA, a correr termos na 1ª Secção dos serviços do Ministério Público de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguida- Maria Inês Gomes Ferreira;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminal contra Maria Inês Gomes Ferreira pelo crime de abuso de confiança.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: foi fixada suspensão provisória do processo pelo Ministério Público, com a condição de Maria Inês Gomes Ferreira pagar em prestações o equipamento ao Município. Encontra-se em fase de pagamento prestacional.

8) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1681/10.2TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Vítor Domingos da Rocha Rosa;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 € em acrescida de juros moratórios á taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Irá ser instaurada a competente Execução Sentença.

9) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1675/10.8TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Vítor Manuel Gameiro Luís;

VALOR DA ACÇÃO: 147,14 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 € acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para a realização da audiência de julgamento.

10) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1683/10.9TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Jorge Henrique Gonçalves;

VALOR DA ACÇÃO: 205,94 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 205,94 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para a realização da audiência de julgamento.

11) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 2728/10.8TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Gabriel Cristiano Santos Ferreira;

VALOR DA ACÇÃO: 147,14 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 147,14 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se agendada audiência de julgamento para o dia 30/03/2012.

12) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 2705/10.9TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- Fernando dos Santos Sola;

VALOR DA ACÇÃO: 205,94 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 205,94 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para a realização da audiência de julgamento.

13) PROCESSO: Processo Comum Singular n.º 1052/10.0TALRA, a correr termos no 2º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Demandante- Município de Leiria:

Arguido/Demandado- João Miguel Pinheiro de Barros;

VALOR DA ACÇÃO: 163,10 €

PEDIDO: O Município participou criminalmente e deduziu Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 163,10 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Proferida Sentença de Condenação do Arguido. Irá ser instaurada a competente Execução Sentença.

14) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 404/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor- AFMER- Actividades Hoteleiras e Promoção, Lda:

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: que seja declarada a invalidade do Despacho proferido datado 2009/11/13, indeferindo a pretensão da Autora de pedido de autorização de legalização de alteração e ampliação de estabelecimento de bebidas (relativa à exposição apresentada em 22/10/2007), seguindo-se os demais termos da lei até final.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

15) PROCESSO: Recurso de Revista n.º 413/04.9TBLRA, a correr termos no Supremo Tribunal de Justiça;

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Lda

Réu: Município de Leiria

PEDIDO: Inconformada com o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Coimbra que revoga a sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Leiria, em que a GUERGIL, Lda solicitava anulação de contrato de cessão outorgada entre esta e o Município por escritura pública de 17/07/2001. Vem interpor Recurso de Revista

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/2011 aguardava prolação de Acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça (entretanto já proferida em 2012, absolvendo o Município de Leiria).

16) PROCESSO: Processo n.º 3011/07, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul;

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Lda

Recorrido: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação da deliberação da CML, de 11/10/2004, que indeferiu o projecto de arquitectura relativo à construção de um edifício de 6 pisos, sito em Olhavas

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda decisão desde 07 de Novembro de 2007.

17) PROCESSO: Processo n.º 4711/09, a correr termos no Tribunal Central Administrativo Sul;

PARTES: Recorrente: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Lda

Recorrido: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 453.685,79 €

PEDIDO: Pede-se a condenação do Município no pagamento da quantia de 453.685,79 € a título de indemnização por prejuízos sofridos pela autora aquando da construção de um edifício sito em Guimarota.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda decisão desde 23 de Fevereiro de 2009.

18) PROCESSO: Processo n.º 935/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Guergil- Construções Invest. Imobiliários, Lda

Reú: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação da deliberação do Município de 08/06/2007, que indeferiu o pedido de licenciamento de edifício para Habitação Colectiva (Proc. O. P. 851/2006).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda decisão desde 23 de Fevereiro de 2009.

19) PROCESSO: Oposição de Execução Fiscal n.º 332/10.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Exequente: Município de Leiria

Oponente: Ângela Cristina de Sousa Antunes

VALOR DA ACÇÃO: 530,09 €

PEDIDO: A caducidade das liquidações efectuada e reportada aos anos 2001 a 2004, ou se assim não se entender a prescrição da dívida exequenda e a falsidade do título Executivo.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

20) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 6121/05.6TBLRA, a correr termos no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autor: Manuel da Fonseca Gomes e outros

Réu: Província Portuguesa da Congregação dos Irmãos Maristas e outros

Interveniente (intervenção acessório provocada):

VALOR DA ACÇÃO: 603.545,45 €

PEDIDO: Ser o Município de Leiria condenado a ressarcir os RR daquilo que pagarem a mais aos AA em virtude do tempo decorrido, bem como ser o Município de Leiria condenado a ressarcir os RR da importância por estes paga à empresa Canas, S.A., no valor de € 24.003,69.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/2011 encontra-se marcada data para a realização da audiência de discussão e julgamento para dia 30/01/2012.

21) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma ordinária n.º 378/10.8BECBR a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria ;

PARTES: Autor: Condop- Construções e Obras Pública, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 312.448,63 €

PEDIDO: Condenação do Município do pagamento da importância global de 312.448,63 €, a título de juros de mora por atraso no pagamento de determinadas facturas e de indemnização por atraso no pagamento, bem como a proceder ao pagamento das facturas em dívida ao BPI Factoring.

Para tanto, alega que no domínio de um contrato de empreitada de obras públicas celebrado entre Município e a Condop- Construções e Obras Públicas, S.A., O Município não efectuou o pagamento aprazado de diversas facturas, e que, por via de tanto, lhe causou danos decorrentes de constrangimentos financeiros e perda de credibilidade bancária.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

22) PROCESSO: Acção Administrativa Comum- forma ordinária n.º 599/07.0BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Vitor Manuel da Silva Cruz

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 46.961,67 €

PEDIDO: Condenação Do Município a pagar ao Autor a quantia de 46.369,67 €, acrescida de juros de mora à taxa de 4% ao ano contados da citação até efectivo e integral reembolso e no mais que for de lei.

sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente pedonal devido a buraco que se encontrava na via pública.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda relatório de perícia médico-legal do autor no Instituto de Medicina Legal de Coimbra e posteriormente marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

23) PROCESSO: Execução Comum n.º 592-A/1999 a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria

PARTES: Exequente: Abílio de Jesus da Silva

Executado: Município de Leiria

PEDIDO: Através do Processo de Execução para Prestação de Facto nº 592-A/99, em que é Exequente Abílio de Jesus Silva e Executado o Município de Leiria, Abílio de Jesus Silva procura dar à Execução a transacção (acordo das partes), efectuada em 20 de Julho de 2001, homologada por douda Sentença proferida em 17/09/2001, transitada em julgado em 8 de Outubro de 2001.

De acordo com essa Transacção, na parte relevante, as partes obrigaram-se a:

1- Conjuntamente, corrigir, perante a Conservatória do Registo Predial e a Serviço de Finanças competentes, a área do imóvel descrito na alínea A) dos Factos Assentes, de modo a que o mesmo passe a constar com a área de 17.300 m2, em conformidade com a alínea B) dos Factos assentes na Acção Declarativa (cláusula Segunda);

2- Mais se obrigaram "a, conjuntamente, dividir por destaque, o imóvel descrito na alínea A) dos factos assentes em dois novos prédios, respectivamente com as áreas de 10.770 m2 e de 6.530 m2" (cláusula Terceira);

3- "O novo imóvel de 6.530 m2 situar-se-á na parte sul do prédio descrito na alínea A) dos factos assentes, conforme planta integrante da transacção, sendo adjudicado ao Autor" (cláusula Quarta);

4- As despesas com a correcção de área e com a divisão sobreditas serão suportadas por ambas as partes, na proporção das áreas referidas na cláusula terceira (cláusula Quinta), isto é na proporção de 10.770 m2 para o réu e 6.530 m2 para o Autor (cláusula Quinta);

5- O Município de Leiria obrigou-se a aprovar, nos termos legais, para o novo imóvel referido na cláusula Quarta, o loteamento e construção que decorrem da planta anexa à transacção, podendo no entanto o autor obter a aprovação por parte do Réu de área de construção inferior à identificada nessa planta (cláusula Sexta);

6- A título de indemnização pelo diferencial entre a construção estabelecida no "protocolo" objecto do litígio e a definida na planta anexa à transacção, bem como pelos demais danos materiais referidos na petição inicial, o Réu obriga-se a pagar ao autor a quantia global de PTE 30.000.000\$00 (cláusula Sétima, Oitava e Nona). Esta quantia foi efectivamente paga pelo Município a Abílio de Jesus Silva.

7- O Município de Leiria obrigou-se a no prazo de um ano a contar da data da transacção, executar as obras que se mostrassem necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para o novo imóvel referido na cláusula Quarta (cláusula Décima).

A Acção Executiva foi instaurada em 22 de Janeiro de 2008, com a alegação de que o Município só havia pago a quantia estipulada na transacção, faltando cumprir as demais obrigações então fixadas. Segundo o Exequente, a área do imóvel não foi corrigida; o imóvel não foi dividido; o novo prédio com a área de 6350 m2 não foi adjudicado ao Exequente; o loteamento não foi aprovado e o Município não fez as obras necessárias para que não haja escoamentos de águas pluviais ou desmoronamentos para este prédio.

Atento este incumprimento, o Exequente solicitou ao Tribunal:

a) que fosse fixado o prazo de 10 dias para subscrever os pedidos de correcção de área em conformidade com o estabelecido na cláusula 2ª da sobredita transacção e pagar os custos que viessem a ser exigidos pela Conservatória registral e pela Repartição Fiscal competentes, nos termos estabelecidos na cláusula 3ª da Transacção;

b) Que fosse aplicado ao Município uma sanção pecuniária compulsória de 100,00 € por dia, desde o termo do prazo que viesse a ser judicialmente fixado até à concretização da subscrição e pagamentos aí referidos.

A CML não deduziu Oposição à Execução.

Por duto Despacho de 2/07/2008, foi fixado o prazo de 10 dias para o cumprimento da obrigação exequenda e fixada a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso no cumprimento da prestação, a partir do prazo ordenado para sua realização. Esse Despacho foi notificado às partes por carta expedida a 16 de Julho de 2008. O prazo para cumprimento da obrigação exequenda terminou no dia 31 de Julho de 2008.

Por ofício datado de 4 de Setembro de 2008, a CML notificou o Senhor Abílio de Jesus Silva para comparecer no Sector de Património para subscrever o pedido de correcção de área, junto da CRP e do Serviço de Finanças. Em 10 de Setembro de 2008, foi comunicada à CML a apresentação de pedidos de correcção de área no 2º Serviço de Finanças de Leiria (em 8 de Setembro de 2008) e 2ª CRP de Leiria (em 9 de Setembro de 2008).

O pedido de correcção de área do prédio descrito na 2ª CRP de Leiria sob o número 658 da freguesia de Pousos (artigo matricial rústico 4382 daquela freguesia) foi indeferido (recusa de registo predial) por não contar com a assinatura de Maria Trindade Costa, proprietária do prédio na proporção de 2/24.

Em 29 de Março de 2010, o Exequente veio pedir a penhora de bens do Município de Leiria para lhe ser paga a sanção pecuniária compulsória de 100 € por cada dia de atraso, a contar de 1 de Agosto de 2008 inclusive. Efetuadas as contas à razão de 100 € diários, a sanção pecuniária compulsória ascende, à data de hoje (21 de Março de 2012), a 129.800 € (cento e vinte e nove mil e oitocentos euros).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Decorrem as negociações com vista à obtenção de uma solução consensual para o litígio em apreço.

24) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 371/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Anulação do Acto ou Actos Administrativos de processamento de vencimentos e abonos, respeitantes ao mês de Janeiro de 2011 e a todos os meses subsequentes de 2011, por lhes faltar base legal constitucionalmente válida, na medida em que as normas do artigo 19º n.ºs 1º e 4º, alínea a) da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, enfermam de inconstitucionalidade formal e material, a vários níveis.

b) Condenação do Município no restabelecimento da situação que existiria se aquele acto ou aqueles actos não tivessem sido praticados, ou seja, a situação em vigor à data de Dezembro de 2010.

c) Condenação do Município a reconhecer a situação jurídica subjectiva dos associados do Autor, quanto à atribuição e processamento dos vencimentos e abonos de 2011, em conformidade com o quadro normativo legal vigente em Dezembro de 2010.

d) Condenação do Município no pagamento de juros de mora legais que forem devidos aos associados do Autor.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

25) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 7213/05.7TBLRA, a correr termos no 2º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autor: Duplometal- Alumínio e Ferro, Lda

Réu: Reimobil- Imobiliária da Quinta do Rei, Lda e outros

Interveniente (intervenção acessório provocada): Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 283.624,11 €

PEDIDO: Ser o Município de Leiria condenado a ressarcir os RR daquilo que pagarem a mais aos AA em virtude do tempo decorrido, bem como ser o Município de Leiria condenado a ressarcir os RR da importância por estes paga à empresa Canas, S.A., no valor de € 24.003,69.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/2011 encontra-se marcada data para a realização da audiência de discussão e julgamento para dia 30/01/2012.

26) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 276/11.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Giuseppe Curia e outros

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.900,00 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento da quantia de 30.900,00 € (na sequência de responsabilidade civil extracontratual por acidente de viação):

- a) 10.000,00 € a título de danos morais, sofridos por Helena Cunha Cúria, acrescidos os juros vencidos desde a data de citação até integral e efectivo pagamento;
- b) 20.900,00 € por danos materiais por Giuseppe Cúria, acrescido dos juros vencidos desde a data de citação até integral e efectivo pagamento;
- c) Custas e Procuradoria

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar marcação de data para a realização da audiência de discussão e julgamento.

27) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma Ordinária n.º 1349/06.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Carolina Oliveira Monteiro e outros

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 78.000,00 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento da quantia 78.000,00 €, que corresponde a prejuízos sofridos pela Autora, resultantes do encravo do prédio e consequente desvalorização ponderada a sua valorização actual (os alegados prejuízos correspondem à diferença de valor do prédio com e sem acesso ao caminho e via pública).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

28) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 1270/11.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Rita de Sousa Nogueira Antunes da Graça Freitas

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 12.176,64 €

PEDIDO: Condenação do Município no pagamento a Autora da quantia 12.176,64 €, acrescida de juros à taxa legal desde a citação até integral e efectivo pagamento, a título de compensação por força da caducidade do contrato de trabalho em funções pública.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

29) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 527/11.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Sintap- Sindicato dos trabalhadores da Administração Pública.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Anulação do Despacho do Sr. Presidente da câmara de 30/11/2010, com as legais consequências.

b) Condenação do Município a praticar o acto administrativo devido, em substituição do acto praticado e ora impugnado, no qual reconheça que a associado do Autor merece uma qualificação de Muito Bom (SIADAP).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/2011 encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (entretanto notificada Decisão em 06/02/2012, declarando improcedente a presente acção administrativa especial).

30) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 147/06.0BELRA ;

PARTES: Autor: José António da Silva

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: Belmiro Emanuel Teodoro Duarte Cardoso e outros

PEDIDO: Pedido Indemnizatório por danos correntes da pratica do acto ilícito de indeferimento do pedido de licenciamento de construção de uma moradia familiar (responsabilidade civil extracontratual).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul.

31) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 3354/03.3TBLRA a correr termos no 4º Juízo Civil de Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autora: Maria Isabel Carreira Ferreira

Réus: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95 €

PEDIDO: condenação do Município solidariamente com restantes Réus:

- a) a retirar, por sua conta a brita, areia, terra entulho, saibro, etc., colocadas na parcela da Autora identificada nos artigos 20º e 21º da Petição Inicial, repondo no prédio da Autores a situação em que o mesmo se encontrava antes da ocupação, com condições de poder ser novamente amanhado pela Autora;
- b) Pagar à Autora a quantia de 2.500,00 €, pelos danos não patrimoniais sofridos pela Autora referidos nos artigos 33º a 47º da Petição de Inicial;
- c) Pagar à Autora o montante dos prejuízos patrimoniais, que vierem a ser apurados em sede cálculo de liquidação de execução de sentença, em virtude da ocupação ilegal do terreno pertencente à Autora;
- d) Pagar à Autora o montante diário não inferior a 150,00 €, a título de indemnização compulsória, caso no prazo fixado na sentença final, não retirem à sua custa, todos o material- brita, areia, terra, entulho, saibro, etc, repondo no prédio da Autora a situação em que o mesmo se encontrava em condições de poder ser novamente amanhado pela Autora;
- e) A pagar custa do processo.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31 de Dezembro de 2011 tinha já sido realizada a 1ª Sessão de Audiência de discussão e julgamento sendo, encontrando-se agendada a 2ª Sessão para o dia 30/01/2012.

32) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1414/09.6BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: António Pereira Órfão

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 €

- f) **PEDIDO:** condenação do Município à prática do acto devido, isto é, num prazo de trinta dias a contar do trânsito em julgado da decisão, expropriar os terrenos confinantes da Travessa da Serrada para permitir o alargamento da travessa, e a Freguesia de Pousos e o Município de Leiria ser solidariamente condenados a alargar a referida travessa num prazo de trinta dias a contar da referida expropriação.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de sentença pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

33) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 658/11.5BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Impugnante: LCC- Leiria Shopping- Centro Comercial, S.A.

Impugnado : Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 4.876,00 €

PEDIDO: O Impugnante vem impugnar:

- a) o acto de liquidação da denominada taxa municipal para realização de infra-estruturas urbanísticas, no montante de 4876,00 €, notificado ao impugnante em 22/12/2010;
- b) o acto de indeferimento tácito da Reclamação Graciosa deduzida contra esse acto de liquidação em 24/01/2011.

Peticionando que tais actos sejam julgados nulos, anulados ou inexistentes, com as legais consequências e peticionando ainda que seja expressamente declarada a existência de erro dos serviços e reconhecida à impugnante a juros indemnizatórios sobre todas as quantias impugnadas.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 12/12/2011 o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, vem notificado o Município de Leiria para proceder à junção aos autos do processo administrativo organizado. Foi enviado requerimento ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria a solicitar a concretização dos elementos pretendidos, atento o volume do processo em apreço, aguarda despacho judicial acerca do teor do referido requerimento.

34) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 643/07.16BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Acácio Manuel Gomes de Oliveira

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: a) Anulação do despacho de 22/02/2007, proferido pelo Presidente da câmara Municipal que determinou a demolição das obras levadas a cabo pelo Autor, por enfermar do vício de violação de Lei;

- b) condenar o Município a apreciar o pedido de licenciamento das edificações levadas a cabo pelo Autor e, nesse contexto, sustentabilidade de legalização das mesmas, ainda que com eventuais correcções ou alterações.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Face a informação prestada pelo Autor o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria suspendeu a instância até que seja proferida decisão final sobre o procedimento administrativo (processo n.º 366/08) facto que deverá ser comunicado pelo Município de Leiria logo que ocorra.

35) PROCESSO: Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 935/11.5TALRA a correr termos no 1º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Denunciante: Município de Leiria

Arguida: Isabel de Jesus Brito

PEDIDO: O Município participou criminalmente contra a arguida, trabalhadora do Município com a categoria de assistente técnica, pelos factos praticados no exercício das suas funções públicas, no decorrer dos anos de 2009 e 2010, detectados de auditoria ao serviço. Sendo que a arguida veio a ser acusada de um crime de peculato e três crimes de falsificação.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se agendada data para realização da audiência de discussão e julgamento para o dia 10/02/2012. Sendo que foi proferida Sentença em 06/03/2012.

36) PROCESSO: Acção de Processo Ordinário n.º 168758/11.6YIPRT, a correr termos no 3º Juízo de Competência Civil do Tribunal Judicial de Oeiras;

PARTES: Autor: Prológica – Sistema Informáticos, S.A.

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 68.014,73 €

PEDIDO: pedido de pagamento da quantia de 66.477,54 € a título de capital, de 1.384,19 € a título de juros de mora (para além dos juros vencidos) e de 153,00 € a título de taxa de justiça paga, atinente a contrato de fornecimento de bens e serviços.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 21/12/2011 foi proferida Sentença absolvendo o Município da instância. No entanto decorre negociações extrajudiciais para liquidação da dívida á Prológica, Lda (entretanto já liquidada por parte do Município).

37) PROCESSO: Processo de Insolvência de Pessoa Singular n.º 1505/11.3TBPBL, a correr termos no 3º Juízo do Tribunal Judicial de Pombal;

PARTES: Insolvente: Élia Silva Ferreira

Credor: Município de Leiria e outros

PEDIDO: Apresentada reclamação de crédito comum no montante de 158,10 € e de crédito subordinado no montante de 0,31 €, acrescido de juros vencidos.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Foi proferido despacho inicial de exoneração de passivo restante e nomeação de fiduciário em 30/11/2011.

38) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1066/11.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Réu: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01 €

PEDIDO: a) Reconhecimento e declaração que os associados do autor preenchem o universo dos trabalhadores objecto de opção gestonária para o ano de 2010, reunindo os requisitos exigidos pela alínea c) do n.º 1 do art. 47º da Lei 12-A/2008 para poderem alterar a sua posição remuneratória

b) Reconhecimento declaração que as verbas afectas a alteração posicionamento remuneratório no ano de 2010 não se esgotaram com as alterações de posicionamento efectuadas pelo Réu;

c) Condenação do Município a proceder a alteração de posicionamento remuneratório decorrente da opção gestonária de 2010 aos trabalhadores que nessa data já possuíam 5 pontos nas sucessivas avaliações de desempenho de 2004 em diante.

d) Condenação do Réu a proceder à alteração de posicionamento remuneratório dos associados do autor, nos termos referidos no artigo 35º da Petição Inicial, até se esgotar o montante máximo afecto a cada carreira a esse efeito;

e) Condenação do Réu a proceder ao pagamento das remunerações decorrentes da alteração de posicionamento a que aja lugar com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, acrescida de juros de mora desde essa data.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

39) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 718/05.1BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Pedro José dos Santos Rosa

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 7.974,46 €

PEDIDO: Acção para efectividade de responsabilidade civil extracontratual.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Na sequência de requerimento de suspensão da instância por um prazo de 15 dias, e após decurso do mesmo, em 23/11/2011 as partes foram notificadas pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria para informar o que se lhes oferecer dizer sobre a situação em cauda.

40) PROCESSO: Acção Administrativa Especial n.º 51/04.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: José Luís Marques da Cruz Monteiro

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessados: Oestauto- Sociedade de Reparação e Comércio de Automóveis, Ldª

VALOR DA ACÇÃO: 14.693,95 €

PEDIDO: anular a deliberação do Município, de 26/05/2003, que aprovou o projecto de arquitectura apresentado pela contra-interessada, no âmbito do pedido de licenciamento de remodelação do posto de combustíveis que explora, dado o mesmo enfermar de vício de violação de lei por erro nos pressupostos de facto, por não se encontrarem cumpridos os distanciamentos mínimos entre os reservatórios enterrados de gasolina e de gasóleo e os edifícios que recebem público e áreas sensíveis adjacente. Veio a posteriori o Autor ampliar o objecto da acção (o qual foi aceite pelo tribunal) com a anulação da deliberação que aprovou a reformulação do projecto de arquitectura em crise nos autos e que autorizou o licenciamento da correspondente operação urbanística.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

41) PROCESSO: Processo Comum (Tribunal Colectivo) n.º 49/06.0TALRA, a correr termos no 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autor: Município de Leiria e outros

Arguido: Abílio da Silva Domingos e outros

VALOR DA ACÇÃO: 7.500,00 €

PEDIDO: Deduzido Pedido de Indemnização Civil: ser o demandado condenado a pagar ao Município a quantia de 7.500,00 €, acrescida de juros moratórios à taxa legal, vencidos e vincendos, até integral pagamento (PIC em processo crime de peculato e falsificação).

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31 de Dezembro de 2011 aguardava marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento. Encontra-se em fase de julgamento

42) PROCESSO: Providência Cautelar n.º 1176/11.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Manuel de Jesus Antunes e outros

Réu: Município de Leiria

Contra-Interessado: BPI, S.A. e outros

VALOR DA ACÇÃO: 30.001,00 €

PEDIDO: Suspensão de eficácia de acto administrativo (deliberação da assembleia Municipal de Leiria tomada em 30 de Junho, 5 e 11 de Julho de 2011), bem como condenação em custas.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 06/12/2011 foi proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. Inconformado com a decisão, em 30/12/2011, o Município de Leiria veio interpor Recurso daquela decisão para o Tribunal Central Administrativo Sul que revogou, em 29/03/2012, a decisão de 1ª Instância desfavorável ao Município. Tal acórdão não transitou à presente data em julgado.

43) PROCESSO: Processo de Injunção n.º 254032/11.5BELRA, a correr termos no Balcão Nacional de Injunções;

PARTES: Requerente: Quimilena- Construções, Lda

Requerido: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 259.327,46 €

PEDIDO: pedido de pagamento da quantia de 258.382,45 € a título de capital, de 292,01 € a título de juros de mora (para além dos juros vencidos), 153,00 € a título de taxa de justiça paga e 500,00 a título de outras quantias, atinente a contrato de empreitada.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Apresentamos Oposição à Injunção, encontrando-se aguardar os ulteriores trâmites processuais.

44) PROCESSO: Injunção n.º 250304/11.7YIPRT, a correr termos no Balcão Nacional de Injunções;

PARTES: Autora: Matos & Neves, Lda

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 55.275,86 €

PEDIDO: pedido de pagamento da quantia de 54.584,70 € a título de capital, de 38,15 € a título de juros de mora (para além dos juros vencidos), 153,00 € a título de taxa de justiça paga e 500,00 a título de outras quantias, atinente a contrato de empreitada.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Apresentamos Oposição à Injunção em 02/11/2011. Entretanto em 2012, foi distribuída ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, sob o n.º 1414/11.6BELRA, correndo agora termos neste Tribunal, sendo que foi proferido despacho judicial no sentido de determinar a notificação da Autora para apresentar Petição Inicial aperfeiçoada de forma articulada, nomeadamente, alegando os factos que consubstanciem o contrato referido no requerimento de Injunção a sua execução juntando para o efeito documentos/facturas emitidas. Naquele contexto, em 05/03/2012 foi apresentada Contestação pelo Município, aguardando-se os ulteriores trâmites processuais.

45) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1249/11.6BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Vítor Manuel Fernandes Carreira

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 75.259,74 €

PEDIDO: Pedido de Indemnização Civil por responsabilidade civil extracontratual por não emissão de autorização de utilização de edifício em virtude da suspensão de procedimento administrativo n.º 21902 nos termos do art. 11 n.º 7 do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Já em 2012 foi apresentada Contestação pelo Município, encontrando-se aguardar os ulteriores trâmites processuais.

46) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 354/07.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Mário da Graça Mendes

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00€

PEDIDO: declaração de nulidade ou anulação do despacho da Presidente do Município de Leiria, notificado através do ofício com o n.º 870, datado de 2007/01/19 e a ainda a condenação do Município a emitir a competente licença.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/2011, aguardava prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (NB: Entretanto proferido Acórdão, que julga parcialmente procedente a presente acção e , em consequência anulado o acto impugnado).

47) PROCESSO: Acção Administrativa Comum n.º 1183/07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Horácio Simões e esposa

Reú: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00€

PEDIDO: Condenar os Reús solidariamente a:

- a) repor o terreno, indevidamente ocupado com o arruamento, na situação em que esse se encontrava, demolindo a obra (caminho) realizada e plantando vegetação idêntica aquela que lá se encontrava.
- b) Indemnizar os AA. por danos materiais, danos não materiais e perda de rendimento do imóvel, na importância de 5.000,00 €, acrescidos de juros à taxa legal, desde a citação até efectivo pagamento

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Foi apresentada Contestação pelo Município em 11/01/2008, encontrando-se aguardar os ulteriores processuais.

48) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 473/07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95€

PEDIDO: Condenar o Município a:

a) Reclassificar a associada (Vanda Regina Gonçalves Gomes) do autor para a carreira de auxiliar administrativa.

b) No pagamento das custas e procuradoria geral

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: O Município de Leiria apresentou Contestação em 19/06/2007, encontrando-se aguardar os ulteriores trâmites processuais.

49) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 1090/05.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 4.947,99€

PEDIDO: na presente acção peticiona-se o seguinte:

a) Reconhecimento e declaração da inconstitucionalidade do n.º 4 do art. 21º do Decreto-Lei 404-A/98.

b) Reconhecimento e declaração que o benefício constante n.º 4 do art. 21º do Decreto-Lei 404-A/98 e igualmente aplicável a funcionários promovido antes de 1997, sempre que pela sua aplicabilidade se evite que funcionários com menor antiguidade na categoria passem auferir uma remuneração superior á de funcionários com maior antiguidade nessa categoria;

c) Reconhecimento do direito da associada do Autor (Carlota Maria Lopes Cordeiro Areia) beneficiar da aplicação n.º 4 do art. 21º do Decreto-Lei 404-A/98 e a ser posicionada, com efeitos repostados a um 1 de Janeiro de 1998, em escalão imediatamente superior aquele em que foram posicionadas as suas colegas da Câmara Municipal de Leiria Maria Idalina Lagoa e Maria Augusta Sousa.

d) Condenação do Município a posicionar a associada do Autor no 5º Escalão, Índice 325, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 1998.

e) Condenação do Município a pagar à associada do Autor as diferenças da retribuição base entro o 5º Escalão e os escalões em que esteve efectivamente posicionada entre 1 de Janeiro de 1998 e 1 de Abril de 2001.

montante total de 4.947,99 €, acrescidos de juros de mora vencidos desde a data da citação até efectivo e integral pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: O Município de Leiria apresentou Contestação em 15/12/2005 e realizada audiência preliminar em 26/05/2009, aguardar os ulteriores trâmites processuais.

50) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 3//08.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: SINTAP- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,01€

PEDIDO: na presente acção peticiona-se o seguinte:

- a) que o acto Impugnado ser anulado, com as legais consequências;
- b) entregar os documentos requeridos na reclamação e mencionados nos artigos 33º e 34º da presente Petição Inicial;
- c) condenar o Município a praticar o acto administrativo devido, em substituição do acto praticado e ora impugnado, no qual reconheça que o Associado do Autor (Paulo Manuel Escalheiro Pinto) merece uma classificação de 3 valores na Responsabilidade e Compromisso com o Serviço.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

51) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 831//07.0BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Armando de Jesus de Oliveira

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: anulação do despacho emitido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 30/04/2007;

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

52) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1250//07.4BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Ermelinda Lopes da Silva Grosso- Cabeça de Casal Herança: óbito de António Grosso

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 14.963,95 €

PEDIDO: anulação do acto administrativo proferido pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria em 02/08/2007, o qual ordena a demolição do muro existente no prédio identificado em 4º da Petição Inicial, com todas as legais consequências.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

53) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1812/09.5BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Alexandre José Gouveia Estrela

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,01€

PEDIDO: seja anulado o acto proferido em 13/08/2009 pelo chefe de Divisão de Obras Particulares, no qual é ordenada a demolição das obras clandestinas, com todas as legais consequências.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (NB: Foi entretanto proferida Decisão favorável ao Município de Leiria)

54) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 364/08.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Américo dos Santos

Reú: Município de Leiria

Contra-Interessado: José dos Santos

VALOR DA ACÇÃO: 30.000,00 €

PEDIDO: Declaração de nulidade dos despacho proferido da Presidente da Câmara Municipal de Leiria de 28/12/2007, através do qual se ordenou a demolição de muro de vedação levadas a feito clandestinamente em Rua do Lagar, Matoeira- Regueira de Pontes.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

55) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 351/07.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Arsénio Gaspar Domingues

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: a) suspensão de eficácia do ato administrativo impugnado, nos termos do disposto no art. 115º n.º 1 e 106 do Decreto-Lei n. 555/99 de 16 de Dezembro;

b) decretada a anulabilidade, por violação da lei, do acto administrativo, que corresponde ao despacho da Presidente da Câmara Municipal de Leiria, datado de 20 de Novembro de 2006, com as legais consequências, através do qual se ordenou a demolição de muros levados a efeito em Moita da Rosa, freguesia de Souto da Carpalhosa em desacordo com o projecto aprovado, incluindo muro tardoz, de forma a salvaguardar a serventia existente a nascente.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Apresentou o Município Contra-Alegações em 19/11/2007, encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

56) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma sumária n.º 780/09.8BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Perspectiva- Gabinetes de Estudos Topográficos e Engenharia, Ldª

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 18.061,46 €

PEDIDO: vem peticionar:

- a) condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia de 6.811,46 €, referente à reparação de veículo automóvel de matrícula 95-47-VE, melhor identificado na Petição Inicial;
- b) condenação do Município de Leiria a pagar à Autora a quantia total de 11.250,00 € a título de danos não patrimoniais pelo a imobilização do veículo de 45 dias.
- c) Condenação do Município no pagamento à Autora de juros de mora a taxa legal sobre as quantias supra mencionadas, a contar desde a data do acidente até efectivo pagamento.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: o presente processo encontra-se aguardar audiência preliminar ou despacho saneador desde 17/11/2009.

57) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 157/08.2BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autora: Exploração Agro-Pecuária da Quinta dos Ganados, Ldª

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: vem peticionar:

- a) Anulação do despacho proferido pela Presidente da Câmara de Leiria datado de 30/10/2007, que determinou a demolição das obras levadas a cabo pela Autora;
- b) Declaração do efeito suspensivo da impugnação de despacho supra mencionado, suspendendo-se assim a eficácia do referido acto.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

58) PROCESSO: Acção Ordinária n.º 4190/05.8TBLRA, a correr termos no 1º Juízo do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autor: Concelção de Jesus

Réu: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00 €

PEDIDO: peticionam a Autora o seguinte:

- a) que se reconheça à Autora, o direito posse e de propriedade sobre o prédio identificado no art. 1 da Petição Inicial;
- b) que os Réus sejam condenados a restituírem a posse à Autora do imóvel;
- c) que os Réus sejam solidariamente condenados a proceder ao arranjo e execução de todas as obras necessárias para reconstruir o imóvel em causa nos autos, à sua custa;
- d) serem os Réus solidariamente condenados a pagarem diariamente à Autora a quantia de 500,00 € desde o dia da ocupação e destruição, até ao dia em que esta possa utilizar o imóvel como o vinha fazendo antes da destruição.
- e) Serem os Réus condenados solidariamente numa indemnização à autora que se apurar em sede de execução de sentença.
- f) Serem os Réus condenados solidariamente a restituírem em 5 dias todos os imóveis que foram identificados no art.º 39 da P.I., sob pena de não o fazendo serem condenados a pagar a quantia de 100,00€ diários até à entrega de tais bens.
- g) Serem os Réus notificados com a cominação de que incorrerão na prática de um crime de desobediência qualificada caso não cumpram o que lhes fora ordenado, no prazo que vier a ser fixado pelo tribunal.
- h) Custas a cargo dos Réus.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO:

Encontra-se pendente incidente de habilitação de herdeiros, por morte do Réu Manuel de Jesus Santos.

59) PROCESSO: Processo de Impugnação n.º 877/05.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Impugnante: Reis & Torcato- Construtores, Lda

Impugnado: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 137.206,38 €

PEDIDO: Impugnação Judicial de liquidação de taxa urbanística, anulando-se a operação operada, determinando-se a restituição da quantia paga pela Impugnante bem como a realização de liquidação no respeito das normas alegadamente violadas.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31 de Dezembro de 2011 tinha já sido realizada a 1ª Sessão de Audiência de discussão e julgamento, a qual aguarda marcação de data para continuação da audiência.

60) PROCESSO: Acção Administrativa Comum na forma ordinária n.º 1185/05.BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: João Paulo Santos Vieira

Reú: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 84.017,52 €

PEDIDO: condenação dos Réus solidariamente ou na medida das responsabilidades que se apurarem, a pagar ao Autor a quantia global de 84.017,52, bem como de todos as despesas que o mesmo venha sofrer pela vida fora, e que estejam relacionadas com o acidente pedonal, devido a um buraco aberto que se encontrava no passeio, sem qualquer sinalização, em desrespeito das normas legais em vigor.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Encontra-se aguardar prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

61) PROCESSO: Recurso de Contencioso de Anulação n.º 744/98, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra;

PARTES: Recorrente: Edgar Eduardo Ferro de Almeida

Recorrido: Município de Leiria

PEDIDO: Anulação de acto recorrido, ou seja a anulação da deliberação do Município de Leiria de 09/09/98, que deliberou indeferir definitivamente a legalização do projecto de arquitectura, referente ao armazém em causa, notificado ao Recorrente pelo ofício enviado em 28/09/98.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

62) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 631/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Afonso Estrela Rodrigues

Reú: Município de Leiria e outro

VALOR DA ACÇÃO: 31.000,00€

PEDIDO: vem a autora peticionar:

- a) anulação ou declaração de nulidade do despacho emitido pela Vereadora da Câmara Municipal de Leiria, e que deu causa a esta acção e nesta sequência, declararem-se deferidos tacitamente os pedido apresentados pelo Autor;
- b) Caso se entenda que não estão reunidos os requisitos legais para poderem-se declarar deferidos tacitamente os pedido apresentados pelo Autor, pelas razões supra aduzidas, devem os Réus serem condenados a emitirem as respectivas licenças no prazo de dez dias após sentença transitada em julgado nesta acção, sob pena de o não fazerem serem condenados em indemnização compulsória no valor de 100,00 € diários, até à emissão das respectivas licenças;
- c) Que as custas fiquem a cargo dos Réus.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

63) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 892/07.2BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Ministério Público

Reú: Município de Leiria

Contra-Interessado: Crédito Predial Português, S.A e outros.

VALOR DA ACÇÃO: 2.042,57€

- d) **PEDIDO:** nulidade dos actos impugnados –despacho do vereador da Câmara Municipal de Leiria, com competências delegadas e subdelegadas de 31/07 e 13/12 de 2000 e ainda de 21/01/2002.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

64) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1314/06.1BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Município de Leiria

Reú: Estradas de Portugal, E.P.E. e outros

Contra-Interessado: Litoral Atlântico- Construtores ACE

VALOR DA ACÇÃO: Indeterminável

PEDIDO: vem o Município de Leiria pedir:

- a) Que os actos impugnados sejam declarados nulos ou anuláveis;
- b) Que os dois primeiros Réus (Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação e Estradas de Portugal, EP) sejam condenado a emitir acto administrativo de aprovação das características

geométricas do Restabelecimento 1 com cumprimento das normas técnicas a observar no restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17;

- c) Que seja declarado que a via interceptada pelo sublanço da A17 acima mencionado no art. 5º constituiu o Caminho Municipal n.º 1195 e que este caminho integra a rede de caminhos municipais do Município de Leiria;
- d) Que, para e na hipótese das providências cautelares não serem decretadas:
 - 1- Os réus sejam condenados a demolir e a remover a PI 1 do Restabelecimento 1 e a substituí-la por outra que cumpra as normas técnicas acima descritas para o restabelecimento de caminhos municipais, ou seja, a substituí-la por outra que permita a execução do Restabelecimento 1 com um perfil transversal tipo IV;
 - 2- Os Réus sejam condenados a executar o Restabelecimento 1 com observância das normas técnicas para o restabelecimento de caminhos municipais, isto é com o perfil transversal tipo IV de forma a garantir-se a segurança da circulação rodoviária da parte do CM n.º 1195 interceptado pelo traçado da A17.
- e) Para e na hipótese dos pedidos formulados anteriormente vierem a ser julgados improcedentes, então, que sejam os réus condenados a executar o Restabelecimento 1- PI 1 respeitando as características do CM 1195, supra identificadas.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

65) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 281/2003, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra;

PARTES: Autor: Artur Miranda Pedrosa

Reú: Município de Leiria

Contra-Interessado: Vítor Manuel Fernandes Carreira

PEDIDO: nulidade ou anulabilidade do acto administrativo de licenciamento pelo Município de Leiria, de alterações a uma moradia no âmbito do processo de licenciamento n.º 219/02.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento.

66) PROCESSO: Recurso Contencioso de Anulação n.º 999/2001, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra;

PARTES: Autor: Guilherme Gaspar de Oliveira

Reú: Município de Leiria e outros

PEDIDO: Neste processo impugnou-se a deliberação da CML, de 19/09/2001, que indeferiu o pedido de licenciamento de construção de um bloco habitacional, sito na Quinta do Paraíso, em Leiria.

Por Sentença de 15/12/2007 foi negado provimento ao Recurso e confirmado o acto impugnado. Desta Sentença foi, o recorrente, interpor recurso para o TCA do Sul.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Acórdão.

67) PROCESSO: Acção Administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 946/07.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Ministério Público

Reú: Município de Leiria e outros

Contra- Interesados: Banco Internacional de Crédito, S.A. e outros

PEDIDO: Nulidade dos Despachos de 16/06 e 16/07 de 2002 do Vereador com competências subdelegadas e da Presidente da Câmara Municipal de Leiria.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

68) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 414/10.8BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

PEDIDO: a) Impugnação do acto administrativo do Vereador Lino Dias Pereira, proferido em uso de subdelegação de competências, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações instalada em Valeiras- Monte Redondo, proferida no processo n.º 91/04, notificada À requerente pelo ofício n.º 438/10, por o mesmo padecer dos ciclos de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal

b) proferir sentença que condene o Réu à prática do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de Acórdão.

69) PROCESSO: Acção Ordinária n.º 465/03.9TBLRA, que corre termos no 1º Juízo Cível Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autor: Celestino Mendes de Oliveira

Reú: Município de Leiria

Interveniente - Acidental: SAMAS

Interveniente-Principal: Freguesia de Monte Real

PEDIDO: que o Pátio dos Oliveiras referido e descrito na Petição Inicial tem natureza particular, constituindo um caminho particular com cerca de 90m/100 metros de comprimento e a largura aproximada de 2,8/3,5 metros, o qual faz parte integrante do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Monte Real sob o art. 3413 e condenar-se a ré Município de Leiria a reconhecer a natureza particular de caminho referido, abstendo-se de praticar quaisquer actos que ofendam os direitos daí emergentes, e designadamente os de propriedade

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/2011, aguardava prolação Sentença.

No entanto, foi proferida em Janeiro de 2012, que absolveu o Município. O Autor interpôs Recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra, encontrando-se a decorrer prazo para apresentarmos as contra-alegações, pelo que, aguardará de seguida a prolação do Acórdão por parte do Tribunal da Relação.

70) PROCESSO: Recurso Jurisdicional de Acção Administrativo Comum n.º 5296/09, que corre termos no Tribunal Central Administrativo Sul;

PARTES: Recorrente: Fiscoleiria- Academia de Cultura Física, Lda e outra

Reú: Município de Leiria e outra

Valor da Acção: 100.561,21 €

PEDIDO: serem os Réus solidariamente condenados a pagar às Autoras a título de danos patrimoniais a quantia de 70.561,21 € e a título de danos não patrimoniais o montante de 30.000,00 €, quantias essas acrescidas dos respectivos juros de mora à taxa legal contados desde a data de citação até efectivo e integral pagamento, na sequência de terem arrendo estabelecimento para efeito específico, do qual não havia sido emitida a licença de utilização e, que devido a este facto alegam ficar com a imagem irremediavelmente perdida.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda Prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul.

71) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1080/11.9BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo do Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações instalada em Cruz do Melo, Casal da Ladeira, Santa Eufémia, proferida no processo n.º 93/04, notificada à requerente pelo ofício n.º 2753/11 datado

de 03/05/2011, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda, sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

72) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 40/06.6BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 20.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações, pelo mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação da lei, falta de fundamentação e incorrecto enquadramento jurídico-legal, proferindo-se ainda, sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

73) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 438/08.5BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DE ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita Milhas, Santa Catarina da Serra, Fátima Norte, proferido no Proc. 78/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 760/08, expedido em 17 de Janeiro de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

74) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1001/07.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azoia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009372, expedido em 20 de Julho de 2007, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 15º Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

75) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 962/08.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita Rua da Figueirinha, Casal Manuel António, Maceira, proferido no Proc. 142/06, notificado à requerente pelo Ofício n.º 5414/08, expedido em 20 de Maio de 2008, proferindo-se ainda sentença que condene o Réu à pratica do acto de autorização municipal da estação de radiocomunicação dos Autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 15º Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

76) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1011/07.0BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 5.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que o desmantelamento da estação de telecomunicações sita na Quinta do Vieiro, Azoia, proferido no Proc. 83/04, notificado à requerente

pelo Ofício n.º 012124, expedido em 24 de Setembro de 2007, e condenar-se o Município a reconhecer que ocorreu o deferimento da autorização municipal solicitada pela Autora para a antena dos autos.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

77) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 621/08.3BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Vodafone- Comunicações Pessoais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 30.001,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo do Presidente do Município de Leiria datado de 18 de Fevereiro de 2008, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação de infra-estruturas de suporte de estação de radiocomunicações instalada em Carreira de Água- Barosa, e consequentemente anular-se o despacho recorrido, e concomitantemente, condenar-se a autoridade recorrida a emitir a competente autorização municipal em prazo não superior a 30 dias a contar da data da sentença.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

78) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 180/08.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 6.000,00 €

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Outeiro das Rosas, Boavista, proferido no Proc. 92/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 014883, expedido em 20 de Novembro de 2007, e consequência anular-se o acto recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à pratica do acto de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003 ou caso assim não se entenda, que condene o Município a proferir decisão de autorização da antena dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no art. 10º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

79) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de pretensão conexa com actos administrativos n.º 1030/07.7BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: TMN- Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.

Reú: Município de Leiria

PEDIDO: Impugnação do acto administrativo da Presidente do Município de Leiria, que indeferiu o pedido de autorização municipal de instalação da estação de telecomunicações sita no Sexeirinha, Serradinha, Pousos, proferido no Proc. 76/04, notificado à requerente pelo Ofício n.º 009359, expedido em 20 de Julho de 2007, e consequência anular-se o acto recorrido, por o mesmo padecer dos vícios de incumprimento do dever de audiência prévia, violação de lei e falta de fundamentação, proferindo-se ainda, sentença que condene à pratica do acto de autorização municipal da estação de telecomunicações dos autos, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 11/2003.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda prolação de Decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

80) PROCESSO: Acção Sumária n.º 342/1999, que corre termos no 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Leiria;

PARTES: Autor: Fernando Vieira Fetal e outros

Reú: Município de Leiria e outros

VALOR DA ACÇÃO: 2.650.000\$00 (1.325.000,00 €)

PEDIDO: os autores peticionam o seguinte:

- a) que seja decretada que os Autores são proprietários pelos e exclusivos possuidores do prédio rústico com área de 50m2 sito no lugar e Freguesia de Chainça, decretar-se que, para nascente do prédio identificado na alínea; que alegam que lhe foi expropriada indevidamente não dando cumprimento a nenhuma formalidade do Código das Expropriações.
- b) existem mais 50 m2 de terreno que são reivindicados pelos AA e simultaneamente pelos herdeiros, não se encontrando ainda dirimida a divergência;
- c) Decretar o cancelamento de eventuais registos incompatíveis com a douda Sentença prolatanda;
- d) condenação dos Réus nas custas, com procuradoria condigna.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Em 31/12/11 encontrava-se o processo aguardar marcação de data para realização de audiência de discussão e julgamento (NB. Entretanto agendada audiência para 17/05/2012).

81) PROCESSO: Acção Administrativa Especial de Pretensão Conexa com actos Administrativos n.º 105/07.7 BELRA, que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria;

PARTES: Autor: Henrique José Salgueiro

Reú: Município de Leiria

VALOR DA ACÇÃO: 15.000,00€

PEDIDO: o autor peticiona o seguinte:

- a) Impugna-se o acto administrativo de demolição, proferido por despacho datado de 16/05/2006 e notificada a autora em 18/12/2006 por considerar que este se encontra ferido de nulidade, ou, salvo melhor entendimento, sem conceder, por se considerar anulável;
- b) O Réu condenado a reconhecer e declarar a nulidade do acto por si praticado de demolição, ou, se assim não se entender, por mera cautela e sem conceder e declarar a sua anulação;
- c) Reconhecer que face à factualidade supra descrita nos articulados, atendendo ainda às normas legais aplicáveis ao caso em análise, a obra é susceptível de se satisfazer os requisitos legais e regulamentares da urbanização, de estética, de segurança e de salubridade;

Ou, sem conceder:

- a) Efectuar o juízo de prognose necessário para aferir das susceptibilidade de a obra satisfazer os requisitos legais no prazo máximo de 30 dias, fixando possíveis alterações da obra;
- b) Fixando-se, para tanto, sanção pecuniária compulsória destinada a prevenir o incumprimento, nos termos dos artigos 44º e 169º, ambos do C.P.T.A.

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Aguarda-se prolação de decisão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

82) PROCESSO: Câmara Municipal de Leiria vs. Bar Ex-Librisinrio, Ldª (não existe para já processo judicial);

PARTES: Município de Leiria

Companhia de Seguro Allianz

ESTADO ACTUAL DO PROCESSO: Decorrem negociações entre o Município e a Companhia de Seguros para pagamento de indemnização por incêndio no Bar Ex-Librisinrio, Ldª.

Mapa de Monitorização das Candidaturas ao QREN

										até 15/04/2012												
										Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	comparticipação transferida	Taxa comp. transferida					
TOTAIS DOS <u>COMPROMISSOS</u> FINANCEIROS COM CANDIDATURAS s/SMAS [maiscentro - PRODER - POPH]										€	19.672.535,27	79,57%	€	15.653.082,86	€	4.739.690,13						
TOTAIS candidaturas <u>APROVADAS</u> [s/SMAS], COM Contrato de Financiamento [maiscentro - PRODER - POPH]										€	18.720.296,02	79,55%	€	14.891.291,46	€	4.525.652,56	€	13.492.204,23	72,07%	€	10.175.390,24	68,33%

Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física									
										até 15/04/2012													
REGENERAÇÃO URBANA (EIXO 2)						€	7.832.363,21	80,000%	€	6.265.890,57	€	1.606.050,95	€	4.983.025,11	63,62%	€	3.813.452,99	60,86%					
maiscentro - PALOR (Adenda ao Protocolo de financiamento)	EPA1 - Requalificação da margem direita do Rio Lis entre Santo Agostinho e a Ponte Afonso Zuquete	2043			16-07-2009	16-09-2009 Adenda 03/02/2011 Adenda 03/10/2011	25/10/2010 24/10/2012	€	1.250.000,00	80,00%	€	1.000.000,00	€	250.000,00	€	767.050,99	61,36%	€	546.897,67	54,69%	62%		
	EPA2 - Requalificação do Espaço Público envolvente ao Antigo Liceu Rodrigues Lobo	1962				15-07-2010 – Adenda 21/02/2011 – Adenda 04/11/2011	25/10/2010 21/07/2011	€	146.539,51	80,00%	€	117.231,61	€	29.307,90	€	140.475,00	100,00%	€	105.753,44	95,00%	100%		
	EPA 3 - Requalificação do Espaço Público da Zona Alta do Centro Histórico	2085				10-02-2011 – Adenda 13/09/2011	25/10/2010 31/12/2011	€	1.495.137,98	80,00%	€	1.196.110,38	€	299.027,60	€	1.461.223,62	100,00%	€	1.110.529,95	95,00%	100%		
	EPA 5 - Valorização e Requalificação do Largo Cónego Maia	1154				25-02-2009	07-08-2009 – Adenda 31/01/2011	23/07/2009 30/09/2010	€	136.571,93	80,00%	€	109.257,54	€	27.314,39	€	136.571,93	100,00%	€	103.394,00	94,63%	100%	
	EPA 6 - Iluminação da Barbacã na Rua Pêro Alvito	2087					17-07-2009	18-01-2011 – Adenda 18/02/2011 – Adenda 04/11/2011	15/03/2010 21/07/2011	€	154.140,00	80,00%	€	123.312,00	€	30.828,00	€	154.042,11	100,00%	€	117.024,86	95,06%	100%
	EPA 8 - Requalificação da Rua Tenente Valadim	2090					17-07-2009	08-02-2011	25/10/2010 20/07/2011	€	551.623,11	80,00%	€	441.298,49	€	145.808,33	€	543.561,78	100,00%	€	413.106,95	95,00%	100%
	DS1 - Construção do Centro Cívico e respectiva Praça Pública	2089					17-07-2009	20-12-2010 – Adenda 15/02/2011 – Adenda 21/10/2011	30/09/2010 PA 29/09/2012	€	899.320,40	80,00%	€	719.456,32	€	180.917,28	€	627.482,06	69,77%	€	522.166,33	72,58%	70%
	DC1 - Reversão do Convento de Santo Agostinho	2083					17-07-2009	20-12-2010	01/09/2010 PA 31/08/2012	€	2.117.880,00	80,00%	€	1.694.304,00	€	423.576,00	€	272.620,48	12,87%	€	231.727,41	13,68%	17%

Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
										até 15/04/2012				
DC2 - Animação, Valorização e Requalificação do Núcleo do Castelo	4213		17-12-2010	28-06-2011 - Adenda 28/08/2011	29/09/2010 PA 10/11/2011	€ 299.057,00	80,00%	€ 239.245,60	€ 60.754,40	€ 273.836,10	100,00%	€ 208.115,43	89,86%	100%
DC3 - Guias Urbanos - Novas Tecnologias	2073		17-07-2009	16-09-2009 - Adenda 22/07/2011 - Adenda 25/01/2012	03/09/2010 03/10/2011	€ 199.724,50	80,00%	€ 159.779,60	€ 42.043,30	€ 117.396,76	100,00%	€ 42.218,09	47,32%	100%
DC4- Mercado das Artes/Requalificação do Mercado Santana	4216		18-12-2010	28-06-2011	09/06/2011 31/12/2011	€ 513.999,84	80,00%	€ 411.199,87	€ 102.799,97	€ 456.047,62	100,00%	€ 387.640,48	100,00%	100%
Divulgação e Animação em Parceria Local	4217		18-12-2010	01-07-2011 - Adenda 04/11/2011	15/10/2010 30/09/2011	€ 68.368,94	80,00%	€ 54.695,15	€ 13.673,79	€ 32.716,66	100,00%	€ 24.878,38	95,10%	100%
REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (EIXO 3)						€ 3.923.389,76	80,000%	€ 3.138.711,81	€ 1.346.869,23	€ 2.442.336,30	62,25%	€ 1.891.935,33	60,28%	
maiscentro	Centro Educativo de Monte Redondo	3885	28-10-2010	04-08-2011	28/07/2011 20/07/2013	€ 1.210.631,63	80,00%	€ 968.505,30	€ 727.905,09	€ 238.455,41	19,70%	€ 197.258,18	20,37%	22%
	Centro Educativo de Coimbrão	1695	09-06-2009	03-12-2009 - Adenda 03/05/2011	24/05/2010 24/05/2012	€ 1.379.919,16	80,00%	€ 1.103.935,33	€ 300.483,30	€ 888.851,99	64,41%	€ 728.631,63	66,00%	91%
	Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB1)	587	30-04-2008	26-06-2008 - Adenda 11/01/2010 - Adenda 25/01/2011	10/10/2008 15/05/2011	€ 854.586,39	80,00%	€ 683.669,11	€ 222.830,33	€ 849.501,31	100,00%	€ 612.981,56	90,20%	100%
	EB1 Gândara dos Olivais	1609	26-05-2009	03-12-2009 - Adenda 07/07/2010	01/04/2008 31/12/2010	€ 478.252,58	80,00%	€ 382.602,06	€ 95.650,52	€ 465.527,59	100,00%	€ 353.063,96	95,21%	100%
CONTRATUALIZAÇÃO contratualização _ MOBILIDADE TERRITORIAL (EIXO 3)						€ 4.991.767,48	80,000%	€ 3.993.413,98	€ 1.007.508,72	€ 4.761.579,38	95,39%	€ 3.644.083,41	91,25%	
	Beneficiação da E.M. 543 - Barreira	1591	21-05-2009 - 1.ª fase	10-02-2010 - Adenda 26/10/2010	17/08/2009 17/07/2011	€ 969.676,25	80,00%	€ 775.741,00	€ 193.935,25	€ 886.516,27	100,00%	€ 687.075,37	96,88%	100%
	Construção da Estrada Atlântica	1612	27-05-2009 - 1.ª fase	05-05-2010 - Adenda 02/02/2011 - Adenda 11/01/2012	12/11/2009 31/01/2012	€ 1.639.580,97	80,00%	€ 1.311.644,78	€ 329.497,97	€ 1.562.557,74	100,00%	€ 1.187.543,20	95,00%	100%

	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
											até 15/04/2012				
maior Centro Contratualização	EM 356 Maceirinha - Batalha	1615		27-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 - Adenda 30/07/2010	06/10/2009 06/09/2011	€ 269.844,08	80,00%	€ 215.875,26	€ 61.542,26	€ 248.150,56	100,00%	€ 190.364,58	95,89%	100%
	EM 540 - Maceira (Leiria) / Picassinos (Marinha Grande)	1602		25-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 - Adenda 21/12/2010	08/03/2010 08/02/2012	€ 503.423,43	80,00%	€ 402.738,74	€ 100.684,69	€ 502.077,24	100,00%	€ 381.578,70	100,00%	100%
	Estrada do Guilherme - Maceira - Zona Industrial da Marinha Grande	1608		26-05-2009 - 1.ª fase	26/07/2010 - Adenda 22/10/2010	15/03/2010 15/02/2012	€ 440.692,51	80,00%	€ 352.554,01	€ 88.138,50	€ 393.727,43	100,00%	€ 309.423,45	98,24%	100%
	contratualização _ EQUIPAMENTOS PARA A COESÃO LOCAL (EIXO 3)														
	Construção do Pavilhão Polidesportivo do Souto da Carpalhosa	1589		21-05-2009 - 1.ª fase	19/07/2010 - Adenda 25/11/2010	08/06/2009 31/05/2011	€ 1.168.550,24	80,00%	€ 934.840,19	€ 233.710,05	€ 1.168.550,15	100,00%	€ 888.098,11	100,00%	100%
	contratualização SMAS Leiria dados a fornecer pelos SMAS						€ 8.735.143,84	80,000%	€ 6.988.115,06	€ 2.768.156,03	€ 7.317.355,20	83,77%	dados a fornecer pelos SMAS		
	Construção do RESERVATÓRIO de LEIRIA-NORTE	3318		X	24-02-2011		€ 1.533.243,04	80,00%	€ 1.226.594,43	€ 408.334,56	€ 1.498.293,09	97,72%			
	Condutas Elevatórias para viabilizar o Sistema Regional de Abastecimento de Água - Sub-Sistema Leiria	3319		X	04-02-2011		€ 751.068,11	80,00%	€ 600.854,49	€ 190.940,37	€ 475.939,62	63,37%			
	Despoluição Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Lis, Lena e Ribeira de Seica - Saneamento Doméstico do Concelho de Leiria - Sistema de Carreira - Rede de Colectores da Bacia 39 - Lugares de Casalito, Barreiros, Casal Novo, Toco, Coucinheira e Amor	3320		X	24-02-2011		€ 959.506,91	80,00%	€ 767.605,53	€ 316.914,66	€ 959.506,91	100,00%			
	Saneamento Doméstico do Concelho de Leiria - Sistema de Carreira - Rede de Drenagem da Bacia 37 - Lugares da Freguesia de Monte Redondo - Fase Preliminar	3321		X	04-02-2011		€ 229.516,58	80,00%	€ 183.613,26	€ 86.380,43	€ 200.801,72	87,49%			
	Rede de drenagem dos lugares de Loureira, Santa Catarina da Serra, Pedrome, Magueigia, Ulmeiro, Quinta da Sardinha, Sirols, Cova Alta, Sobral, Vale Tação, Casal da Estortiga, Vale Sumo, Campinos, Pereiras e Outeiro das Pereiras-2.ª FASE	3324		X	24-02-2011		€ 1.689.026,69	80,00%	€ 1.351.221,35	€ 615.205,19	€ 1.590.957,71	94,19%			

	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
											até 15/04/2012				
	Grupo IV- Rede de Colectores dos lugares de Janardo, Pinheiros, Milagres, Quintas, Chãs, Ponte da Pedra, Amieira, Casais, Matoeira, Carril e Regueira de Pontes-Fase I	3322		X	24-02-2011		€ 1.873.722,90	80,00%	€ 1.498.978,32	€ 629.943,77	€ 1.476.104,69	78,78%			
	Grupo IV- Rede de Colectores dos lugares de Janardo, Pinheiros, Milagres, Quintas, Chãs, Ponte da Pedra, Amieira, Casais, Matoeira, Carril e Regueira de Pontes-Fase II	3325		X	04-02-2011		€ 650.145,63	80,00%	€ 520.116,50	€ 202.755,04	€ 509.650,83	78,39%			
	Parte A-Rede de drenagem da Bacia 34: lugares de Picoto, Arrozeia, Várzeas, Souto da Carpalhosa, S.Miguel, Chã da Laranjeira e Assenha- FASE I; Parte B- Rede de drenagem da Bacia 35: Lugares das freguesias de Bidoeira de Cima, Carreira, Monte Redondo e Souto da Carpalhosa. FASE I	3323		X	24-02-2011		€ 1.048.913,98	80,00%	€ 839.131,18	€ 317.682,01	€ 606.100,63	57,78%			
REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS (EIXO 3)							€ 582.210,02	80,000%	€ 465.768,02	€ 225.754,91	€ 296.992,81	51,01%	€ 149.942,97	32,19%	
maiscentro - Lider Seia	CULTREDE 2011/2013	4804		12-07-2011	Aguarda	01/01/2011 31/12/2013	€ 112.000,00	80,00%	€ 89.600,00	€ 45.989,72	€ -	€ -	€ -	€ -	6%
maiscentro - Lider Aveiro	ReCentrar	4566		28-04-2011	21-07-2011	01/10/2010 30/03/2013	€ 177.385,00	80,00%	€ 141.908,00	€ 65.626,55	€ 48.833,51	27,53%	€ 30.936,01	21,80%	33%
maiscentro - Lider Leiria	CULTREDE	2696		16-04-2009	23-06-2010 Adenda 08/11/2011	23/10/2009 23/10/2011	€ 292.825,02	80,00%	€ 234.260,02	€ 114.138,64	€ 248.159,30	100,00%	€ 119.006,95	59,94%	100%
REDES URBANAS PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO (EIXO 2)							€ 992.718,59	80,000%	€ 794.174,87	€ 198.543,72					
maiscentro RUCI - Lider CIMPL	5.1_Rede Municipal de Banda Larga	3089		CIMPL Jul/2010	28-07-2011	01/06/2011 29/02/2012	€ 152.479,34	80,00%	€ 121.983,47	€ 30.495,87	€ 36.217,35	€ 0,24	€ -	€ -	24%
	8.2_Festival de animação em Rede	3061		CIMPL Jul/2010		2010/2011	€ 90.852,00	80,00%	€ 72.681,60	€ 18.170,40	€ -	€ -	€ -	€ -	57%
	11_Sistema multimodal com viaturas movidas a combustíveis não fossilizadas	3101		CIMPL Jul/2010		2011	€ 120.000,00	80,00%	€ 96.000,00	€ 24.000,00	€ -	€ -	€ -	€ -	0%
	12.2_Projecto de equipamentos de Segurança Rodoviária			CIMPL Jul/2010		2011	€ 100.067,00	80,00%	€ 80.053,60	€ 20.013,40	€ -	€ -	€ -	€ -	0%

	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	Inv. Elegível	Taxa	FEDER	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	FEDER transferido	Taxa FEDER transferido	Taxa de execução física
											até 15/04/2012				
maif	13_Rede de pistas cicláveis	3172		CIMPL Jul/2010		2011/2012	€ 358.895,25	80,00%	€ 287.116,20	€ 71.779,05	€ -	€ -	€ -	€ -	7%
	14_Normalização da sinalética, esplanadas, publicidade e mobiliário Urbano	3164		CIMPL Jul/2010		2011/2012	€ 170.425,00	80,00%	€ 136.340,00	€ 34.085,00	€ -	€ -	€ -	€ -	0%
ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO LITORAL (EIXO 4)							€ 141.352,65	80,000%	€ 113.082,12	€ 28.270,53	€ 141.352,65	100,00%	€ 107.427,72	95,00%	
maiscentro	Valorização, preservação e conservação de Pedrógão - Leiria	477		30-04-2008	23-07-2008 - Adenda 18/01/2011	04/07/2007 28/02/2011	€ 141.352,65	80,00%	€ 113.082,12	€ 28.270,53	€ 141.352,65	100,00%	€ 107.427,72	95,00%	100%
PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS - ACÇÕES MATERIAIS (EIXO 4)							€ 465.128,79	80,000%	€ 372.103,03	€ 93.025,76	€ 377.097,10	81,07%	€ 308.065,07	82,79%	
maiscentro	Implementação do Centro Municipal de Operações de Socorro de Leiria (CMOSLeiria)	1257		13-04-2009	09-10-2009 - Adenda 20/12/2010	09/08/2010 08/08/2012	€ 405.348,79	80,00%	€ 324.279,03	€ 81.069,76	€ 377.097,10	93,03%	€ 308.065,07	95,00%	93%
maiscentro - transição para POVT	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios dos Bombeiros Municipais de Leiria	4408		25-03-2011	04-08-2011 - Adenda 01/02/2012	23/01/2012 31/12/2012	€ 59.780,00	80,00%	€ 47.824,00	€ 11.956,00	€ -	0,00%	€ -	0,00%	100%
SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (EIXO 5)							€ 320.061,00	65,000%	€ 208.039,65	€ 112.021,35	€ 103.846,78	32,45%	€ 10.293,82	4,95%	
maiscentro - Líder CIMPL	LDR_Simplex Autárquico Projecto Leiria	99		x CIMPL	x	01/08/2009 30/07/2011	€ 320.061,00	65,00%	€ 208.039,65	€ 112.021,35	€ 103.846,78	32,45%	€ 10.293,82	4,95%	
PROMOÇÃO DAS ACESSIBILIDADES (TIPOLOGIA 6.5)							Inv. Elegível	Taxa	FSE	AL	Valor total submetidos	Tx execução submetida	FSE transferido	Tx FSE transferida	
POPH	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€ 328.373,77	71,650%	€ 235.279,81	€ 93.093,96	€ 324.800,75	100,00%	€ 232.719,74	100,00%	
	Plano Municipal de Promoção das Acessibilidade (PMPA)	11901		X	X	18/11/2008 18/11/2010	€ 201.829,03	71,65%	€ 144.610,50	€ 57.218,53	€ 198.320,53	100,00%	€ 142.096,67	100,00%	-
	Plano Local de Promoção das Acessibilidade (PLPA)	11796		X	X	18/11/2008 18/11/2010	€ 126.544,74	71,65%	€ 90.669,31	€ 35.875,43	€ 126.480,23	100,00%	€ 90.623,07	100,00%	-
Medida Gestão do Espaço Florestal e Agro-florestal							Inv. Elegível	Taxa	FEADER	AL	Valor total submetidos	Tx execução submetida	FEADER transferido	Tx FEADER transferida	
PRODER	Designação da candidatura	Código	Sem Submissão	Submetida	Aprovada (Cont. Fina.)	data início conclusão	€ 95.170,00	70,000%	€ 66.619,00	€ 28.551,00	€ 24.956,00	26,22%	€ 17.469,20	26,22%	
	Ação Minimização de riscos - Operação n.º 020000007968			X	20-07-2010	20/07/2011 20/07/2012	€ 95.170,00	70,00%	€ 66.619,00	€ 28.551,00	€ 24.956,00	26,22%	€ 17.469,20	26,22%	40%